

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Auxiliar Tiago Moreira de Sá, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Estados Unidos e a República Islâmica do Irão: da proximidade à hostilidade nuclear

Lenise Isabel Fernandes do Rosário

Resumo

Com a mudança na presidência dos Estados Unidos da América de Barack Obama para Donald J. Trump, a política norte-americana sofreu uma reviravolta liderada por um presidente inesperado, radical, conservador e nacionalista, que prometeu criar as condições para voltar a dar à América o seu estatuto de maior potência mundial, estatuto este que havia sido perdido ao longo dos últimos anos com as anteriores administrações. Com a adoção de uma narrativa que procurasse defender primariamente os interesses americanos e erradicar todas ameaças a esses interesses, sejam elas Estados inimigos, imigrantes “indesejados” ou acordos ruinosos, Donald Trump promoveu uma mudança radical na forma como a política externa norte-americana é formulada e executada, assentando sempre no lema “*Make America Great Again*”, e na promoção do interesse nacional americano.

É nesta lógica, e sempre com um pensamento de negociador (herdado do passado empresarial de Donald Trump), que o atual presidente norte-americano analisa as várias decisões de política externa, nomeadamente a celebração do Plano de Conjunto de Ação (JCPOA-*Joint Comprehensive Plan of Action*) com o Irão (algo significativo, tendo em conta o histórico de relações diplomáticas hostis entre os dois Estados), para monitorizar o desenvolvimento de atividades nucleares iranianas: com o anúncio da retirada deste acordo, Trump ameaçou a paz e segurança internacional, ao mesmo tempo que cria um contexto favorável a uma menor adesão por parte do Irão às premissas do JCPOA, podendo mesmo potencializar uma possível saída iraniana.

PALAVRAS-CHAVE: Estados Unidos; Irão; Donald Trump; Interesse Nacional; Acordo Nuclear

Abstract

With the change in US presidency from Barack Obama to Donald J. Trump, US policy underwent a turnaround led by an unexpected, radical, conservative, nationalist president who promised to create the conditions to give back to America. its status as the world's largest power, a status that had been lost over the last few years with previous administrations. By adopting a narrative that sought primarily to defend American interests and eradicate all threats to those interests, whether they be enemy states, “unwanted” immigrants or ruinous agreements, Donald Trump made a radical change in the way US foreign policy is formulated and executed, always based on the motto “Make America Great Again” and the promotion of the American national interest.

It is in this logic, and always with a negotiator's thinking (inherited from Donald Trump's business past), that the current US president analyzes the various foreign policy decisions, namely the conclusion of the Joint Comprehensive (JCPOA) Plan of Action) with Iran (somewhat significant, given the history of hostile diplomatic relations between the two states), to monitor the development of Iranian nuclear activities: with the announcement of the withdrawal of this agreement, Trump threatened international peace and security. , while at the same time creating a favorable environment for Iran's less adherence to the JCPOA assumptions, and may even enhance a possible Iranian exit.

KEY WORDS: United States; Iran; Donald Trump; National Interest; Nuclear Agreement

Índice

Introdução	1
Estado da Arte	4
Capítulo 1- O conceito de interesse nacional	8
O interesse nacional americano	14
Capítulo II- Donald J. Trump, presidente dos Estados Unidos da América.....	18
A eleição de Donald Trump- a crise de 2008 e o Partido Republicano.....	18
A influência jacksoniana.....	22
Conservadorismo e Nacionalismo	27
A política externa norte-americana.....	33
Política externa de Donald Trump	33
A Grande Estratégia do Retraimento Estratégico	39
Capítulo III- Estados Unidos e o Médio Oriente	45
A Grande Estratégia do <i>Offshore Balancing</i>	47
Relação entre os Estados Unidos e o Irão- o período anterior à revolução islâmica..	50
O Ayatollah Khomeini e o sentimento antiamericano	53
A Guerra Irão-Iraque	58
A Guerra do Golfo (1900-1991)	61
Os anos seguintes.....	63
Capítulo IV- O Acordo Nuclear	70
As armas nucleares e o contexto pós 2ª Guerra	70
O Irão e as armas nucleares	79
O Plano Conjunto de Ação	84
Conclusão	90
Referências bibliográficas	92

Introdução

Objeto da dissertação

A presente dissertação enquadra-se no Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Relações Internacionais, no sentido de obtenção do grau de Mestre, tendo como objetivo principal a análise das relações bilaterais entre os Estados Unidos da América e o Irão, com especial enfoque no contexto nuclear que enquadra estas relações, fruto da decisão histórica da retirada do acordo nuclear celebrado em 2013. Para ponto de partida, o conceito de interesse nacional será essencial, de forma a enquadrar o princípio de Donald Trump: *“America First”*.

Tendo em conta a especialização deste mestrado e a área em que se encontra inserido, este tema não só enquadra-se como permite abordar questões fundamentais no que às Relações Internacionais diz respeito: o papel de liderança dos Estados Unidos da América, o projeto político e a política externa norte-americana; a importância geopolítica do Médio Oriente e da região do Golfo Pérsico; o Irão e as suas ambições no Médio Oriente e a forma como estas colidem com a estratégia e objetivos regionais norte-americanos; a questão nuclear e a sua influência na paz e segurança internacionais.

Contexto cronológico

Tendo em conta o tipo de análise que se pretende realizar, uma análise às relações históricas entre os Estados Unidos e o Irão, que remontam ao século XX, com várias especificidades e momentos chave, esta dissertação não se poderia restringir a um espectro cronológico que se limitasse aos últimos anos, nomeadamente desde a eleição do atual presidente norte-americano Donald J. Trump. Apesar disso e, tendo em consideração que a questão nuclear é central nesta dissertação e que esta voltou a estar na ordem do dia face à decisão norte-americana da retirada do Acordo Nuclear em 2018, o período da eleição da administração de Donald Trump até ao momento atual terão um destaque significativo.

Assim sendo, a análise começará nos primórdios das relações históricas entre Estados Unidos e Irão, em meados dos anos 40, incluirá momentos de maior relevância

(como a ascensão do Ayatollah Khomeini, em 1973, e as respectivas consequências) e estratégias de diferentes administrações americanas ao longo dos anos, culminando com celebração do Plano Conjunto de Ação (JCPOA) e as motivações para o processo de retirado do mesmo, em 2018.

Estrutura da dissertação

A presente dissertação será realizada consoante uma análise repartida em quatro capítulos que enquadram planos teóricos e históricos, de forma a estabelecer uma linha de pensamento em torno do tema.

No capítulo I inicia-se o enquadramento teórico em volta do conceito de interesse nacional. Começar-se-á por uma análise geral do conceito e das suas relações com a escola realista das Relações Internacionais, para depois se reduzir o espectro para o interesse nacional americano. Como fora esclarecido, a noção de interesse nacional assume um papel significativo na dissertação, por ser o princípio que rege a política de “America First” adotada pelo presidente eleito em 2016, Donald J. Trump, e que serviu de mote para a decisão histórica tomada em 2018.

O capítulo II é um capítulo dedicado à política de Donald Trump: os seus valores, o seu passado político e as ideias que estão por detrás das suas tomadas de decisão e da sua atuação política. Por essa razão, abordar-se-ão questões relacionadas com o enquadramento jacksoniano e a sua aplicabilidade nos Estados Unidos da atualidade, os pressupostos que já se podem assumir como características da política externa da administração Trump assim como a estratégia que vem sido adotada por Trump (à semelhança da anterior administração) para lidar com a sua política externa, nomeadamente a postura mais retrativa e menos interventiva dos Estados Unidos no que toca à participação em conflitos alheios aos americanos.

O capítulo III inicia o enquadramento histórico das relações bilaterais entre os Estados Unidos e o Irão. Nesta fase, o foco estará nos primeiros contactos entre os dois Estados, na estratégia adotada pelos americanos face à relevância do Médio Oriente e às reservas petrolíferas existentes na região e essenciais para a economia industrializada, na alteração de ambiente que se vivenciou com a ascensão do Khomeini a Líder Supremo

Iraniano e ao aumento da hostilidade e ódio que guiaram as relações bilaterais desde então, assim como dois conflitos (Guerra Irão-Iraque e Guerra do Golfo) que permitem entender a forma como os Estados Unidos encaram o Médio Oriente e como os seus interesses na região definem o tipo de estratégia a adotar.

O capítulo IV é dedicado à questão nuclear, criando uma linha de pensamento em torno do armamento nuclear: o seu aparecimento, desenvolvimento e utilização durante a Segunda Guerra Mundial; os esforços jurídicos realizados para enquadrar a questão e impedir que este tipo de armamento se expandisse para diferentes Estados e, com isso aumentasse o risco e a insegurança: o histórico e as ambições iranianas no que toca ao desenvolvimento do seu arsenal nuclear; por fim, o contexto da celebração do Plano Conjunto de Ação (motivações e objetivos a atingir), em associação à perspectiva da atual presidência norte-americana do acordo, com destaque para a lógica que motivou a decisão de abandonar o acordo.

Estado da Arte

Ano de 2016. A eleição de Donald J. Trump como 45º Presidente dos Estados Unidos da América foi, para muitos, encarada como uma enorme surpresa, não só pelo discurso mais inflamado, racista e xenófobo, mas porque se tratava de uma rutura extrema com aquilo que havia sendo o rumo da política norte-americana (especialmente no que diz respeito à política externa), nomeadamente com a administração de Barack Obama.

Através de uma conjugação específica de condicionantes que permitiram a eleição de um candidato radical nesta altura da história (em que ascendem movimentos populistas noutros Estados, embora com um populismo diferente), Donald Trump é eleito sob as premissas de que traria de novo a grandeza que a América havia perdido ao longo dos últimos anos, com acordos que considera ruinosos para os americanos, com aplicação de fundos em organizações que considera “obsoletas” (como a NATO) e para as quais não existe um real empenhamento dos restantes Estados membros para cumprir com as suas quotas, ou até mesmo ao envolvimento norte-americano em conflitos que não estão diretamente relacionados com os Estados Unidos mas que, fruto de uma postura mais intervencionista e de garantes da paz, fazia com que os americanos se sentissem responsáveis pela resolução de certos conflitos. “*Make America Great Again*” foi o grande lema da candidatura de Donald Trump, que assenta numa narrativa de que os Estados Unidos irão recuperar o seu prestígio internacional (que, segundo Trump, tem vindo a decair), através de uma nova visão de política que se foque exclusivamente nos Estados Unidos, nos seus interesses e nas ameaças que possam surgir¹.

Fica então claro que este lema é resultado de uma narrativa centrada na defesa do interesse nacional, a partir do qual depois se desenham todas as orientações que guiarão a formulação e execução da política externa norte-americana. Este conceito de interesse nacional, enquanto “*interesse geral da sociedade no seu todo*”² não é, de todo, um conceito recente no estudo das relações internacionais, aparecendo inserido nos estudos

¹¹ Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, pp.21-23, 55-77;

²² Emanuel Bernardes Joaquim, “Entre duas realidades- os realismos e a relação entre as estruturas doméstica e internacional”. *Relações Internacionais (R:I)*, (36), 2012, pp.73-86. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-91992012000400006&script=sci_arttext&tlng=pt [acesso a 12 de agosto de 2019]

de acadêmicos da escola realista, como Morgenthau. Apesar da longevidade do conceito, não é consensual uma definição, embora existam elementos que sejam comuns nas diferentes escolas de relações internacionais, nomeadamente as questões relacionadas com a sobrevivência do Estado e da nação, assim como da sua segurança³. Se esta é a percepção geral do conceito de interesse nacional, depois há a aplicação prática deste mesmo conceito à realidade de cada Estado; no caso dos Estados Unidos, enquanto potência mundial com diferentes áreas de influência, define interesses (e as respetivas ameaças) para cada região que considera vital- a Europa, o Médio Oriente ou a Ásia Pacífico.

É no seguimento desta lógica de definição e defesa do interesse nacional que se pode enquadrar as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a República Islâmica do Irão, porque este é central na evolução nesta relação bilateral: se no início os Estados mantinham relações diplomáticas estáveis, que primavam pela definição do Irão como aliado americano na estratégia dos Estados Unidos de exercer influência numa região bastante instável e ao mesmo tempo recheada de riquezas naturais, a partir do momento em que Khomeini se torna no Líder Supremo e na grande imagem do Irão, com o seu discurso contra o aproveitamento americano do Irão e a promoção do sentimento antiamericano⁴, o deterioramento das relações prolongou-se durante várias administrações, sendo que houve tentativas de reaproximação (no caso da administração Obama), assim como momentos de muita tensão, protagonizados pelo atual presidente norte-americano. Esta tensão é potencializada, não só pela instabilidade característica da região do Médio Oriente, mas essencialmente por duas características endógenas do Irão: a sua riqueza no setor petrolífero (detendo das maiores reservas de petróleo mundiais) e

³ Hans Morgenthau, "What is the national interest of the United States?", *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 282 (1), 1952, p.972. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/000271625228200102> [acesso a 18 de julho de 2019]; Stephen D. Krasner, "Realism, Imperialism, and democracy: a response to Gilbert.", *Political Theory*, 20 (1), 1992, pp.46-47, Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0090591792020001003> [acesso a 12 de agosto de 2019]; H.W. Brands, "The idea of the national interest", *Diplomatic History*, 23(2), 1999, p.250. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/24913740> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁴ Enayatollah Yazdani & Rizwan Hussain, "United States' policy towards Iran after the Islamic revolution: an Iranian perspective", *International Studies*, 43(3), 2006, p.270. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002088170604300302>. [acesso a 12 de agosto de 2019]; Krysta Wise, "Islamic Revolution of 1979: The Downfall of American-Iranian Relations", *Legacy*, 11(1), 2011, p.10. Disponível em <http://opensiuc.lib.siu.edu/legacy/vol11/iss1/2>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

a sua tendência para o desenvolvimento de armamento nuclear, não o pretendendo utilizar exclusivamente para fins pacíficos.

A pretensão iraniana em desenvolver um arsenal nuclear poderoso, não sendo recente (tendo início ainda no período do Shah Pahlavi), permitiria ao Irão reforçar a sua posição no Golfo Pérsico, procurando atingir o tal estatuto de hegemónico regional, de forma a colocar um entrave à influência americana ao mesmo tempo que se posiciona face ao poderio nuclear israelita (também apoiado pelos Estados Unidos). A incerteza em torno daquelas que seriam as verdadeiras intenções iranianas, o que tornaria o processo de definição de estratégias para lidar com os objetivos nucleares iranianos mais complexo; sob o risco de se utilizar este tipo de armamento para a produção de armas nucleares com um poder destrutivo significativo, houve uma reunião de esforços (não só dos Estados Unidos e do Irão, mas também do membros do Conselho de Segurança da ONU + a Alemanha e a UE) no sentido de regulamentar e monitorizar a utilização de armamento nuclear por parte do Irão, que culminou com a celebração do Plano Conjunto de Ação (*Joint Comprehensive Plan of Action*) em 2013, no seguimento de uma longa discussão que remonta aos finais da Segunda Guerra Mundial (e posteriormente com o Tratado de Não Proliferação Nuclear), com o intuito de limitar o acesso às armas nucleares a novos Estados e enquadrar o uso deste tipo de armamento para os Estados já possuidores do mesmo⁵. Apesar de não ser o melhor dos acordos, foi o melhor que se conseguiu atingir, sempre com o objetivo de atenuar a ameaça iraniana, e de certa forma limitar a raio de ação do Irão no que toca ao seu arsenal nuclear.

Apesar dos esforços feitos, em 2018, o presidente norte-americano Donald J. Trump anunciou a retirada dos Estados Unidos deste acordo nuclear, por considerar que este não beneficiava os interesses americanos, não cumpria com os seus pressupostos (não estaria a condicionar o Irão, que estaria até cada vez mais avançado no que diz respeito ao seu arsenal) como ainda estaria a compensar os iranianos pelos seus “esforços” através da cessação das sanções económicas aplicadas pelos Estados Unidos, ONU e União

⁵ Joint Comprehensive Plan of Action, 2013, p.2-3. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/122460/full-text-of-the-iran-nuclear-deal.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]; Carlos Gaspar, “O regime de não proliferação nuclear”, 2011-2012, *Janus* 102-103, p.316. Disponível em http://janusonline.pt/arquivo/popups2011_2012/2011_2012_3_1_7.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

Europeia. Esta decisão de Trump não foi bem-recebida pelo resto da comunidade internacional, por estar a quebrar um acordo numa matéria preponderante para a paz e segurança internacional, ao mesmo tempo que potencializa o Irão a não cumprir as premissas do acordo ou, até mesmo, a procurar a renúncia do mesmo.

Capítulo 1- O conceito de interesse nacional

O conceito de interesse nacional é um dos principais conceitos na área das relações internacionais, embora exista um exaustivo debate em torno da sua definição pelas principais teorias das relações internacionais. Associada ao Estado e encarada como os objetivos e os fins, sejam eles económicos, políticos ou militares, que guiam a ação de uma nação, a noção de interesse nacional assenta num “núcleo duro” que abrange todas as teorias, dizendo respeito à sobrevivência do Estado e à segurança nacional no espaço internacional.

A discussão em redor de uma definição universalmente aceite remonta quase aos primórdios das relações internacionais enquanto disciplina académica, após a primeira guerra mundial. Com o primeiro conflito mundial, e as mudanças provocadas pelo mesmo, surge a necessidade de haver um maior aprofundamento da forma como se desenvolviam as relações interestatais, os seus comportamentos, nomeadamente em outras áreas, que não se limitassem às questões de Direito Internacional e ao desenvolvimento de uma lógica com o intuito de evitar um novo conflito mundial. Neste sentido, as relações internacionais desenvolvem-se enquanto disciplina académica, com uma área de estudo específica, dedicada *“ao conjunto de agentes, instituições e processos específico. Possui, portanto, uma ontologia própria, ou seja, um conjunto de fenómenos que, embora possa produzir consequências sobre as vidas económica, política, social ou mais sociedades, constitui o objeto de estudo daqueles que se interessam por relações internacionais”*⁶.

É comum verificar-se a relação que existe entre as Relações Internacionais e os Estados Unidos da América, isto porque o nascimento da disciplina está estritamente relacionado com o desenvolvimento de vários estudos e aprofundamentos relevantes na área, protagonizados por académicos norte-americanos, daí que se adjective a disciplina como “americana” ou que esta se tenha “americanizado”⁷. Não é só esta questão dos

⁶ António Jorge Ramalho da Rocha, *Relações Internacionais: teorias e agendas*, Brasília, IBRI, 2002, p.28.

⁷ Pedro Emanuel Mendes, “A Invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e à Política das RI”, CEPESE, (2013), p.2 Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-invencao-das-relacoes-internacionais-como-ciencia-social-uma-introducao-a-ciencia-e-a-politica-das-ri-2217/A%20Invencao%20das%20Relacoes%20Internacionais%20como%20ciencia%20social.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

desenvolvimentos americanos na disciplina que permitiu que esta fosse associados aos Estados Unidos, mas também a sua utilização como instrumento para a formulação e execução da sua política externa, num contexto específico de estudo do comportamento da União Soviética, e do estabelecimento de mecanismos de contenção soviética. O contexto mostrou-se propício para que se sistematizasse as relações entre os Estados, dotando-as de uma terminologia própria.

Quando a disciplina começa a ter os seus primeiros desenvolvimentos, o realismo, enquanto escola das Relações Internacionais, assume-se como a escola dominante nos anos 50, após um longo debate nas décadas anteriores (30 e 40), que opôs o Realismo e o Idealismo, em questões fundamentais para a disciplina, como o poder, a paz e a guerra ou o comportamento dos Estados⁸. A questão da paz e guerra é essencial para a escola idealista, uma vez que esta surge face à necessidade de se reconstruir todo o sistema que havia sido afetado com a Primeira Guerra Mundial. A linha de pensamento que se pretendia seguir ia de acordo com a perspetiva do presidente Woodrow Wilson e os conhecidos “14 pontos”, apoiados nos contributos do académico Immanuel Kant, no liberalismo económico e na promoção dos valores democráticos.

Sendo um debate ontológico, em que cada escola vislumbra a realidade de acordo com os seus pressupostos, também no que toca ao tipo de análise que cada uma privilegia (as ideias, as perceções e a análise pós-positivista, no caso idealista, e a visão objetivo e empírica assente numa metodologia positivista, no caso realista), isto não impossibilita que exista um ponto de contacto entre as duas teorias: quer o idealismo quer o realismo, reconhecem a existência de um sistema internacional anárquico; a forma como ambos o descrevem é que as distancia. Para os idealistas, a cooperação é a base do sistema internacional, atenuando a anarquia internacional; pelo contrário, para os realistas, sendo a anarquia a essência do sistema internacional, esta não pode ser anulada.

O conceito de interesse nacional é preponderante nos estudos da escola realista, derivando da noção de Razão de Estado (“*Raison d’État*”), apresentada por um dos principais autores realistas, Nicolau Maquiavel, sendo que ganhou um destaque significativo no século XVII, durante o absolutismo francês, na figura do “Rei Sol”, Luís XIV. Este princípio permite que um Estado viole as regras sempre que estiver em causa

⁸ John Baylis, Steve Smith & Patricia Owen, *The globalization of world politics: an introduction to International relations*, Oxford, Oxford University Press, (2008), p. 92

interesses públicos que sejam superiores, mesmo que, para isso, tenham que se distanciar da moral e da ética⁹ (Wight, 2002:8) O principal fim será sempre a persecução do que é considerado melhor para o Estado, a sua sobrevivência, com os meios necessários que serão sempre justificados.

Como já foi referenciado, a noção de interesse nacional tem uma importância significativa nos contributos da escola realista, ligada a conceitos como o poder, anarquia internacional ou estaticismo. Por esta estrita relação entre o interesse nacional e o realismo, é relevante perceber o enquadramento da escola realista, assim como os seus principais princípios. O Realismo é apresentado como a principal teoria das Relações Internacionais, contrapondo-se ao Idealismo e tendo os seus pressupostos sistematizados nos anos 50. Para esta teoria, destacam-se os contributos de E. H. Carr, na sua obra *Twenty Years of Crisis* (1919), em que aborda intensivamente o período entre as duas guerras mundiais, criticando a forma como a teoria idealista se marcava pela utopia e pelo normativismo, assim como a incapacidade idealista de se guiar pelos factos e a realidade empírica¹⁰.

Para a escola realista, que para além de Carr, contou com os contributos de outros académicos como Morgenthau, o ponto de partida para a análise da política internacional são os agentes que coabitam no sistema internacional e a consequente influência dos seus comportamentos na estrutura onde estão inseridos. A forma de agir destes agentes é preponderante para a estrutura, segundo os realistas, sendo que estes atores são os Estados, porque são os agentes constitutivos do sistema. Daí que a perspectiva realista dê elevada importância à realidade sistémica em detrimento da realidade interna: o Estado é visto como uma unidade homogénea e unitária (uma única voz sem que as diferenças internas tenham um papel preponderante).

Descrita pelo construtivista Alexander Wendt como uma teoria materialista (o poder e interesses são as forças motoras do sistema internacional) e individualista (este mesmo sistema limita a ação dos agentes)¹¹ (Wendt, 1999:1-2), a escola realista parte do

⁹ Martin Wight, *A Política de Poder*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002, p.8

¹⁰ Edward Hallett Carr, *Vinte anos de crise: 1919-1939*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981 p.29

¹¹ Alexander Wendt, *Social Theory of International Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp.1-2

pressuposto do pessimismo antropológico, o que significa que, para esta teoria e para académicos como Rousseau ou Hobbes, o Homem é mau por natureza, e esta sua condição leva-o a ser egoísta, o que, por consequência, tem repercussões na forma como este se relaciona com os outros. Transpondo esta realidade para a política internacional, os Estados, compostos e liderados por seres humanos, sendo a maldade inerente à sua condição, provoca insegurança e incerteza nos seus comportamentos, assim como no dos seus pares. Esta realidade tem efeitos práticos: o conceito de dilema de segurança, que reproduz este clima de insegurança e incerteza, que faz com que os Estados procurem maximizar a sua segurança, o que provocará nos seus semelhantes uma reação que também terá o mesmo fim.

Para os realistas, o espaço onde coabitam os agentes do sistema internacional é de uma natureza específica: os realistas consideram o sistema internacional anárquico, o que significa a ausência de uma autoridade superior aos Estados, que seja o garante da ordem. Esta ausência de um poder superior, faz com que sejam os próprios Estados os responsáveis por garantir a sua própria segurança e sobrevivência, de acordo com o princípio da autoajuda (*“self-help”*), como um dos princípios ordenadores do sistema internacional. Resumindo, o ambiente hostil e competitivo que é o sistema internacional, provoca nos seus agentes a necessidade de procurar maximizar não só a sua segurança, mas também o seu poder. A questão do poder, também ela é essencial nos contributos da escola realista, nomeadamente o conceito de balança de poder, que atua neste contexto anárquico com um papel preponderante na forma como se estabelecem as relações entre os Estados, na busca por um equilíbrio.

Tendo em conta que o principal objetivo dos Estados é garantir a sua sobrevivência, a forma como esta pode ser salvaguardada é através da maximização de maior poder possível, o que tornará o Estado, desta forma, mais seguro das ameaças exteriores. Acontece que esta não é a pretensão de um único Estados, mas de todos eles, o que coloca um problema: a ascensão de um determinado Estado, que consegue acumular mais poder que todos os outros, tornando-se assim hegemónico. Esta conjuntura é um alarme para todos os outros agentes, pois tornam-se dependente do Estado hegemónico que, não tendo uma oposição substantiva, pretende perseguir os seus interesses¹².

¹² Hans Morgenthau, *Politics Among Nations- the struggle for power and peace*, New York, McGraw-Hill, 1993, p.185

O realismo clássico sofreu uma renovação contemporânea através da teoria neorrealista e, essencialmente, através dos estudos académicos de Kenneth Waltz, e a obra de referência, *Theory of International Relations*. Para além dos pressupostos de Waltz de criar uma teoria sistémica a partir de uma abordagem macro do sistema internacional, Waltz adota o neorrealismo por considerar que o realismo clássico adota esta visão micro, reduzida do sistema por serem os agentes do sistema os responsáveis por moldar e condicionar a natureza anárquica do sistema; para o académico, o neorrealismo enquanto abordagem macro, parte do sistema internacional e da sua característica anárquica, que molda o comportamento dos agentes e que faz com que estes atuem consoante a incerteza e competição endógenas ao sistema¹³. Kenneth Waltz aborda ainda questões preponderantes para o estudo das Relações Internacionais, como a guerra como um “*meio de ajuste*” dentro do próprio sistema (embora possa ser interpretada de forma errada, “*como um indicador de que o sistema quebrou*”¹⁴), ou questões relacionadas com a mudança que, para o neorrealista, só ocorre consoante duas condições: quando há uma alteração ao nível das principais potências, que perdem este estatuto e favorece a ascensão de outras potências, provocando uma alteração significativa na balança de poder e, consecutivamente, no sistema internacional; a segunda mudança ocorre quando há alteração na distribuição das capacidades, ou seja, passar de um sistema bipolar para unipolar ou multipolar, havendo maior ou menor distribuição de poder¹⁵.

Retomando ao tema principal, o conceito de interesse nacional, é importante destacar o contributo de um grande académico realista, Hans Morgenthau, que enumera a uma classificação dos interesses nacionais: objetivos e subjetivos, vitais e secundários. Se a dialética vital-secundário parece ser facilmente compreendida, visto que decorre de uma hierarquização dos interesses consoante a sua importância para um determinado Estado, a dicotomia objetivo-subjetivo é mais discutível e aberta a interpretações: para Morgenthau, o interesse está relacionado “*com as necessidades da nação*”¹⁶, sendo que

¹³ Kenneth Waltz. *Theory of International Politics*, New York, McGraw-Hill, 1979, p.105

¹⁴ *Ibidem*, p. 195-196

¹⁵ *Ibidem*, p.144

¹⁶ Morton A. Kaplan, “Values, national interests, and other interests”, *International Journal on World Peace*, 31(2) 2014, p.59. Disponível em <https://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=1&sid=205255f6-a2e1-4311-8c0f-1588d47df986%40pdv->

a sua essência objetiva deriva das relações com o poder, enquanto que a sua vertente subjetiva pressupõe a inclusão de outros âmbitos que não se limitem ao poder.

O conceito de interesse nacional e a discussão em torno daquilo que o define, está também relacionado com uma perspectiva substantiva, que diz respeito à existência de um sentido em apelar o interesse de nacional, no mundo atual. Joseph Nye, apoiado por outros académicos, introduz a questão da relevância de continuar a nomear o termo de interesse como “nacional” nos dias de hoje, tendo em conta a globalização existente e a internacionalização das questões políticas (Nye,)¹⁷. Ou seja, atualmente, os Estados não vivem isolados, nem os seus problemas se mantêm na esfera interna. Há uma maior interferência das questões internas na esfera internacional e vice-versa, o que faz com que os Estados tenham que lidar com estas questões, porque têm impacto na sua vida política, e estas são de tal maneira macro, que não possível a estes resolverem estes problemas de forma isolada. O que implica uma maior cooperação entre Estados, de forma a evitar as consequências de uma internalização e internacionalização de problemas significativos.

Esta problemática é relevante porque coincide com a forma como os Estados têm de atuar no sistema internacional, no sentido de perseguirem os seus objetivos (internos ou externos), sendo que parte deles pode materializar-se em interesses nacionais. Estes interesses são atingidos através das relações internacionais que, por consequência, são efetivadas pela política externa elaborada pelo Estado. Este tipo de política é a imagem que um Estado projeta de si para os seus pares no sistema internacional, o que significa que, dependendo daquilo que pretende, a política externa estabelece a forma como um Estado é visto no sistema internacional. No âmbito do conceito de interesse nacional, a ligação que é estabelecida entre este termo e a política externa é significativa, porque a noção de interesse nacional não é alheia à realidade das relações externas do Estado, de tal maneira que existe um modelo de decisão em política externa, que deriva da visão realista, que enaltece o interesse nacional como o principal objetivo a perseguir aquando da elaboração e execução da política externa: o modelo do ator racional, adjetivo o Estado como um ator homogéneo e unitário, uma vez que a vontade que sai do Estado, em forma

[sessmgr04&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwLGNvb2tpZSxzaGliLHVpZCZsYW5nPXB0LXB0JnNpdGU9ZWRzLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=96327282&db=a9h](https://www.jstor.org/stable/20049361?seq=1#page_scan_tab_contents) [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁷ Joseph Nye, “Redefining the national interest”. *Foreign Policy*, 1999, p.22. Disponível em https://www.jstor.org/stable/20049361?seq=1#page_scan_tab_contents [acesso a 18 de julho de 2019]

de política de externa, resulta de uma só voz, o decisor político, sendo que, neste processo de formulação de política externa, a intervenção de grupos burocráticos não tem reflexos nos resultados efetivos na elaboração desta política.¹⁸ Apesar de, neste tipo de modelo, estes grupos não terem grande expressão, não significa que estes não participem no processo. Ou seja, os grupos burocráticos têm interesse em serem refletidos na formulação da política externa os seus próprios interesses e as suas perspectivas, daí que exerceram influência, como por exemplo os *lobbys*, no sentido de direcionar a política para uma determinada perspectiva, pretendendo sempre que esta se mantenha fiel, não só aos valores e cultura da nação, como ao interesse nacional.

O interesse nacional americano

Num artigo intitulado de “*What is the national interest of the United States?*”, Hans J. Morgenthau disserta sobre a política externa americana, nomeadamente sobre aqueles que são os interesses nacionais americanos. Nesta dissertação, o académico separa duas fases distintas da política externa norte-americana: uma primeira fase, de visão federalista e realista (adotada pelo autor), que nasce nos primórdios da história americana; uma segunda fase, próxima da visão liberal, mais recente da história dos Estados Unidos e que se prolonga para os dias de hoje. Para Morgenthau, a perspectiva federalista, como consequência dos princípios realistas, tinha como principais focos “a

¹⁸ Raquel Freire, *Política Externa-as relações internacionais em mudança*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp.23-28

segurança e a integridade da ‘American experiment’”¹⁹, tendo em conta que a emergência dos Estados Unidos como Estado independente era uma realidade nova no contexto político do século XVIII.

Esta conceção resumia-se no isolacionismo dos Estados Unidos que, segundo o autor, resultava de uma “*política externa inteligente e deliberada*” e não como a oposição dos Estados Unidos num envolvimento exterior; da consideração de que os interesses americanos eram específicos e diferentes daqueles dos europeus e da promoção de uma política de balança de poder, todos os Estados europeus em pé de igualdade de forma a evitar a interferência europeia nos assuntos americanos²⁰. Esta realidade descrita por Morgenthau, não é original, isto porque deriva de um dos maiores discursos da história americana, feito pelo presidente George Washington, em 1796. Este discurso de Washington constrói a política do isolacionismo, realçando a geografia abençoada dos Estados Unidos, mas acima de tudo, destacando o facto de que o envolvimento dos Estados Unidos no exterior só deveria acontecer aquando de uma ameaça séria à sua segurança. De outra forma, manter-se-iam neutrais aos conflitos no continente europeu, estando sempre atentos à já referida balança de poder europeia, gerindo a distribuição de poder na Europa, garantindo que a projecção desse poder não fosse no continente americano. Desta forma, a segurança americana (o único interesse vital) com a conjugação do poder militar, estaria garantida²¹. Esta neutralidade americana, materializou-se também no privilégio das alianças temporárias, sendo que as relações com outros estados se pretendiam, preferencialmente comerciais e não políticas.

Por outro lado, a visão mais atual da política externa norte-americana, denota um carácter mais liberal, tendo como principal figura o presidente americano Woodrow Wilson. Neste caso, Morgenthau descreve um contexto totalmente diferente daquele vê, enquanto realista: nesta realidade, os Estados Unidos assumem-se como os líderes do mundo, os polícias mundiais, com um status que os “obriga” a intervir, mesmo que seja em assuntos que não dizem diretamente respeito aos Estados Unidos e aos seus

¹⁹ Hans Morgenthau, “What is the national interest of the United States?”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 282(1), 1952, p.3. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/000271625228200102> [acesso a 18 de julho de 2019]

²⁰ *Ibidem*

²¹ George Washington. “Farewell Address, 1796”, 1796, pp.26-28. Disponível em <https://www.senate.gov/artandhistory/history/resources/pdf/WashFarewell.pdf> [acesso a 18 de julho de 2019]

interesses²². Este modo de atuação, acentuou-se no período do pós-Guerra Fria, e ficou marcado pela defesa dos interesses em todas as partes do mundo, com a preocupação da manutenção da ordem internacional. Ao contrário do isolacionismo, a perspectiva intervencionista também denominada de Wilsonianismo, defende uma maior intervenção dos Estados Unidos no mundo exterior, como o objetivo de espalhar os ideais democráticos, numa lógica de superioridade da democracia americana.

Resumindo, neste artigo, Hans Morgenthau esclarece aqueles que são os principais interesses nacionais dos Estados Unidos, tidos em conta pelos decisores políticos aquando da formulação da política externa: primeiramente, destaca a já referida posição geográfica americana, que lhe garante a segurança e salvaguarda da hegemonia e posteriormente a balança de poder, não só na Europa como na Ásia, participando na distribuição de poder nestes continentes, de forma a que nenhum Estado fosse capaz de desafiar a posição dos Estados Unidos²³.

Com o objetivo de identificar os interesses nacionais dos Estados Unidos, a Comissão dos Interesses Nacionais da América (*Commission on the National Interests of America*) reconhece a necessidade da hierarquização dos interesses, com vista a formulação da política externa americana derive diretamente dos interesses dos americanos e que esta privilegie determinados objetivos em detrimento de outros; segundo Robert J. Art este processo é essencial, porque permite uma racionalização dos recursos e uma melhor compreensão daquilo que é prioritário ou não²⁴. Desta forma, os interesses são categorizados de “*vital, extremamente importante, importante, pouco importante ou secundário*”²⁵. Questões relacionadas como armamento nuclear, químico e biológico, sobrevivência dos aliados americanos, emergência de potências regionais hostis, estabilidade dos sistemas globais e relacionamento estratégico com Estados adversários são os interesses considerados como vitais para esta comissão.²⁶ A panóplia

²² Hans Morgenthau, “What is the national interest of the United States?”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 282(1), 1952, p.2. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/000271625228200102> [acesso a 18 de julho de 2019]

²² *Ibidem*

²³ *Ibidem*, pp.4-5

²⁴ Robert J. Art, *A grand strategy for America*, Cornell University Press, 2003, p.46

²⁵ The Commission on national interests of America, 2000, pp.5-8. Disponível em <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/amernatinter.pdf> [acesso a 18 de julho de 2019]

²⁶ *Ibidem*, p.5

de interesses nomeados pela Comissão dos Interesses Nacionais da América é bastante abrangente, incluindo temas relacionados com a imigração, promoção da democracia, terrorismo, direitos humanos, o cibercrime, comércio e economia.

Apesar da multiplicidade de interesses, é possível distribuir estes mesmos interesses por áreas de influência: Europa (NATO + Rússia), Ásia (China, Japão) e Médio Oriente. Assim sendo, no que diz respeito ao continente europeu, os interesses americanos centram-se na garantia da sobrevivência e estabilidade da NATO, assim como a manutenção da democracia e dos acordos comerciais com a União Europeia. A Rússia também desperta a atenção americana, tendo em conta a sua preponderância política e económica: por esta razão, os principais interesses dos americanos são em torno da estabilidade russa, não só no que diz respeito ao armamento nuclear, mas também no relacionamento com os Estados Unidos e com outros países na esfera de influência americana. No espaço asiático, representado principalmente pela China e Japão, as preocupações vão ao encontro de uma aproximação das relações com a China (grande rival dos Estados Unidos nas questões comerciais), da continuação da abertura dos mercados para os produtos americanos e da manutenção das relações com o Japão, aliado americano. O Médio Oriente, por si só já é uma região de características específicas, de conflito e choque de interesses de vários Estados, que disputam as mais valias deste território. Por isso, os Estados Unidos como potência mundial, têm muitos interesses neste espaço geográfico, interesses esses que passam por garantir a estabilidade regional e a segurança dos aliados americanos (principalmente Israel e a Arábia Saudita), impedindo a ascensão de um hegemónico, garantir o acesso ao petróleo (sem cortes), conter o terrorismo e o desenvolvimento de armamento nuclear.

Capítulo II- Donald J. Trump, presidente dos Estados Unidos da América

A eleição de Donald Trump- a crise de 2008 e o Partido Republicano

8 de novembro de 2016, a data que marca a eleição de Donald Trump como o 45º presidente dos Estados Unidos da América, uma eleição que não se expectava e que se assentou num conjunto de circunstâncias que tornou este fenómeno possível, apesar do contexto que não se mostrava propício à ascensão de Trump a presidente norte-americano, desde as manifestações contra algumas das declarações feitas ao longo do período de candidaturas ou à “campanha” que foi feita, a nível dos principais meios de comunicação, contra Donald Trump no que diz respeito a certas tomadas de posição em relação aos principais temas, e aqueles para os quais a sociedade tende a centralizar a sua atenção, abordados nos debates presidenciais.

Tendo em conta o passado político norte-americano recente, com presidentes como George W. Bush ou Barack Obama, com uma filosofia que apelava a políticas mais liberais e democráticas, de promoção de direitos humanos, igualdade social ou o desenvolvimento de políticas multilaterais a nível externo, a eleição de um presidente que não segue estes parâmetros ou que privilegia outras vertentes para abordar as suas políticas, marcou uma rutura naquela que havia sendo a realidade política nos últimos anos, o que também contribuiu para a surpresa desta eleição ao mesmo tempo que despertou a atenção pública para as razões subjacentes a esta decisão: o porquê de ter sido Donald Trump o eleito e o porquê de um candidato com um perfil mais radical tenha sido a escolha da maioria dos colégios eleitorais (e não a maioria dos norte-americanos) nesta altura.

Perante isto, podem-se definir duas grandes condicionantes que orientaram o “fenómeno Donald Trump” e permitiram que esta celebridade se tornasse presidente dos Estados Unidos da América: as condicionantes conjunturais (das quais se destaca a crise socioeconómica, consequência da crise de 2008 que abalou a economia norte-americana, e crise pela qual ultrapassa o Partido Republicano, com um afastamento dos seus ideais fundadores) e as condicionantes estruturais (as raízes populistas e jacksonianas do

discurso de Donald Trump, associadas ao renascer da comunidade folk²⁷). Nesta primeira parte dar-se-á maior atenção às condicionantes conjunturais, sendo as estruturais analisadas em separado, no próximo subcapítulo.

A crise de 2008, mais conhecida como Crise do *Subprime*, marcou a economia ocidental, especialmente a norte-americana, tendo consequências não só a nível financeiro, mas especialmente a nível social, tendo tido um impacto significativo no nível de vida dos americanos, especialmente aqueles com menores capacidades financeiras e económicas e que viram o seu estilo de vida dificultado. Essencialmente, a crise do *subprime* inicia-se ainda no ano de 2007 e é resultado da bolha no setor imobiliário, como consequência dos sucessivos empréstimos bancários, que levaram várias instituições de renome à insolvência, nomeadamente o grupo Lehman Brothers.

Para além das consequências económicas e financeiras óbvias, esta crise atacou um dos lemas guiadores da sociedade norte-americanos, o sonho americano, de tal forma que, durante os anos que se sucederam a este colapso, despertou nos grupos mais afetados um desejo de mudança, de que houvesse uma maior preocupação, por parte da administração americana, de que os níveis de vida e poder de compra pudessem ser melhorados. Estes grupos não se viram considerados nas políticas económicas adotadas pela administração Obama, por não terem sentido a influência positiva da globalização ou do capitalismo, pelo contrário, foram estes mesmos grupos (com menor escolaridade e menos rendimentos), localizados em Estados que apoiavam o Partido Democrata até à candidatura de Donald Trump (mais conhecidos por *Rust Belt*- Ohio, Pensilvânia, Michigan e Wisconsin) que alteraram o rumo destas eleições, manifestando-se contra um discurso mais focado no capitalismo e nos acordos comerciais (que iriam afetar as empresas nacionais). Curiosamente, apoiaram um candidato que é a imagem do capitalismo, da ostentação e do luxo que grande parte da população não tem acesso, mas que, através de um discurso populista que apela ao regresso do sonho americano tendo em conta a sua imagem e reputação, atrai os indivíduos de menor posse, na esperança que Trump construa uma realidade onde também eles possam ter um nível de vida mais descontraído²⁸.

²⁷ Tiago Moreira de Sá & Diana Soller. *O Método no Caos*, Lisboa, D.Quixote, 2018, pp.13-14

²⁸ Tiago Moreira de Sá & Diana Soller. *O Método no Caos*, Lisboa, D.Quixote, 2018, pp-33-39; Diana Soller, “Dos tímidos aos pessimistas, como votou a América”, *Público*, 2016^a. Disponível em

A segunda causa estrutural de relevância extrema na eleição de Donald Trump como 45º presidente dos Estados Unidos da América está relacionada como o Partido Republicano e como este se tem distanciado das suas ideias fundadoras. Apesar de não ser apoiado por todos os elementos no seio do Partido Republicano, Donald Trump foi o representante republicano nas eleições de 2016, o que demonstra o contexto ideológico em que o partido se inseriu- o apoio a um candidato nas eleições presidenciais representa a defesa dos ideais de um partido, a partir do momento em que se apoia um candidato mais populista e radical, o próprio partido adquire essa ideologia ou não surgiu no seu seio uma oposição significativa a essa radicalização. Associada a esta questão, é de se relevar a ausência de novas ideias ou até mesmo um consenso em torno destas, desde a área social às questões de política externa, o que potencializou o aparecimento do *Tea Party*. Este movimento conservador (com uma influência significativa ainda em 2010), por surgir no seio do Partido Republicano, é ainda mais representativo da fissura que se criou no partido, permitindo a ascensão de “*uma facção radicalizada com uma agenda nacionalista e isolacionista*”²⁹, que enquadra e apoiou o discurso de Donald Trump nas eleições presidenciais³⁰.

Outras razões apontadas para a eleição de Trump estão relacionadas com as administrações anteriores, nomeadamente com as administrações Bush e Obama. No que diz respeito à administração de George W. Bush, a sua imagem enquanto líder republicano foi bastante afetada pelos ataques terroristas de 11 de setembro e pela declaração de “Guerra contra o Terror”, apoiada num discurso extremista de luta contra todos aqueles que colocassem em causa os interesses e ideais americanos; isto implicou o envolvimento americano em alguns conflitos que afetaram a economia e trouxeram prejuízos significativos para a sociedade norte-americana. Perante este cenário, não só a reputação de Bush enquanto presidente americano sofreu um impacto significativo e, por consequência, afetou também o apoio ao Partido Republicano e adesão dos cidadãos às ideias do mesmo³¹. Em relação à administração Obama, podem ser destacados dois

<https://www.publico.pt/2016/11/09/mundo/noticia/dos-timidos-aos-pessimistas-como-votou-a-america-1750588> [acesso a 12 de agosto de 2019]

²⁹Diana Soller, “Dos tímidos aos pessimistas, como votou a América”, *Público*, 2016^a. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/11/09/mundo/noticia/dos-timidos-aos-pessimistas-como-votou-a-america-1750588> [acesso a 12 de agosto de 2019]

³⁰Tiago Moreira de Sá & Diana Soller. *O Método no Caos*, Lisboa, D. Quixote, 2018, pp.41-42

³¹ *Ibidem*, p.43

aspectos: primeiro, o discurso liberal e capitalista de Barack Obama pouco apelativo para os mais afetados pela globalização da economia americana, mas principalmente, uma questão racial em torno do 44º presidente dos Estados Unidos da América. A eleição de Barack Obama foi um marco para a história da política norte-americana, por se ter tornado o primeiro presidente negro do país. Apesar de ter conseguido mobilizar grande parte das minorias presentes no território norte-americano (que apoiaram as duas candidaturas presidenciais), trazendo ao maior destaque às questões raciais, tendo em conta o seu passado e as ascendências, indiretamente, Obama enquanto presidente, provocou naqueles cidadãos norte-americanos mais conservadores, de raça branca, de um discurso mais racista, um ressentimento, uma revolta por ser um negro a governar os Estados Unidos- é o exemplo prático da quebra da hierarquia na sociedade norte-americana, em que no topo estão os brancos, estão as minorias na base; com Obama na presidência, há uma mudança significativa nesta hierarquia que não é apoiada por todos os cidadãos³².

Daí que, apesar de nenhum dos candidatos a presidente fosse de raça negra ou outra minoria, tenha existido um maior apoio branco a Donald Trump, possuidor de um discurso xenófobo e pouco defensor das minorias (com a célebre decisão da construção do muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México); ao contrário de Hillary Clinton que, adotando uma narrativa igual à das anteriores administrações no que diz respeito às questões de natureza racial, perdeu o apoio daqueles que encaravam estas mesmas minorias como a razão pela qual estes não teriam o devido acesso ao emprego ou por considerarem que as suas oportunidades lhes estariam a ser retiradas (por exemplo com a questão do apoio ao acordo TTIP- *Transatlantic Trade and Investment Partnership*).

Pode ainda ser estabelecida a ligação entre Hillary Clinton, Barack Obama e aquilo a que se chama de “voto negativo”. Essencialmente, há o voto em Donald Trump não porque se apoie necessariamente o seu discurso e as suas ideias, mas sim porque se condena a visão e as ideias políticas de Hillary Clinton, a proximidade ao *establishment* e à manutenção do *status quo*, por parte da antiga Secretária de Estado da administração Obama. Não contribuiu também para a imagem de Clinton toda a polémica que se criou em volta dos emails enviados através de um servidor pessoal enquanto Secretária de Estado; para além de todas as questões legais em torno desta polémica, começou a

³² Filipe Carreira da Silva. “Trump”, *Público*, 2019. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/07/25/mundo/opiniao/trump-1881053> [acesso a 12 de agosto de 2019]

despoletar uma certa desconfiança em relação a Hillary Clinton, à sua credibilidade e à veracidade do seu discurso.

A influência jacksoniana

A eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América revolucionou a forma como se vinha a delinear a política externa americana com os seus antecessores. Esta mudança na forma de decidir e atuar diverge essencialmente na ideologia e princípios que orientam a maneira como os decisores políticos visualizam os Estados Unidos, os seus interesses e o seu papel no mundo³³.

No caso do presidente Donald Trump, a primeira ideia que se associa ao seu pensamento sobre política externa é a de que pretende romper com tudo aquilo que vinha sendo apanágio dos Estados Unidos no que diz respeito ao seu papel intervencionista, e à forma como agia na proteção daqueles que eram considerados os seus interesses. Como já foi referido, o distanciamento entre Donald Trump e Barack Obama resulta de uma disparidade na forma como veem os Estados Unidos e o seu posicionamento no mundo: se Obama adotava uma posição mais liberal, de acordo com os princípios wilsonianos, de defesa e promoção da democracia e dos valores americanos, salvaguarda da segurança coletiva e confiança nas instituições internacionais, Trump privilegia uma posição menos idealista e que prioriza aquilo que considera ser os interesses americanos face aos dos restantes Estados, não sendo a preocupação primeira a garantia da paz do mundo ou a resolução de problemas que não envolvam diretamente a nação americana. Esta postura é reflexo do princípio de “*America First*” (América Primeiro) que o presidente americano defendeu desde o início da sua candidatura.

³³ Walter Russell Mead, “The Tea Party and American foreign policy: what populism means for globalism”, *Foreign Affairs*, 2017, p.1. Disponível em https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31436616/www.drworley.org_NSPcommon_National_Security_Strategy_NSS_journal_articles_2011_90_02_FA_Tea_Party.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Dwww_drworley_org_NSPcommon_National_Secu.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190812%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190812T210534Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=d893920891ecc4fd031e91a0d529230900f9240d23bfb3ae1584d5d8e0b490b6 [acesso a 12 de agosto de 2019]

Este é um dos lemas da presidência de Donald Trump, que deriva de uma tradição que remonta à narrativa do primeiro presidente populista, Andrew Jackson. Esta tradição, cunhada, por Walter Russell Mead, de “jacksonianismo” é o ponto de partida da visão de do presidente americano, sendo uma tradição que se distancia da elite política, funcionando como a forma “*anti-establishment*”, que não vai de acordo com o poder institucionalizado, não o respeitando³⁴. Esta maneira de atuar enquadra o jacksonianismo no raio de ação do populismo, sendo este central na definição dos quadrantes desta tradição.

Como um movimento populista, o jacksonianismo adota uma narrativa com o objetivo de chegar ao eleitorado (muitas vezes carregado de demagogia e promessas simples), sendo que a narrativa de características específicas: há um apelo protagonizado pelos líderes políticos a uma realidade que divide a sociedade -a população comum e a elite considerada corrupta-; todo o discurso populista atua em redor da mudança, da busca de uma eventual justiça, não só associada a uma elite política que não procura defender os interesses da sociedade como à promoção de um contexto de xenofobia e “repulsa” daqueles que é considerado como o “outro” e que, para os populistas, vê-se protegido em detrimento daqueles que são os nacionais³⁵.

Esta questão do “nós” vs. “outro” é central na teoria do jacksonianismo. Por parte daquilo que consideram ser o “nós”, unicamente se dirigem à população americana, os que são nacionais e que devem ser o ponto de partida, assim como a grande finalidade, das políticas das elites. A relação da tradição do jacksonianismo com a vertente da sociedade americana é relevante, não só porque a verdadeira sociedade americana, para os jacksonianos, é aquela que é composta pelos verdadeiros americanos (os descendentes de europeus), mas diz respeito também àquilo que Mead refere como a “comunidade folk”, aqueles que lutam por uma maior qualidade de vida, a classe trabalhadora que luta pelo conhecido “sonho americano” e que, oriunda de um contexto rural, procura aproximar-se da classe média e dos privilégios desta. O passado negro da comunidade folk americana marca fortemente a sua maneira de ver o mundo, e episódios de violência, luta social, humilhação e pobreza enquadram o discurso desta comunidade. Daí que, ao

³⁴ Michael Clarke & Anthony Ricketts, “Understanding the return of the Jacksonian tradition”, *Orbis*, 61(1), 2017, p.18. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438716300734> [acesso a 12 de agosto de 2019]

³⁵ Tiago Moreira de Sá & Diana Soller, *O Método no Caos*, Lisboa, D. Quixote, 2018, pp.15-16.

considerarem que são os não americanos (o “outro”) os principais beneficiários das políticas americanas³⁶, isto transporta para a narrativa da comunidade folk um desprezo pelas minorias, imigrantes e aqueles que sobrevivem à custa da classe trabalhadora, que suporta o contexto do jacksonianismo no que respeita ao ostracismo dos estrangeiros (responsáveis pelos problemas sociais e económicos da América) e à defesa da verdadeira sociedade americana e dos valores que a regem, procurando que o Estado promova o bem-estar da comunidade folk³⁷. Estas posturas simbolizam o privilégio do que é americano e a rejeição do exterior, assim como a defesa de que todos os americanos brancos devem ter as mesmas condições para uma melhor qualidade de vida, de forma a atingir o “sonho americano”.

Estas narrativas têm repercussões específicas na forma como o jacksonianismo interpreta a política externa e a maneira como esta deve ser executada pelos Estados Unidos. O ponto de partida da tradição jacksoniana para a análise de política externa americana diz respeito à forma como visualizam o sistema internacional: à semelhança dos realistas, para os jacksonianos o sistema, de característica anárquica, deriva da natureza violenta e corrupta do Homem, seguindo a lógica hobbesiana que destaca a competição constante entre os agentes constitutivos do sistema internacional, e a necessidade destes lutarem sozinhos, com a principal finalidade a obtenção dos seus interesses, que são colocados em primeiro lugar³⁸. Para os jacksonianos, esta é a realidade que os Estados Unidos devem defender, os seus interesses primeiros (“*America First*”), sendo que, inseridos neste contexto, a grande preocupação da elite política deve ser “proteger a América de um mundo que veem como hostil e perigoso”³⁹. Este cenário, associado a valores que caracterizam a tradição jacksoniana, como a honra e defesa da América, faz com que a mentalidade seja a de privilegiar a não intervenção dos Estados Unidos em assuntos que não lhe digam diretamente respeito, a não ser quando exista uma ameaça real a interesses que são considerados prioritários ao país. Logo à partida, há uma

³⁶ *Ibidem*, p.32

³⁷ Michael Clarke & Anthony Ricketts, “Understanding the return of the Jacksonian tradition”, *Orbis*, 61(1), 2017, p.19. c

³⁸ Walter Russell Mead, “The Jacksonian revolt: american populism an the liberal order”, *Foreign Affairs* (96), 2017, p.35. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438716300734> [acesso a 12 de agosto de 2019]; Tiago Moreira de Sá & Diana Soller, *O Método no Caos*, Lisboa, D. Quixote, 2018, p.78

³⁹ *Ibidem*

alteração na ideologia que tem guiado a política externa nas décadas que antecederam o atual presidente americano: a lógica de intervenção internacional, do grande pacificador, do garante da paz mundial. Com Donald Trump, e o apoio da comunidade folk, o grande foco está na garantia da proteção e segurança dos americanos, e a preocupação com “o resto” exclusivamente em casos extremos, que envolvam diretamente os Estados Unidos, os seus interesses e a sua sobrevivência⁴⁰.

Esta preocupação única com os Estados Unidos da América tem ainda repercussões na forma como o Estado se relaciona com os seus pares e com as organizações internacionais. Como já foi referido, a tradição jacksoniana demarca-se da ideologia liberal, afastando-se de princípios basilares que guiaram a política eterna norte-americana nas últimas décadas. Ora, a atual ordem internacional é uma ordem internacional liberal, construída pelos Estados Unidos, suportada pelos seus princípios, representados pelas instituições internacionais defendidas pelos americanos⁴¹. Ao contrariar esta ordem, os Estados Unidos estão a repudiar algo construído por si mesmos, e denota, mais uma vez, a clara mudança de rumo na estratégia que se pretende seguir com esta direção. Assim sendo, o jacksonianismo recusa o liberalismo e não apoia a celebração de acordos, nomeadamente comerciais, por não reconhecerem naqueles que tomam parte na iniciativa de celebrar estes mesmos acordos a preocupação de defender os interesses dos Estados Unidos.⁴²

Esta realidade levanta uma questão que é essencial na tradição jacksoniana e que já foi realçada: a desconfiança que existe em torno da elite governadora que, para os jacksonianos, não defende os interesses dos americanos brancos e que, por essa razão, faz

⁴⁰ Michael Clarke & Anthony Ricketts, “Understanding the return of the Jacksonian tradition”, *Orbis*, 61(1), 2017, pp.19-22. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438716300734> [acesso a 12 de agosto de 2019]; Walter Russell Mead, “The Jacksonian revolt: american populism an the liberal order” *Foreign Affairs* (96), 2017, p.35. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438716300734> [acesso a 12 de agosto de 2019] David Martin Jones & Nicholas Khoo “Donald Trump and the new Jacksonians” *Policy: a jornal of public policy and ideas*, 33(1), (2017), p.45. Disponível em <https://www.cis.org.au/app/uploads/2017/03/33-1-jones-khoo.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁴¹ Taesuh Cha, “The return of Jacksonianism: the international implications of the Trump Phenomenon”, *The Washington Quartely*, 39(4), 2016, p.93. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0163660X.2016.1261562> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁴² Walter Russell Mead, “The Jacksonian revolt: american populism an the liberal order”, *Foreign Affairs* (96), 2017, p.6. Disponível em <https://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=9ee34fca-3c86-48a5-abf3-c0f10905f8d4%40pdc-v-sessmgr04> [acesso a 12 de agosto de 2019]

com que a celebração dos acordos internacionais sejam vistos como uma “caridade”, uma desvantagem para os Estados Unidos e como um aproveitamento por parte dos outros intervenientes que celebram estes acordos. Para os jacksonianos, esta posição de suspeita face às instituições internacionais, que constroem a liberdade de ação dos americanos e que os limita a um determinado quadro moral e ético, não traz benefícios para os Estados Unidos, até pelo contrário, tendo estes muitas vezes que suportar os custos⁴³. Por esta razão, as alianças, como a NATO, só devem ocorrer quando são benéficas para ambas as partes, de forma igual, mas não devem ser celebradas quando não permitem que os Estados Unidos possam agir livremente, incluindo quando pretendam agir unilateralmente em casos de legítima defesa. Nestes casos, o uso da força militar é ponderado pelos jacksonianos: porque é em defesa dos interesses americanos, e porque eles mesmos não se opõem ao uso militar, decorrendo da sua tendência agressiva, que vem do seu passado marcado pela violência⁴⁴.

Esta mudança do papel dos Estados Unidos no mundo que defendem os jacksonianos, passando de os líderes, os polícias do mundo, os garantes da paz, para um Estado que se preocupa com a sua realidade, com a defesa dos seus interesses, colocando-se em primeiro lugar, deriva de uma narrativa específica no que diz respeito à forma como estes veem os Estados Unidos neste novo contexto: não tendo um papel tão interventivo em todos os assuntos internacionais, a tradição jacksoniana segue uma ideologia que privilegia os Estados Unidos, vendo-os como excecionais, únicos, entre todos os outros Estados, e que se guia por princípios e ideais (os democráticos) que lhes são característicos e que lhes dão essa exceção⁴⁵. Acontece que esta característica específica, para os jacksonianos, não é motivo, para que os Estados Unidos se projetem no mundo como os defensores de todos os Estados ou que atuem como uma nação universal.

⁴³ Nicholas M. Gallagher, “The Better Jacksons of Trump’s Nature”, *National Review* 68(10), 2016, p.20. Disponível em <https://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=2216a984-b22d-4d09-9c1a-676d5477e868%40sessionmgr4008> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁴⁴ Tiago Moreira de Sá & Diana Soller, *O Método no Caos*, Lisboa, D. Quixote, 2018, p.79; Michael Clarke & Anthony Ricketts, “Understanding the return of the Jacksonian tradition”, *Orbis*, 61(1), 2017, p.87. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438716300734> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁴⁵ Tiago Moreira de Sá & Diana Soller, *O Método no Caos*, Lisboa, D. Quixote, 2018, pp.120-121

Para Walter Russell Mead, o excecionalismo americano é visto como “*algo inerente ao compromisso singular do país com a igualdade e dignidade individual dos cidadãos americanos*”⁴⁶. Por esta razão, a narrativa que defendem os jacksonianos é totalmente contrária àquela que tem vindo sendo protagonizada pelos Estados Unidos, desde a presidência de Barack Obama, passando pela política de George W. Bush de exportação dos ideais democráticos americanos como o rumo a seguir para atingir a excelência e o sucesso económico dos americanos.

Conservadorismo e Nacionalismo

Donald J. Trump é atualmente a figura máxima do partido republicano, um partido que se guia pelos valores conservadores e que, por consequência guia toda a visão política do atual presidente norte-americano no que toca a política interna e internacional. Com maior enfoque na vertente internacional, os princípios de política externa pelos quais se guia Donald Trump, enquanto conservador, apresenta pontos de contacto com uma tradição introduzida por Henry Nau e Paul Miller, denominada de internacionalismo conservador. Primeiramente importa ressaltar que a Donald Trump, assim como todo o seu discurso no período de candidatura à presidência dos Estados Unidos, não se associa a visão internacionalista da política externa da mesma forma como se projetava a política externa da anterior administração.

Acontece que o discurso fortemente conservador que o atual presidente americano tinha na altura da pré-eleição tem sofrido alterações e algumas das posições que este tinha

⁴⁶ Walter Russell Mead, “The Jacksonian revolt: american populism an the liberal order”, *Foreign Affairs* (96), 2017, p.3. Disponível em <https://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=9ee34fca-3c86-48a5-abf3-c0f10905f8d4%40pdc-v-sessmgr04> [acesso a 12 de agosto de 2019]

tomado não se mantêm atualmente. Muitos argumentam que esta mudança de atitude é resultado da imprevisibilidade de Trump (apontada como vantagem e desvantagem) ou do reconhecimento de que muitas das suas declarações não se enquadravam ou não seriam as melhores decisões a tomar. Posto isto, esta nova vertente do internacionalismo conservador surge como uma “terceira via”, alternativa ao nacionalismo/realismo e liberalismo, tendo como principal foco “*a luta pela liberdade*”; Henry Nau defende que esta abordagem “*compreende os objetivos do internacionalismo liberal (reforma do sistema internacional, não se conformando com o status quo), os meios do realismo (uso da força durante as negociações, não como último recurso) e o propósito do nacionalismo (um mundo de soberania, mas com nações livres e não instituições internacionais globais)*”⁴⁷.

Como já foi debatido, a abordagem de política externa de Donald Trump é adversa à ideia de exportação dos ideais americanos e de implementação da democracia americana em países de regimes políticos diferentes; sendo esta a principal finalidade do internacionalismo conservador, pode-se considerar que este não é compatível com as ideais do presidente americano. No entanto, alguns dos princípios basilares desta abordagem são adotados pela administração Trump, o que fez questionar o verdadeiro conservadorismo de Donald Trump no que diz respeito à política externa.

Primeiro, o internacionalismo conservador, seguindo uma lógica realista, privilegia uma visão estatocêntrica da política internacional: os Estados, soberanos e nacionalistas, são os principais atores na cena internacional e os seus interesses nacionais são prioritários; os princípios da soberania e do Estado-Nação prevalecem sobre as instituições internacionais⁴⁸. Existe, por isso, um ceticismo no papel das instituições internacionais que limitam a ação dos Estados e os condiciona, o que afeta a soberania estatal e impede ações unilaterais. É um contrassenso, na medida em que estas mesmas instituições internacionais são fruto da ordem liberal construída pelos americanos; exemplo pragmático desta posição é a abordagem que a administração Trump faz à NATO, considerando-a obsoleta e colocando em causa a manutenção da participação de

⁴⁷ Henry R. Nau, “Why ‘Conservative’ Not Liberal, Internationalism?” , *Orbis* 62(1), 2018, p.29. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438717301151> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁴⁸ *Ibidem*, p.23; Ionut C. Popescu, “Conservative Internationalism and the Trump Administration?”, *Orbis* 61(1), 2018, p.96. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438717301187> [acesso a 12 de agosto de 2019]

um membro permanente do Conselho de Segurança (“*anything not working, we’ll fix, and anything that seems obsolete and not necessary, we’re going to do away with*”)⁴⁹, tal como a decisão da retirada do Acordo de Paris.

Segundo, um melhoramento do financiamento das forças armadas americanas de forma a garantir a supremacia, visto que só assim era possível atingir aqueles que são considerados os interesses nacionais essenciais para os Estados Unidos e garantir uma posição de força e afirmação americana. A melhoria das forças armadas americanas, através de uma maior financiamento, é essencial para pôr em prática o princípio da “diplomacia armada”: pretende-se que se utilize a ameaça do uso da força como meio nas negociações, de forma a persuadir a outra parte a tomar determinada decisão; esta ameaça o uso da força deve ocorrer durante as negociações e servirá, apoiado em forças armadas consolidadas e bem reforçadas, como vantagem no momento negocial, e não como último recurso em casos já perdidos⁵⁰. Não há a promoção da força, no sentido realista, mas sim o reconhecimento de que esta é essencial na diplomacia quando se lidam com Estados rivais ou irredutíveis.

Terceiro, é reconhecido que a emergência de Estados que se pretendam tornar hegemónicos na Europa (Ásia e Médio Oriente), é a principal preocupação dos Estados Unidos a longo prazo. Neste contexto, países como a China, Rússia, Irão e Coreia do Norte, apresentam-se como as principais ameaças à esfera de influência americana e, por consequência, aos interesses dos Estados Unidos. Por outro lado, a ameaça nuclear e do terrorismo internacional. Nesta questão do terrorismo internacional, o presidente Donald Trump é muito assertivo no que toca ao combate ao Estado Islâmico: esta “*hedionda forma de terrorismo*” tem de ser combatida, de forma a impedir que este continue a usufruir do petróleo do Médio Oriente, nomeadamente Iraque e Síria, e que, de acordo

⁴⁹ Nicky Haley in POPESCU, “Conservative Internationalism and the Trump Administration?”, *Orbis* 61(1), 2018, p.98. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438717301187> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁵⁰ *Ibidem*, p.96; Henry R. Nau, “Why ‘Conservative’ Not Liberal, Internationalism?”, *Orbis* 62(1), 2018, p.24. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438717301151> [acesso a 12 de agosto de 2019] ; Paul D. Miller, “Conservative Internationalism Out of Power”, *Special Issue on Conservative Internationalism*, *Orbis* 62(1), 2018, p.113. Disponível em <https://resolver.ebscohost.com/openurl?sid=EBSCO%3aedseic&genre=article&issn=00304387&ISBN=&volume=62&issue=1&date=20180101&spage=105&pages=105+-+115&title=Orbis&atitle=Conservative+Internationalism+Out+of+Power&aulast=Miller%2c+P.D.&id=DOI%3a10.1016%2fj.orbis.2017.11.005&site=ftf-live> [acesso a 12 de agosto de 2019]

com Donald Trump, é petróleo dos americanos. A estratégia de Trump seria “*rebentar com aqueles campos petrolíferos*”, de forma a eliminar a fonte de financiamento deste grupo terrorista. Por esta razão, o presidente americano reconhece a possibilidade da necessidade de enviar tropas armadas para o Médio Oriente, forças essas devidamente equipadas, com o “*empenho real em ir atrás deles implacavelmente onde quer que eles estejam, sem parar, até que o último esteja morto- e sempre incluindo outros países para ajudar*”⁵¹.

Outro ponto de contacto entre o discurso de Donald Trump e o internacionalismo conservador diz respeito ao crescimento económico, que se pretende doméstico e internacional, de forma a garantir que os interesses americanos são garantidos. A administração Trump apoia-se num discurso protecionista, de proteção dos produtos e indústrias nacionais, o que significa que tem de haver um maior privilégio da produção nacional e um maior controlo das importações das produções internacionais, com custos de produção inferiores aos praticados nos Estados Unidos. Por esta razão, medidas protecionistas serão tomadas, de forma a que se consiga assegurar o poder económico americano, ao mesmo tempo que se estimula a economia nacional, com a criação de postos de trabalho⁵². A mesma lógica para os acordos internacionais que foram celebrados, como o NAFTA que, de acordo com os Estados Unidos não permite aos Estados Unidos salvaguardar os seus interesses.

Quando se aborda a vertente protecionista do discurso de Donald Trump, não se pode negligenciar a vertente nacionalista que a acompanha e dominou toda a campanha e primeiros meses da atual presidência, contrariando as anteriores administrações que seguiram abordagens mais internacionalistas. Neste contexto, quando se fala em nacionalismo, este define-se, de acordo com Hal Brands, como “*a busca por uma política externa que, agressivamente, prioriza os interesses nacionais da América*”⁵³. Hal Brands, no artigo intitulado “*US Grand Strategy in an Age of Nationalism: Fortress America and*

⁵¹ Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, p.65

⁵² Pat Paterson, “Origins of U.S. Foreign Policy”, William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies, Perry Center Occasional Paper, 2018, p.43. Disponível em https://www.williamjperrycenter.org/sites/default/files/publication_associated_files/Origins%20of%20US%20Foreign%20Policy.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁵³ Hal Brands. “US grand strategy in an age of nationalism: Fortress America and its alternatives”, *The Washington Quarterly* 40(1), 2017, p.73. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0163660X.2017.1302740> [acesso a 12 de agosto de 2019]

its alternative”, disserta sobre a abordagem nacionalista de Donald Trump, destacando duas versões do nacionalismo americano (um nacionalismo mais moderado e uma versão mais radical, que apelida de “*Fortress America*”), realçando entre elas as diferenças que as distinguem. De acordo com Brands, o discurso nacionalista do presidente norte-americano evoluiu entre as duas fases: inicialmente adotando a postura mais rígida e radical da perspectiva “*Fortress America*” nos primeiros discursos e políticas seguidas, progredindo para uma abordagem mais ponderada, “*uma versão mais benigna do nacionalismo americano que pode ser pensada como internacionalismo com uma tônica nacionalista*”⁵⁴.

A perspectiva seguida pela administração de Donald Trump nos primeiros meses, “*Fortress America*”, por ser uma forma de ver o nacionalismo mais árdua, provocaria um retrocesso na ordem internacional contruída pelos Estados Unidos, porque se centraria no “*unilateralismo e, mais tarde, no isolacionismo*”, o que se verificou várias vezes nos discursos de Donald Trump: um afastamento das instituições internacionais, assim como o libertar da ideia de que os Estados Unidos, como garantes da paz ou polícias do mundo, teriam de intervir em todo e qualquer conflito que colocasse em causa a paz internacional, mesmo que isso não significasse uma ameaça direta aos americanos. Para Brands, esta postura isolacionista não permitiria aos Estados Unidos manter o seu estatuto de superpotência (“*superpower suicide*”⁵⁵). Em termos práticos, esta abordagem sustenta-se em muitos dos princípios que caracterizam a visão de política externa de Donald Trump, já abordados: o isolacionismo e a liberdade de atuação de uma potência mundial que não pretende ser constrangida pela conjuntura da lei internacional, a questão da segurança coletiva e o *free-riding* no que diz respeito às contribuições americanas a instituições internacionais e bens públicos, havendo a delegação de responsabilidades para todos os Estados caso pretendam manter este sistema de segurança; o maior financiamento para que as forças americanas sejam as melhores e melhor reforçadas no que toca a armamento (o que não significa que exista o tal encorajamento e estímulo para que haja a defesa de todos os cantos do mundo, muito pelo contrário); uma postura bastante agressiva e ativa face ao terrorismo, procurando dismantelar os grupos terroristas, com ataques incisivos e estratégicos, através de uma estratégia de “*win and*

⁵⁴ *Ibidem*, p.73

⁵⁵ *Ibidem*, p.73

go home”, abandonando as anteriores práticas de reconstrução e garantia da paz nacional, abandonando assim a promoção dos direitos humanos e da democracia (que traz vários custos à economia americana); a proteção da produção nacional assim como das fronteiras nacionais, como clara resposta à globalização⁵⁶. De forma resumida, esta perspectiva afeta a ordem internacional liberal como conhecemos, com o retraimento de uma das principais potências, colocando em causa valores que são considerados como essenciais.

Por outro lado, Hal Brands reconhece também no discurso de Trump uma evolução mais cautelosa, que demonstra uma abertura para a vertente internacional, embora inserida sempre numa conjuntura nacionalista. Assim sendo, Brands define esta versão de nacionalismo, que permitiria: *“melhores negócios, melhor distribuição de encargos [“burdens”], e uma melhor proteção da soberania americana e recursos, enquanto se preserva – e reforça- o papel global da América e o sistema internacional*⁵⁷”. Portanto, há um reconhecimento de que há certos aspetos que têm de ser alterados para que a posição dos Estados Unidos seja reforçada, tendo em conta o declínio relativo dos Estados Unidos, sem que isso implique uma renúncia total à ordem internacional atual; é uma espécie de alteração de foco, deixando este de ser mundial, passando a ser nacional, colocando *“America First”*.

Assim sendo, esta visão mescla aspectos de um nacionalismo mais radical com a introdução de princípios internacionalistas: manutenção do estatuto de potência mundial, ao mesmo tempo que reclama regras iguais para todos os Estados; as alianças seriam celebradas tendo por base uma igualdade no que toca ao compromisso e responsabilidades de ambas as partes (*“burden-sharing”*), assim como utilizaria a sua influência para reformar as instituições consoante os seus objetivos; o reforço militar alastrar-se-ia para o campo da segurança coletiva como forma de garantir também a segurança nacional; também aqui se manifestaria a luta contra os grupos terroristas jihad, embora haja uma maior colaboração com os Estados muçulmanos, de forma a contrariar os custos suportados pelos americanos e evitando a estadia prolongada das forças armadas (com os perigos que isso acarreta, nomeadamente a nível político e da opinião pública); maior cooperação com as instituições internacionais que vão de acordo com os interesses americanos e fazendo marcar a sua posição sempre que a sua soberania ou interesses

⁵⁶ *Ibidem*, pp.78-80

⁵⁷ *Ibidem*, p.83

estejam em causa, havendo ainda a preocupação com os potenciais rivais e a sua ascensão⁵⁸.

A política externa norte-americana

Política externa de Donald Trump

A eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América trouxe consigo uma nova narrativa no que toca à política externa americana, nomeadamente aos princípios que a guiam. No caso de Donald Trump, esta situação é bastante peculiar, peculiaridade esta que deriva do histórico profissional de Trump enquanto homem de negócios bem-sucedidos. Por esta razão, e por não ter um passado estritamente ligado ao mundo político, a forma como Donald Trump visualiza e interpreta a política internacional, incluindo a política externa norte-americana, segue quase sempre uma lógica negocial e empresarial⁵⁹, que procura sempre maximizar os seus ganhos, minimizando os dos outros.

Tendo em conta este contexto característico, a política externa norte-americana de Trump não pode ser analisada fora deste enquadramento, tendo de ser compreendida consoante o ideal do negócio, do ganho, e da ideia de que um bom negócio resulta de uma negociação que traz benefícios para ambas as partes, minimizando os prejuízos. Esta narrativa é a narrativa que Trump decide implementar quando aborda as questões de política externa e que decidiu reforçar nos discursos aquando da sua candidatura a presidente e que manteve após a sua eleição, o “*presidente negociador*”: para o atual presidente americano, a América necessitava de alguém “*com bom senso e perspicácia*

⁵⁸ *Ibidem*, pp.84-89

⁵⁹ Lawrence Freedman, “Trump vs the world”, *New Statesmen* (147), 2018, p.24. Disponível em <https://eds.a.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=1&sid=dee210df-21f8-4180-86e7-e65bb4664b2b%40sdc-v-sessmgr01&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwLGNvb2tpZSxzaGliLHVpZCZsYW5nPXBOlXB0JnNpdGU9ZWRzLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=edsgcl.548560011&db=edsglr> [acesso a 12 de agosto de 2019]

*empresarial (...) alguém com um histórico comprovado de sucesso no mundo empresarial, alguém que compreenda a grandeza, alguém que nos [americanos] consiga realmente animar para atingirmos os padrões de excelência que outrora simbolizámos e que consiga explicar o que tem de ser feito”*⁶⁰.

Este enquadramento do “*deal*”, para além desta perspetiva já abordada de Donald Trump interpretar a política externa consoante o estatuto profissional de empresário de sucesso, que encara os negócios que celebra de acordo com a lógica *zero-sum* (o que um ganha, outro perde)⁶¹, também transporta para a ordem do dia uma das principais razões (ou talvez a principal razão) que levou o empresário e figura pública Donald John Trump a apresentar a sua candidatura a presidente dos Estados Unidos da América, em 2015: a posição dos Estados Unidos no mundo. Esta é uma questão central no discurso do presidente eleito, essencialmente porque é considerada a grande razão pela qual os Estados Unidos têm vindo a perder a supremacia face aos restantes Estados e permitido que, Estados com relevância na política internacional (como a China ou a Rússia), tenham crescido e ameaçado a posição de liderança americana⁶². Para Trump, a América precisa ser “*grande outra vez*” e contrariar a atual realidade norte-americana que o presidente classifica como de “*Terceiro Mundo*”⁶³.

Para isso, o recém eleito presidente americano, realça um conjunto de questões que, segundo o mesmo, não permitem que os Estados Unidos mantenham um papel de líderes mundiais que tiveram no passado e que, também por culpa da anterior administração, faz com que aquela ideia dos Estados Unidos como um grande Estado, inatacável e

⁶⁰ Donald Trump. *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, p.17

⁶¹ Reinhart Wolf, “Donald Trump’s status-driven foreign policy”, *Survival* (59), 2017, p.108. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2017.1375260> [acesso a 12 de agosto de 2018]

⁶² Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, p.16; Paul D. Miller, “Conservative Internationalism Out of Power”, *Orbis* 62(1), 2018, p.114. Disponível em <https://resolver.ebscohost.com/openurl?sid=EBSCO%3aedselec&genre=article&issn=00304387&ISBN=&volume=62&issue=1&date=20180101&spage=105&pages=105+-+115&title=Orbis&atitle=Conservative+Internationalism+Out+of+Power&aulast=Miller%2c+P.D.&id=DOI%3a10.1016%2fj.orbis.2017.11.005&site=ftf-live> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁶³ Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, p.14

hegemónico esteja a dissipar-se⁶⁴, tendo como consequência o facto de a nação americana deixar de ser encarada com o respeito e reputação que uma potência mundial como os Estados Unidos merece e conquistou ao longo dos anos: “a imigração ilegal, o subemprego, um produto interno bruto a diminuir, um arsenal nuclear envelhecido e o terrorismo islâmico”⁶⁵.

Para recuperar a sua grandeza, Donald Trump define a sua abordagem para a política externa norte-americana: “defendo que devemos funcionar a partir de uma posição de força”⁶⁶. Isto implica um desenvolvimento e melhoramento das forças armadas americanas, o que por consequência, demonstra o privilégio do hard-power (seguindo uma lógica clássica e realista, típica do discurso de Donald Trump) não só do ponto de vista militar, mas também de um ponto de vista económico (funcionando como forma de “injetar dinheiro real no sistema e pôr milhares de pessoas a trabalhar outra vez”) e de reputação, tendo em conta que uma afirmação veemente das forças armadas consolida uma posição de poder concordante com o estatuto de potência mundial que Trump pretende devolver aos Estados Unidos⁶⁷. Por outro lado, esta aposta nas forças militares norte-americanas não significa um maior envolvimento dos Estados Unidos nos conflitos internacionais: por contrário, a visão defendida por Donald J. Trump é a de que só existirá uma intervenção americana, caso sejam colocados em causa os interesses americanos, e em caso efetivo de envolvimento, este ocorrerá até se atingir a vitória e não implicará uma estadia prolongada com o objetivo de reconstruir o/os Estado/s afetado/s, como já acontecia nas administrações anteriores⁶⁸. Daí que o atual presidente americano privilegie uma abordagem de características isolacionistas, evitando os esforços para

⁶⁴ Reinhart Wolf, “Donald Trump’s status-driven foreign policy”, *Survival* (59), 2017, pp.100-103. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2017.1375260> [acesso a 12 de agosto de 2018]

⁶⁵ Donald Trump., *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, p.35

⁶⁶ *Ibidem*, p.57

⁶⁷ Stephen Sestanovich, “The Brilliant Incoherence of Trump’s Foreign Policy”, *The Atlantic*, 2017, p.96. Disponível em <https://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=6b9e05f9-9085-4529-a47b-93ce43a7029c%40pdc-v-sessmgr06> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁶⁸ Donald Trump., *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, p.62; Stephen Sestanovich, “The Brilliant Incoherence of Trump’s Foreign Policy”, *The Atlantic*, 2017, p.96. Disponível em <https://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=6b9e05f9-9085-4529-a47b-93ce43a7029c%40pdc-v-sessmgr06> [acesso a 12 de agosto de 2019]

garantir a estabilidade internacional, seguindo uma lógica de “*go alone*”, sem que seja pressionado pela comunidade internacional para atuar num sistema de segurança coletiva⁶⁹.

As questões abordadas por Donald Trump aquando da sua candidatura e consecutiva eleição abrangeram vários temas que tiveram grandes repercussões não só nos meios de comunicação norte-americanos, mas também nos internacionais. Esta situação não é de irrelevância, visto que os media tiveram um papel preponderante durante todo o processo de candidatura à presidência norte-americano assim como na elaboração de um perfil do candidato Donald Trump, um candidato controverso, sem conhecimentos políticos, “*o homem que os média adoram odiar*”⁷⁰, sem capacidades para liderar um Estado como os Estados Unidos. No capítulo intitulado “Os nossos meios de comunicação social políticos ‘isentos’”, na sua obra *Grande outra vez- como devolver a grandeza à América*, o agora presidente americano descreve aquilo que considerou ser um ataque vilipendioso que sofreu por parte de meios de comunicação imparciais, destacando a FOX NEWS e a CNN, que utilizam os seus interesses para guiar a sua capacidade de formar a opinião pública e que, por isso, segundo Trump, “*tentam manipular as pessoas – e as eleições- em prol dos candidatos que querem ver eleitos*”. Apesar de considerar que a intervenção dos meios de comunicação social no processo de eleição de presidente dos Estados Unidos da América não se marcou pela imparcialidade, Donald Trump reconhece que, embora existam alguns média “*abusivos*”, “*horríveis e desonestos*”, nem todos eles seguem este comportamento e ressalva que os média tiveram um papel importante no seu crescimento como empresário de sucesso (através dos *reality shows*) e na projeção dos seus negócios⁷¹.

Das temáticas colocadas na ordem do dia, o tema da imigração foi aquele que teve maior destaque e que contribuiu para que se comesçassem a formar algumas ideias (e preconceitos) em torno da forma como Trump abordou o tema. Considerando que as suas palavras tenham sido desvirtuadas com o objetivo de manipular a opinião pública, a

⁶⁹ Pat Paterson, “Origins of U.S. Foreign Policy”, William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies, Perry Center Occasional Paper, 2018, p.42. Disponível em https://www.williamjperrycenter.org/sites/default/files/publication_associated_files/Origins%20of%20US%20Foreign%20Policy.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁷⁰ Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, p.37

⁷¹ *Ibidem*

imigração ainda hoje é alvo dos discursos de Donald Trump, principalmente por ser considerada uma das razões pelas quais a reputação dos Estados Unidos hoje já não é o que era: para Trump, é a imigração, principalmente a imigração ilegal, não só coloca uma questão de segurança nacional e fronteiriça (*“um país que não consegue proteger as suas fronteiras não é um país”*⁷²), como tem impacto na economia nacional. Daí que grande parte do discurso do presidente americano, seguindo a narrativa de que a atual posição dos Estados Unidos está fragilizada e apoiado num discurso de apelo à nação que ascende a um futuro melhor, a melhores condições de vida de forma a atingir “o sonho americano”, esta temática tornou-se central, focalizando a imigração ilegal (que retira oportunidades aos nacionais e todos aqueles que aguardam anos pela obtenção da nacionalidade norte-americana) e destruindo o atual sistema de imigração e monitorização, reconhecendo que nem todos os imigrantes ilegais se marcam pela criminalidade e desonestidade, mas que grande parte destes indivíduos são influenciados pelos seus próprios governos a imigrarem para os Estados Unidos.

O grande exemplo dado para ilustrar esta perspetiva foi o México e a célebre narrativa da construção de um muro, pago pelos mexicanos, na fronteira dos dois países. Apoiado nos seus conhecimentos na construção de edifícios, Donald Trump afirma perentoriamente que a construção desta separação física entre os Estados Unidos e o México irá ser paga pelos mexicanos, mesmo que isso não exija um pagamento direto como consequência desta construção: ou seja, Trump enumera vários métodos de pagamento que poderão ser exigidos aos mexicanos, *“aumentar as várias taxas transfronteiriças que cobramos (...) aumentar as taxas que são devidas pelos vistos temporários (...) apreender as remessas de dinheiro derivadas de salários ilegais (...) cortar na ajuda externa que prestamos ao México ou simplesmente deixar bem claro ao governo mexicano que é do melhor interesse da relação muito proveitosa-para eles- que têm com os Estados Unidos pagar o muro”*⁷³.

Um outro problema que Donald Trump ressalva diz respeito ao plano internacional, nomeadamente à relação que os Estados Unidos têm com as instituições internacionais (principalmente a NATO) e a qualidade dos acordos que são celebrados

⁷² *Ibidem*, p.45

⁷³ Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, pp.48-49

que, para Donald J. Trump, não são bons acordos porque não só não trazem benefícios para os Estados Unidos como beneficiam, de forma desigual, as outras partes envolvidas nestes mesmos acordos (um exemplo dado pelo presidente é o caso do Acordo Nuclear com o Irão, celebrado pela administração Obama). Neste âmbito importa destacar aquela que é a visão de política externa de Trump, que tendo como base o pensamento jacksoniano, privilegia aqueles que são os interesses americanos, recuperando os Estados Unidos a sua posição de força e impondo a sua grandeza.

É o esplendor do ideal do “*America First*” e “*Make America Great Again*”⁷⁴, da proteção e defesa dos interesses dos Estados Unidos, uma perspetiva que, de acordo com o presidente americano, não tem sido a privilegiada pelas anteriores administrações, constituídas por “*burocratas de fatinho às riscas*” e “*diplomatas de carreira que nos meteram em tantas confusões em termos de política externa*”⁷⁵. De acordo com esta posição de privilegiar os interesses americanos, é compreensível a narrativa de Donald Trump no que diz respeito às instituições internacionais: como já foi referido, o movimento jacksoniano tem um papel preponderante naquela que é a visão política do atual presidente americano, o que, no âmbito das instituições internacionais, significa que não há tanta abertura para o multilateralismo ou para a colaboração com as mesmas, por se considerar que isso afeta a soberania estatal e condiciona a liberdade de atuação dos Estados.

Não contribui também para criar uma imagem positiva da atuação das instituições internacionais, o aproveitamento que é feito por alguns Estados, o *free-riding*, no que diz respeito ao não pagamento de quotas designadas mas que implicam o usufruto de privilégios: exemplo disso é a NATO e o célebre artigo 5º da segurança coletiva; Donald Trump manifestou-se contra esta instituição, considerando-a “*obsoleta*” (embora tenha retificado a sua consideração mais tarde) e exigindo que todos cumpram com as suas funções e que os Estados Unidos não sejam os únicos que se responsabilizam pelo pagamento das quotas e que todos usufruam deste mesmo artigo. Mais uma vez, é o

⁷⁴ Lawrence Freedman, “Trump vs the world”, *New Statesmen* (147), 2018, p.135. Disponível em <https://eds.a.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=1&sid=dee210df-21f8-4180-86e7-e65bb4664b2b%40sdc-v-sessmgr01&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwLGNvb2tpZSxzaGliLHVpZCZsYW5nPXBOlXB0JnNpdGU9ZWZlWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=edsgcl.548560011&db=edsclr> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁷⁵ Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, p.56

reforço de que existem acordos celebrados pelos Estados Unidos que não os beneficiam (nestes moldes) e que, neste caso, prejudicam financeiramente os Estados Unidos; “*se vamos continuar a ser os polícias do mundo, então temos de ser pagos para fazer isso*”⁷⁶.

A Grande Estratégia do Retraimento Estratégico

Com o final da Guerra Fria e queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, entrou-se numa nova fase da política internacional que quebrava com a rotina bipolar que havia permanecido desde 1945 até 1991. Sendo a única superpotência, os Estados Unidos assumiam novas responsabilidades que surgiram com este novo estatuto, uma posição de liderança que os Estados Unidos encararam com uma obrigatoriedade de ser o garante da paz e estabilidade internacional, sendo que para isso deveria uma participação ativa em todos os problemas internacionais que pudessem despoletar, mesmo que isso significasse intervenções em conflitos em outros Estados que não envolvessem diretamente os americanos. Esta postura intervencionista foi durante muitos anos a postura privilegiada, apesar de terem existido momentos mais próximos de um certo isolacionismo, e é aquela que “*o consenso*” (de acordo com Barry Posen) tende a aceitar a grande estratégia que os Estados Unidos devem seguir, apoiando-se na imagem de liderança que os Estados Unidos têm e das suas capacidades militares e económicas condizentes com uma potência capaz de ditar e desenhar à sua medida a política internacional⁷⁷.

Esta atitude foi a estratégia dos Estados Unidos na sequência da Guerra Fria, tendo sido bastante privilegiada durante o período da administração Bush, na sequência dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que exigiram aos Estados Unidos, por um

⁷⁶ Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, p.57

⁷⁷ Barry Posen, “The case for restraint”, *American Interest* 3(2), 2007. Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2007/11/01/the-case-for-restraint/> [acesso a 12 de agosto de 2019]

lado, um endurecer da sua força de estar de maneira a reforçar a ideia de que os Estados Unidos não se deixariam enfraquecer por estes acontecimentos e não permitiriam que existissem Estados que colocassem em causa a sua segurança, interesses e poder, e por outro lado, fez saber que assumiria a sua posição como líder mundial, exporta a sua democracia e valores procurando moldar o mundo de acordo com os princípios liberais americanos, procurando por isso alterar regimes políticos que não se enquadrassem ou que fossem claramente contrários à democracia americana, como aconteceu no Afeganistão/Iraque.

Obviamente, apesar de este intervencionismo mundial permitir aos Estados Unidos posicionar-se como a potência influente, marcando um estatuto de preponderância e hegemonia, traz muitas consequências que afetam também uma grande potência: questões como as levantadas por Posen no que diz respeito aos gastos no orçamento a nível militar e no apoio à reconstrução de nações (na linha da transformação de regimes para democráticos), à proliferação do ódio e sentimento americano (que despertam atenções para as ameaças à segurança americana), os problemas que resultam da globalização e os riscos que a economia americana enfrenta por ser bastante globalizada (e, por isso influenciada por crises financeiras, choques petrolíferos); ou seja, há uma maior exposição que não só permite um papel de destaque aos Estados Unidos, como torna-os mais vulnerável à oposição, à crítica e às ameaças.

A perceção de que o poder americano poderia já não ser tão hegemónico vem a acentuar-se nos finais do século XX e acentua-se em 2003, após a intervenção americana no Iraque, numa reação aos ataques terroristas e sob a ideia de que o Iraque era possuidor de armas de destruição maciça, o que levou os Estados Unidos a agirem unilateralmente e sob a forma de guerra preventiva. Apesar de todas as questões jurídicas que rodeiam esta decisão (o não apoio da NATO), a principal centra-se na “*perda de legitimidade internacional dos Estados Unidos*”, resultado de uma ação pouco ponderada e que mostrou uma imagem americana pouco racional e de certa forma imperialista. É neste contexto mundial reticente à postura dos Estados Unidos que é eleito Barack Obama como presidente norte-americano; nesse momento é conjuntura é específica, delicada e pretende do presidente uma forma ponderada de ligar com a formulação e execução da política externa americana: se por um lado, mantinha-se o desconforto de alguns Estados (principalmente no Médio Oriente) em relação à forma de atuar americana (envolvendo-se em questões de soberania nacional), por outro lado, o mundo experienciava agora

momentos de ascensão de novas potências que pretendiam balancear a influência americana e distribuir o poder que se encontrava maioritariamente nos americanos (países como a China ou a Rússia), promovendo assim uma transição de poder, que deixava de estar totalmente concentrado no Ocidente, para novas regiões de influência. Portanto, Obama acabou por ter de lidar com as consequências de uma política extremamente intervencionista, ao mesmo tempo que a política internacional se transformava e dava lugar de destaque a novas potências, sem que os Estados Unidos deixassem de estar presentes, embora vendo o seu poder declinar-se face a décadas anteriores.

Para enfrentar esta realidade que não se apresentava mais como unipolar, os Estados deveriam optar por alterar a sua estratégia e seguir um rumo oposto àquele que vinha sendo praticado: nesta lógica, a estratégia adotada foi a de um retraimento estratégico, partindo da ideia de que *“a assunção da perda relativa de poder norte americano(...) deverá ser colmatada por um novo tipo de liderança mais retraída e menos interventiva”* promovendo *“a bilateralização e institucionalização da política externa norte-americana, tendo como objetivo uma mais efetiva distribuição do esforço de manutenção da estabilidade internacional”*⁷⁸. Portanto, esta nova estratégia de retraimento estratégico implica um aligeirar na forma de atuação americana na política internacional, o que não significa de deixe de existir qualquer preocupação americana em relação aquilo que acontece no mundo, pelo contrário, Posen refere que esta nova posição permite aos Estados Unidos *“modelar”* a política internacional ao invés de a *“controlar”*⁷⁹, o que, essencialmente, implica que os Estados Unidos abdicuem do papel principal para se tornarem secundários, mantendo a sua influência (*“The United States should presence an ability to help out if necessary, but it should be stingy in this regard”*). Resumidamente, o retraimento é uma *“política de retração de grandes compromissos estratégicos em resposta a um declínio do poder relativo. (...); isto significa diminuir os custos da política externa, redistribuindo os recursos dos compromissos periféricos para*

⁷⁸ Diana Soller, “O Relatório Albright e a grande estratégia Obama, um caso de convergência”, *Relações Internacionais* (27), 2010, p.12. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000300002 [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁷⁹ Barry Posen, “The case for restraint”, *American Interest* 3(2),2010. Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2007/11/01/the-case-for-restraint/> [acesso a 12 de agosto de 2019]

*os compromissos essenciais*⁸⁰” e é estratégico porque resulta de “*uma escolha consciente que um presidente faz, não apenas tendo em conta os fatores nacionais e internacionais, mas as suas próprias preferências na hierarquia das prioridades*”⁸¹”.

Uma das principais premissas desta estratégia diz respeito à participação militar dos Estados Unidos e à presença das forças armadas americanas em território estrangeiro. De acordo com o retraimento estratégico e seguindo a lógica de menor envolvimento, proceder-se-ia a uma redução do número de forças militares norte americanas, incluindo minimizar os militares em operação noutros territórios em operações antes consideradas essenciais; Gholz, Press e Sapolky, no artigo “Come Home, America: the strategy of restraint in the face of temptation” apelidam esta mudança como uma espécie de isolacionismo moderno: adotam a política da retirada militar, rejeitando o protecionismo característico de uma política isolacionista⁸². Apesar de pretender ter uma participação menos ativa (e com isso resguardar os seus recursos), fruto de um declínio do seu poder, os Estados Unidos continuam a ter um papel significativo e influente na política internacional que não lhe permite manter-se totalmente à parte dos maiores problemas mundiais, com os quais tem de lidar por questões da sua própria segurança; exemplo disso é o terrorismo, que não permite aos Estados Unidos adotar uma posição menos significativa no que toca à vertente militar, sob pena de permitir um reforço dos grupos militares e, com isso, fomentar uma ameaça real à sua segurança e interesses vitais; por isso, deve privilegiar-se uma estratégia militar “forte” para lidar com o problema, mas sem que isso um aumento exacerbado do número de militares no terreno.

Barry Posen realça também esta questão ao abordar o Médio Oriente, nomeadamente no que diz respeito à menor presença militar americana em territórios aliados: para Posen, a estratégia para esta região tem de ser ponderada, porque os aliados, apesar dos seus recursos, têm dificuldades em construir uma defesa consolidada que lhes

⁸⁰ Paul K. MacDonald & Joseph M. Parent, “Graceful decline? The surprising success of great power retrenchment”, *International Security* 35(4), 2011, p.11. Disponível em https://www.mitpressjournals.org/doi/pdfplus/10.1162/ISEC_a_00034 [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁸¹ Diana Soller, “Retraimento ou acomodação? A herança de Barack Obama para as potências emergentes e a ordem internacional”, *Relações Internacionais* (51), 2016, p.15. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n51/n51a02.pdf> [acesso de 12 de agosto de 2019]

⁸² Eugene Gholz, Daryl G. Press & Harvey M Sapolsky, “Come home, America- the strategy of restraint in the face of temptation”, *International Security* 21(4), 1997, p.6. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/pdf/2539282.pdf> [acesso de 12 de agosto de 2019]

garanta não só a sua segurança como permita salvaguardar os interesses norte-americanos no Médio Oriente, Por esta razão, *“the U.S. should maintain sufficient forces in the Persian Gulf to prevent any country from monopolizing control over significant amounts of the region’s oil [and] (...) the U.S. military pressure must be minimized to avoid heightening religious or nationalist pressures that destabilize the regimes of friendly Gulf countries*⁸³”.

Uma outra premissa desta estratégia enquadra-se num contexto de segurança e da contribuição de países aliados para que essa segurança seja garantida: ou seja, adotando uma postura mais retraída, quer nas intervenções estrangeiras quer nos elevados gastos que todos os anos os Estados Unidos despendem, os americanos pretendem ver partilhadas as responsabilidades no que diz respeito a assegurar a sua própria segurança, seguindo a lógica do *“burden sharing”*, portanto existe uma partilha dos fardos que nessa realidade corresponde aos custos que uma segurança consolidada e forte acarretam. Em termos práticos, existe o exemplo da NATO e as consecutivas demonstrações de desagrado dos Estados Unidos (da administração Obama e Trump) em relação aos Estados europeus que usufruem de um sistema de segurança coletiva que, à luz do artigo V do tratado que fundou a Organização do Tratado do Atlântico Norte, estabelece que exista um mecanismo de defesa que define que *“as Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se, um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa (...) prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas*⁸⁴ (...)”.

De acordo com os Estados Unidos, os americanos suportam grande parte dos custos com este sistema de segurança e os restantes países não cumprem com as quotas que lhes estão destinadas. Face a esta realidade, os Estados Unidos devem garantir que os países aliados contribuem para este sistema, relegando-lhes responsabilidades e os respetivos custos (uma das vantagens desta estratégia); Barry Posen destaca que *“if other consequential powers benefit as much from globalization as does the U.S., they should*

⁸³*Ibidem*, p.25

⁸⁴ Artigo 5^a da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Disponível em https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt [acesso a 12 de agosto de 2019]

*share ownership of its political costs. If others need to pay more for their security, they will think harder about their choices*⁸⁵”.

Como já foi referido, esta estratégia de retraimento estratégico não reúne o total consenso em torno da sua real eficácia, porque é associada a uma desvalorização do estatuto da potência, face ao declínio relativo de poder que esta ultrapassa durante um determinado período. Os pessimistas, de acordo com Paul K. MacDonald e Joseph M. Parent, rejeitam o retraimento porque transmite a imagem de que uma determinada potência se apresenta no sistema internacional, de carácter anárquico e competitivo, como fragilizada, fraca, perdendo “*credibilidade e prestígio*”⁸⁶, ao mesmo tempo que potencializa, em regiões menos estáveis do globo, a ascensão do tiranismo e condiciona o comércio internacional⁸⁷. Pelo contrário, os autores, privilegiando uma visão mais otimista do retraimento estratégico, adotam uma posição contrária à dos pessimistas, defendendo que uma política de retraimento, alicerçada em recursos escassos, não transforma uma potência menos credível, pelo contrário demonstra que esta tem capacidade para concentrar estes mesmos recursos em objetivos chave para essa potência, fortalecendo-se e não desviando recursos para fins vácuos, que não são prioridade.

Seguem, por isso a lógica da “*solvência*”: no sentido de evitarem a sua “*insolvência*” (do ponto de vista de aniquilarem todos os seus recursos), os Estados deverão optar por adotar políticas de retraimento, adotarem períodos de reflexão que lhes permitirão reorganizar estratégias de forma a contrariar uma realidade de declínio de poder⁸⁸; desta forma os Estados, ao invés de se contentarem com a ideia de que o seu poder está em declínio, estão a reconhecer a realidade em que vivem, redireccionando racionalmente os recursos disponíveis para objetivos estratégicos

⁸⁵ Barry Posen, “The case for restraint”, *American Interest* 3(2),2010. Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2007/11/01/the-case-for-restraint/> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁸⁶ Paul K. MacDonald & Joseph M. Parent, “Graceful decline? The surprising success of great power retrenchment”, *International Security* 35(4), 2011. p.13. Disponível em https://www.mitpressjournals.org/doi/pdfplus/10.1162/ISEC_a_00034 [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁸⁷ Joseph M. Parent. & Paul K. MacDonald, “The Wisdom of Retrenchment- America Must Cut Back to Move Forward”, *Foreign Affairs* (90), 2011, p.2. Disponível em <https://saintjoehigh.enschool.org/ourpages/auto/2012/10/5/54579209/11-1112%20The%20Wisdom%20of%20Retrenchment.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁸⁸ *Ibidem*, p.19

Capítulo III- Estados Unidos e o Médio Oriente

A região do Médio Oriente é uma das principais regiões mundiais. Esta especificidade é proporcionada não só pela sua localização estratégica (proximidade de três continentes -África, Ásia e Europa [com destaque para a proximidade com o território russo] -, assim como de pontos estratégicos como o Canal do Suez ou o Golfo Pérsico, aliando-se as questões relacionadas com terrorismo e armamento nuclear⁸⁹) como por razões económicas, geoestratégicas e energéticas. Por estes motivos, a região do Médio Oriente torna-se essencial para as potências com influência mundial e interesses globais, como os Estados Unidos. Apesar deste motivos, que permitem que esta região tenha uma relevância considerável nas políticas desenvolvidas pelas principais potências para esta área do globo, o Médio Oriente é fortemente marcado pela sua instabilidade, o que ameaça os interesses na região, condiciona as estratégias desenvolvidas para os atingir, assim como influencia o processo de tomada de decisão de futuras intervenções na região e as consecutivas consequências na opinião pública⁹⁰.

Apesar da instabilidade característica desta região, os Estados Unidos mantêm-se bastante interessados no Médio Oriente, interesse este que evoluiu com o passar do tempo e que permite identificar momentos/constantas que se prolongam desde o início das relações. Primeiramente, e de forma a marcar o início das relações entre os Estados Unidos e o Médio Oriente, reconhece-se o primeiro contacto entre as duas regiões após a 2ª Guerra Mundial⁹¹, com a visita presidencial Roosevelt à Arábia Saudita (1945), no seguimento de um conjunto de encontros com líderes do Médio Oriente e do continente africano. Em segundo lugar, uma das bases da relação entre os Estados Unidos e o Médio Oriente: a energia. Como é conhecido, o Médio Oriente é uma das principais regiões no que diz respeito à questão energética, nomeadamente à percentagem que detém do petróleo mundial; sendo este um combustível essencial às economias industrializadas, é de fácil compreensão que a detenção de uma percentagem considerável de reservas de petróleo mundial por parte de países localizados numa região bastante instável, torna-se essencial que não exista um escalar de hostilidade com as principais detentoras de

⁸⁹ Tiago Moreira de Sá & Diana Soller, *O Método no Caos*, Lisboa, D. Quixote, 2017, p.164

⁹⁰ Alexander DeConde, *A history of American foreign policy*, New York, Scribner, 1971, p.174

⁹¹ Tiago Moreira de Sá & Diana Soller, *O Método no Caos*, Lisboa, D. Quixote, 2017, p.164

petróleo, de forma a evitar que existam cortes no fornecimento deste hidrocarboneto e que, por consequência, influencie negativamente todas as economias que são alimentadas por este combustível e que entrarão num período de crise caso uma situação crítica semelhante a esta aconteça⁹². Por esta razão, importa estimular as relações com Estados aliados e com importância geopolítica relativamente às reservas de petróleo, como acontece com a Arábia Saudita, mas também evitar o ambiente hostil com Estados com os quais não se tem boas relações diplomáticas, no caso do Golfo Pérsico, o Irão e o Iraque, o conhecido “Eixo do Mal”, que detêm um número significativo de reservas do petróleo mundial.

Em terceiro lugar, estão as questões relacionadas com a soberania dos Estados do Médio Oriente e, nomeadamente, a tendência “hegemónica” dos Estados Unidos para se intrometerem nos assuntos internos desta área do globo⁹³. Como já foi referido, as ações de política externa americana, quer seja através de uma vertente mais internacionalista ou nacionalista, guiam-se pela defesa dos interesses nacionais americanos (o que quer que isso implique), o que, de certa forma, explica a tal tendência intrometida dos americanos (que não se limita ao âmbito político), estejam estes interesses em causa. Iniciam-se assim um conjunto de ações no sentido de garantir que os interesses sejam salvaguardados, num ambiente favorável à perseguição dos mesmos.

Em quarto lugar, os “Estados amigos” na esfera de influência americana no Golfo Pérsico: como já foi referido, os países aliados são essenciais aos Estados Unidos de forma a garantir a estabilidade da região e a contrariar a ascensão de Estados, como o Irão ou o Iraque, a hegemónicos. Permite-se assim criar um balanço, sendo que ambos os Estados se contrariam. Neste âmbito, atualmente são dois os grandes aliados americanos no Golfo Pérsico: a Arábia Saudita e Israel. Apesar de considerado hoje em dia como um inimigo, o Irão também foi um dos aliados americanos na segunda metade do século XX;

⁹² Toby Craig Jones, “America, oil, and war in the Middle East”, *The Journal of American History*, 99(1) (2012), p.312-313. Disponível em <http://surplus-value.org/readings/oil/jones-america.pdf>. [acesso a 12 de agosto de 2019]; Michael T. Klare, “Oil, Iraq, and American foreign policy: the continuing salience of the Carter doctrine”, *International Journal*, 62(1), 2006-2007, p.33. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002070200706200104?journalCode=ijxa>. [acesso a 12 de agosto de 2019]; Sheldon L. Richman, *The United States and the Persian Gulf*, Cato Institute, 1985, p.30

⁹³ Toby Craig Jones, “America, oil, and war in the Middle East”, *The Journal of American History*, 99(1) (2012), pp.210-221. Disponível em <http://surplus-value.org/readings/oil/jones-america.pdf>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

a par da Arábia Saudita, o Irão fez parte de uma política “*twin pillars*”⁹⁴, que retratava a ligação próxima que existia entre estes Estados e os Estados Unidos da América; sendo estes essenciais para a política americana desenvolvida para a região. Com a ascensão do ayatollah Khomeini, as relações diplomáticas entre o Irão e os Estados Unidos deterioraram-se, passando o Irão de aliado importante a uma das principais ameaças aos interesses americanos.

Por último lugar, importa destacar o papel muito significativo de Israel para os Estados Unidos. Um dos pontos mais altos das relações diplomáticas entre os dois países foi protagonizado pelo atual presidente americano, Donald Trump, aquando do reconhecimento de Jerusalém como a capital do Estado de Israel. Este momento reitera as boas relações que os dois Estados têm e que têm sido reforçadas através de apoios (financeiros e militares) fornecidos pelos americanos, no sentido de fortalecer um dos seus principais aliados no Médio Oriente; esta situação torna-se ainda mais esclarecedora quando se analisa a influência do *lobby* pró-Israel, praticado nos Estados Unidos, tendo esta prática uma influência bastante considerável no desenvolvimento da política externa norte-americana.

A Grande Estratégia do *Offshore Balancing*

Um maior interesse dos Estados Unidos pelo Médio Oriente ocorre no final da Segunda Guerra Mundial, orientado por uma estratégia inovadora que estabelece novos princípios de atuação e novas posições perante uma determinada região, o Médio Oriente (neste caso), alicerçadas em meios próprios e adequados para atingir os objetivos propostos. Em primeiro lugar, importa definir o conceito de Grande Estratégia, apresentado por Christopher Layne: para o académico, Grande Estratégia é “*um processo de três passos: a determinação dos interesses de segurança vitais do Estado; a identificação das ameaças a esses interesses; a decisão da melhor forma de aplicar os*

⁹⁴ *Ibidem*, p.212

recursos políticos, militares e económicos para proteger esses interesses”⁹⁵; por outras palavras, uma orientação estratégica coloca ênfase na segurança estatal (e nos interesses ligados a ela) e na identificação dos meios mais propícios para atingir os objetivos.

Offshore Balancing é a denominação dada à estratégia seguida pelos Estados Unidos neste período temporal, tendo sido teorizada pelos académicos Stephen Walt, Christopher Layne e John Mearsheimer. Esta orientação estratégica apresenta-se como uma novidade, porque sucede a um outra estratégia oposta em todos os princípios: a estratégia de *global dominance* (que antecede a *Offshore balancing*), privilegia todas as regiões do mundo como sendo vitais para os Estados Unidos, permitindo assim garantir a estabilidade no sistema internacional, não havendo a possibilidade de Estados se tentarem sobrepor aos outros, procurando a hegemonia; este enquadramento seria posto em prática com a colocação de meios navais e militares efetivos no terreno (“*inshore*”⁹⁶). Adotando esta orientação estratégica, os Estados Unidos assumiriam a sua posição de “polícias do mundo” e “garantes da paz”, sentindo a responsabilidade moral e ética de intervirem em qualquer conflito internacional que possa colocar em causa a paz internacional ou os valores democráticos que defendem. Já a estratégia do *Offshore Balancing*, prioriza todas as regiões do mundo, considerando-as vitais, com a grande finalidade de “*preservação do domínio dos Estados Unidos no Ocidente e conter potenciais hegemónicos na Europa, Nordeste Asiático e no Golfo Pérsico*”⁹⁷ não havendo a preocupação de que a intervenção americana em todo e qualquer conflito internacional, com impacto na política internacional, seja encarada como uma obrigação decorrente do seu estatuto de potência hegemónica.

O *Offshore Balancing* é composto por um conjunto de premissas essenciais para colocar esta estratégia em prática e atingir os objetivos a que se propõe. A primeira premissa diz respeito à pretensão de determinados Estados a se tornarem na principal

⁹⁵ Christopher Layne, “From preponderance to offshore balancing: America’s future grand strategy”, *International Security*, 22(1), 1997, p.88. Disponível em http://www.jstor.org/stable/2539331?seq=1#page_scan_tab_contents. [acesso a 12 de agosto de 2019]

⁹⁶ *Ibidem*, p.84

⁹⁷ John J. Mearsheimer & Stephen M. Walt, “The Case for Offshore Balancing: A Superior US Grand Strategy”, *Foreign Affairs*, 95(70), 2016, p.73. Disponível em <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Offshore%20Balancing.pdf>. [acesso a 12 de agosto de 2019]; Robert A. Pape, “Soft balancing against the United States”. *International security*, 30(1), 2005, p.20. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/4137457>. [acesso a 12 de janeiro de 2019]

potência hegemônica na região onde se encontram inseridos, dominando-a “*como os Estados Unidos dominam o Ocidente*”; num cenário semelhante a este, uma posição assertiva dos Estados Unidos no Médio Oriente perderia força, o que colocaria em causa os seus interesses nesta região. Para poder ter maior margem de manobra e maior controlo sobre as alterações que pudessem acontecer a nível político, tornou-se essencial privilegiar alianças a nível regional com Estados estratégicos do Médio Oriente (funcionando como “*uma oposição combinada*”⁹⁸), sendo estes encarados como “*a primeira linha de defesa*”⁹⁹ face a possíveis ameaças que pudessem surgir e que confrontassem os interesses americanos. Estes aliados escolhidos pelos americanos seriam a principal forma de contenção, sendo que os Estados Unidos apenas interviriam no momento em que esta contenção protagonizada pelos aliados não acontecesse e o contexto se tornasse mais favorável para a ascensão de um Estado a hegemónico¹⁰⁰.

Um outro elemento fundamental desta orientação estratégica está ligado ao papel das forças militares americanas e que, mais uma vez, não vai de encontro à estratégia de *global dominance*: nesta linha de pensamento, que prevê o posicionamento das forças militares e navais de forma permanente numa determinada região; já no que diz respeito ao *offshore balancing*, respeitando a lógica de restrição no número de regiões consideradas vitais, pressupõe que os meios militares não se encontrem permanentemente presente no território (de acordo com o enquadramento de que os aliados funcionam como primeira linha de contenção), intervindo as forças militares americanas em caso de ameaça e restabelecimento da balança de poder, porém meramente num período limitado de tempo¹⁰¹. Uma aplicação prática desta premissa foi o apoio militar dos Estados Unidos

⁹⁸ Stephen M. Walt, “Alliance Formation and the Balance of World Power”, *International Security*, 9(4), 1985, p.4. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2538540>. [acesso a 12 de agosto de 2018]

⁹⁹ John J. Mearsheimer & Stephen M. Walt, “The Case for Offshore Balancing: A Superior US Grand Strategy”, *Foreign Affairs*, 95(70), 2016, p.73. Disponível em <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Offshore%20Balancing.pdf>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁰⁰ Christopher Layne, “From preponderance to offshore balancing: America’s future grand strategy”, *International Security*, 22(1), 1997, p.118. Disponível em http://www.jstor.org/stable/2539331?seq=1#page_scan_tab_contents. [acesso a 12 de agosto de 2019] ; MEARSHEIMER, J.J. & WALT, S.M. (2016). “The Case for Offshore Balancing: A Superior US Grand Strategy” (2016), p.73

¹⁰¹ *Ibidem*

ao Kuwait aquando da Guerra com o Iraque, envolvendo o envio de tropas militares americanas para libertar o Kuwait da influência de Saddam Hussein¹⁰².

A estratégia do *offshore balancing*, dirigida ao Médio Oriente, teve o seu término em 1991 após o fim da Guerra do Golfo.

Relação entre os Estados Unidos e o Irão- o período anterior à revolução islâmica

O século XIX marcou o início das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Irão; esta aproximação ocorre num âmbito comercial que acompanhou um período de maior interesse americano na região do Médio Oriente e do conhecimento das potencialidades do Golfo Pérsico. As mais valias do Médio Oriente despertaram a atenção britânica, a grande influência estrangeira na região na altura, movida pelos interesses petrolíferos e que se materializava numa participação ativa em questões de política interna iraniana. Portanto, era crescente a força estrangeira no Irão decorrente da sua riqueza petrolífera; quando se acentua a presença americana na região, inicialmente é vista como um elemento que permitirá contrabalançar a influência britânica, tendo em conta a aliança que existira entre os americanos e iranianos: o objetivo seria garantir que o Irão não seria espoliado das suas maiores potencialidades, alicerçado numa aliança com uma potência mundial, com muita influência¹⁰³.

A aliança entre estes dois Estados, como já foi referido, evoluiu de um contexto mais restrito, ligado à vertente comercial, para um contexto mais específico e de maior importância, como a área energética, o que denota um maior conhecimento por parte dos Estados Unidos da importância geopolítica iraniana; portanto, é claro que o Irão passa a

¹⁰² John J. Mearsheimer & Stephen M. Walt, “The Case for Offshore Balancing: A Superior US Grand Strategy”, *Foreign Affairs*, 95(70), 2016, p.31. Disponível em <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Offshore%20Balancing.pdf>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁰³ Kenneth M. Pollack. *The Persian puzzle: the conflict between Iran and America*, Toronto, CNIB, 2007, pp.18-19

tornar-se numa prioridade para os americanos, acompanhando a evolução de interesse dos Estados Unidos pela região do Golfo Pérsico. Em relação às relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Irão, a conjuntura política e religiosa ditou muito a forma como as relações se deterioraram: numa primeira fase, uma maior aproximação, que envolveu a disponibilização de apoio militar e financeiro ao regime do *Shah* Mohammad Reza Pahlavi; uma segunda fase marcada pela hostilidade, afastamento e fomento do sentimento antiamericano por parte do novo regime, alicerçado na narrativa do ayatollah Khomeini.

Aquando dos primeiros contactos entre os Estados Unidos e o Irão e do desenvolvimento determinante para a defesa dos interesses americanos e aumento da área de influência, a presença do Reino Unido era preponderante e assim se manteve até 1956, com a Crise do Suez (crise esta que também teve consequências para os americanos, embora a nível político, levando à adoção da Doutrina Eisenhower que, face à ascensão da URSS na região do Médio Oriente, garantiria aos Estados sob ameaça “*apoio militar e económico*” para “*assegurar e proteger a integridade territorial e independência política destas nações*”)¹⁰⁴; este fenómeno foi um ponto de viragem no que diz respeito à influência britânica na região, uma vez que deixava de ter a presença de uma potência estrangeira alheia aos seus interesses, ao mesmo tempo que reforçava a aliança com uma potência mundial que apoiava o regime iraniano, seguindo uma estratégia característica do período que seguiu a segunda Guerra Mundial, de criação de alianças essenciais para a garantia da estabilidade regional. A importância do Irão para os Estados Unidos foi evoluindo de tal forma constante e produtiva, que o país do Médio Oriente foi considerado a principal escolha pelos Estados Unidos para ocupar o lugar hegemónico deixado pelo Reino Unido, mantendo assim um maior controlo sobre toda a região, visto ter assim duas das maiores grandes potências regionais como aliadas¹⁰⁵.

Um dos momentos chave das relações estabelecidas entre os Estados Unidos e o Irão, decorre a 19 de agosto de 1953, na operação “Ajax” aquando do golpe de Estado que retira do poder Mohammad Mossadegh, primeiro-ministro iraniano na altura.

¹⁰⁴ Doutrina Eisenhower. Miller Center, 1957. Disponível em <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-5-1957-eisenhower-doctrine> [acesso a 29 de Setembro de 2019]; Tiago Moreira de Sá & Diana Soller, *O Método no Caos*, Lisboa, D.Quixote, 2017, p.166

¹⁰⁵ Douglas Litte, *American orientalism: The United States and the Middle East since 1945*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2008, p.147

Curiosamente, esta operação apoiada pelo Reino Unido (numa posição compreensível, tendo em conta o seu histórico com o Irão e a narrativa deste de que o Reino Unido se aproveitava da força petrolífera iraniana) mas também pela administração americana, liderada pelo presidente Eisenhower¹⁰⁶; a curiosidade aqui centra-se no facto de os americanos terem apoiado um golpe de Estado contra um dos seus aliados regionais, promovendo assim uma situação de instabilidade política. Porém, com base neste acontecimento político, é facilmente compreendida a razão basilar de todo o relacionamento que se estabelecia entre os Estados Unidos e o Irão: a indústria petrolífera iraniana foi o principal motivo que levou a este golpe; o primeiro ministro Mossadegh decide atacar uma das principais empresas britânicas (que usufruía do petróleo iraniano) nacionalizando a indústria petrolífera iraniana, procurando assim retirar o poder de uma das principais potências ocidentais da indústria petrolífera, se forma a que fosse o Irão o grande soberano do seu petróleo, neutralizando assim a influência estrangeira¹⁰⁷. Portanto, o apoio americano a este golpe de Estado resume-se à defesa de um interesse que era seu (o acesso a um fluxo estável de um combustível essencial à sua economia), priorizando-o à aliança estabelecida.

Com a queda de Mossadegh do governo iraniano, provocando um vazio no poder, passa a haver um reforço do papel do *Shah* Mohammad Reza Pahlavi e, consequentemente, empoderou a aliança entre Estados Unidos e o Irão, sendo que este estreitamento das relações acentuou o maior envolvimento americano nas questões internas iranianas, provocando manifestações sociais e políticas face à maneira como as relações diplomáticas entre os dois Estados se desenvolveram¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Krysta Wise, “Islamic Revolution of 1979: The Downfall of American-Iranian Relations”, *Legacy 11(1)*, 2011, p.1. Miller Center. Disponível em <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-5-1957-eisenhower-doctrine> [acesso a 29 de Setembro de 2019]

¹⁰⁷ Farkhreiddin Soltani & Reza Ekhtiari Amiri, “Foreign policy of Iran after Islamic Revolution”, *Journal of Politics and Law*, 3(2), 2010, p.20. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Fakhreddin_Soltani/publication/45705990_Foreign_Policy_of_Iran_after_Islamic_Revolution/links/004635337a42fc18bf000000/Foreign-Policy-of-Iran-after-Islamic-Revolution.pdf. [acesso a 12 de agosto de 2019]; Kenneth M. Pollack. *The Persian puzzle: the conflict between Iran and America*, Toronto, CNIB, 2007, p.52

¹⁰⁸ Krysta Wise, “Islamic Revolution of 1979: The Downfall of American-Iranian Relations”, *Legacy 11(1)*, 2011, p.2. Disponível em <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-5-1957-eisenhower-doctrine> [acesso a 29 de Setembro de 2019] ; Licínia Simão, “República Islâmica do Irão” em Raquel Freire, *Política. Externa-as relações internacionais em mudança*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, p.404-405

Resumindo, o ato político que ocorreu em 1953, apesar da relativa instabilidade política que provocou, permitiu aos Estados Unidos, apesar da sua intervenção no mesmo, reforçar a sua posição no Golfo Pérsico, no Irão mais especificamente: por um lado, reforça o poder do seu principal aliado na política iraniana, o *Shah*, ao mesmo tempo que garante que os seus interesses na região se mantêm intactos.

O Ayatollah Khomeini e o sentimento antiamericano

Enquanto o *Shah* Mohammad Reza Pahlavi se manteve como principal figura no Irão, este Estado era encarado como um aliado estável, de confiança e que não apresentava grandes ameaças aos interesses fundamentais americanos. O ano de 1979 marca o ponto de viragem neste cenário ideal para os Estados Unidos, maioritariamente porque provocou alterações na forma como o Irão se passou a relacionar com os americanos e, conseqüentemente, na forma como os Estados Unidos desenvolveram a sua estratégia externa para lidar com uma nova conjuntura, pouco propícia a alianças tão vantajosas como a que tinha com o Irão.

É de extrema importância lembrar que, para os americanos, a importância do Irão não se resumia meramente à sua relevância energética, mas também à sua posição geoestratégica: neste período de alteração de conjuntura, e de acordo com a estratégia delineada pelos Estados Unidos para a região do Médio Oriente (que perdurou durante a Guerra Fria) era fundamental garantir o apoio das principais potências regionais também para “*balancing*”, ou seja, garantir que não há um desequilíbrio de poder, não havendo qualquer potência com tendência a sobrepor-se às restantes, tornando-se hegemónica¹⁰⁹; daí a relevância geoestratégica iraniana, o que acaba por remeter também para a já referida influência energética. Este cenário, com a Revolução Iraniana, tornou-se uma miragem:

¹⁰⁹ John J. Mearsheimer & Stephen M. Walt, “The Case for Offshore Balancing: A Superior US Grand Strategy”, *Foreign Affairs*, 95(70), 2016, p.72-76. Disponível em <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Offshore%20Balancing.pdf>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

não só criou um inimigo americano, membro do “*Eixo do Mal*”, como ainda fomentou o sentimento americano, que se prolonga até à atualidade.

Há um antes e um depois da figura do Ayatollah Ruhollah Khomeini, e todo um período que mudança interna no Irão decorre fruto de um novo discurso, de novos ares que vão de acordo com as críticas que a população iraniana, que sofria na pele o agravamento das condições socioeconómicas¹¹⁰, enquanto o seu principal líder, apoiado pelos americanos, não mostrava grande interesse em satisfazer as necessidades básicas da sua população, enriquecendo à base das principais potencialidades do país. Para acentuar o descontentamento, os críticos não identificavam quaisquer vantagens na aliança Irão-Estados Unidos, considerando mesmo o Irão como um “*fantoche*”, manipulado consoante as vontades americanas¹¹¹. Esta postura crítica de Khomeini não lhe trouxe muitos benefícios no seio da força política iraniana, ao contrário do que aconteceu com a população, e os seus discursos antagónicos à política desenvolvida motivaram a sua prisão e, mais tarde, o exílio¹¹².

Como é facilmente compreensível, para o Ayatollah Khomeini, a religião islâmica é a base da sociedade iraniana, assim como de todas as sociedades islâmicas. O processo de secularização que se desencadeou, o distanciar da religião do modo de vida dos iranianos, o empobrecimento da população e um maior controlo da opinião pública (de forma a conter os discursos do Ayatollah), associado ao excessivo intrometimento americano nas questões soberanas do Irão foram as principais constantes no discurso de Khomeini e que, lhe valeram o exílio, em 1964, para o Iraque. A ida do líder *shiita* para o Iraque, onde todo o planeamento para o principal acontecimento político que iniciou uma nova era no Irão¹¹³, tem a sua curiosidade, tendo em conta a rivalidade entre o Irão e o Iraque, que se materializou anos mais tarde num conflito de importância significativa.

¹¹⁰ Armando Pierre Gauland, “A propaganda política do islamismo xiita- revolução islâmica do Irão; 1978-1989”, Tese de Doutoramento de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007, p.64. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-05072009-195115/en.php> . [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹¹¹ Krysta Wise, “Islamic Revolution of 1979: The Downfall of American-Iranian Relations”, *Legacy 11(1)*, 2011, p.2. Disponível em <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-5-1957-eisenhower-doctrine> [acesso a 29 de Setembro de 2019]

¹¹² Ray Takeyh, *Guardians of the revolution: Iran and the world in the age of the Ayatollahs*, Oxford, Oxford University Press, 2009, p.15

¹¹³ Licínia Simão “República Islâmica do Irão” em Raquel Freire, *Política. Externa-as relações internacionais em mudança*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, p.406

O descontentamento dos críticos não se minimizou com o exílio de Khomeini, muito pelo contrário: este acontecimento só permitiu intensificar ainda mais o apoio ao líder *shiita*, que atingiu um dos seus clímax, em 1973, com a crise petrolífera orientada pelos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com a principal finalidade de interromper o fluxo de petróleo, a um conjunto de países com influência na Guerra de Yom Kippur. Com este embargo, os benefícios que ocorriam da venda do petróleo para outros Estados (sendo que os principais Estados estavam abrangidos por este embargo) não foram tão significativos, o que teve repercussões na vida socioeconómica da população, ao contrário do que aconteceu com Reza Pahlavi, que esbanjava a sua qualidade de vida financeira, o que foi encarado como mais uma provocação. Associada a esta questão, está a aprovação de uma lei que abria a porta à participação e eleição de indivíduos que não fossem muçulmanos a cargos políticos, assim como a atribuição de um estatuto específico aos americanos que impedia o julgamento pelos tribunais nacionais iranianos, dotando-os de uma exceção.

Claro fica que, ambas as decisões, são privilégios criados por Reza Pahlavi para reforçar a aliança Estados Unidos-Irão, agora num período de contestação que não existia nos primórdios desta relação; esta parcialidade intensificou o caos e a instabilidade e levou à saída do *Shah* Pahlavi do Irão, em 1978, de forma a proteger-se e a evitar um acentuar da violência¹¹⁴, numa altura em que Khomeini ainda se encontra em território iraquiano. O afastamento de Reza Pahlavi do Irão, estando ainda Khomeini no Iraque, é demonstrativo da força do discurso de líder *shiita*, que moveu massas e que provocou mudanças significativas na vida política iraniana. A situação tornou-se mais complicada para Khomeini aquando da sua expulsão do Irão: sob recomendação iraniana e, tendo em conta a identidade *shitta* de Khomeini, este é expulso por Saddam Hussein, sob o pressuposto de que aquele poderia colocar em causa os princípios regentes iraquianos. Por consequência, o líder *shiita* emigra para a França, onde obtém um palco mediático com maior exposição internacional e, em 1979, retorna ao Irão onde coloca, finalmente,

¹¹⁴ Krysta Wise, “Islamic Revolution of 1979: The Downfall of American-Iranian Relations”, *Legacy 11(1)*, 2011, p.4. Disponível em <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-5-1957-eisenhower-doctrine> [acesso a 29 de Setembro de 2019]

em prática todos os princípios e ideias projetados para a nova fase do Irão, denominada de República Islâmica do Irão¹¹⁵.

O grande plano do Ayatollah Khomeini era fazer retornar o Irão ao seu papel de destaque no Médio Oriente, uma potência soberana, sem envolvimento estrangeiro nas suas questões internas, com poder e relevância política para se tornar no grande hegemónico regional¹¹⁶. Nesta altura, já era evidente o impacto de Khomeini e essencial a sua contenção: para além da sua narrativa contra o excessivo envolvimento das principais forças ocidentais na indústria petrolífera iraniana, era preponderante garantir que a situação não se descontrolasse, no sentido em que era essencial saber lidar com esta nova conjuntura, com uma nova ameaça aos interesses americanos e à sua presença no Médio Oriente; para adensar este contexto, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (num período de extrema hostilidade com os Estados Unidos) utiliza este extremar de posições entre os Estados Unidos e o Irão para se aproximar do país do Médio Oriente, aumentando assim a sua área de influência, ao mesmo tempo que “exportava” os ideais comunistas¹¹⁷.

Para acentuar a hostilidade que já se vivia entre Estados Unidos e Irão, em 1979, ocorre um acontecimento que anula qualquer tipo de contacto que ainda se pudesse imaginar entre os dois Estados: em 4 de novembro de 1979, em Teerão, são feitos reféns vários estudantes americanos, após a ocupação da embaixada dos Estados Unidos. Este acontecimento durou 444 dias, com consecutivas tentativas da administração americana

¹¹⁵ Ana Damásio, “Ayatollah Khomeini: o pai da República Islâmica”, *Janus 2007: Regiões e política mundial*, 2007, p.2. Disponível em https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007_4_5_1.html; Armando Pierre Gauland, “A propaganda política do islamismo xiita- revolução islâmica do Irão; 1978-1989”, Tese de Doutoramento de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007, p.71. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-05072009-195115/en.php>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

Ana Damásio, “Ayatollah Khomeini: o pai da República Islâmica”, *Janus 2007: Regiões e política mundial*, 2007, p.3. Disponível em https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007_4_5_1.html; Licínia Simão “República Islâmica do Irão” em Raquel Freire, *Política. Externa-as relações internacionais em mudança*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, p.407; Farkhreddin Soltani & Reza Ekhtiari Amiri, “Foreign policy of Iran after Islamic Revolution”, *Journal of Politics and Law*, 3(2), 2010, p.20. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Fakhreddin_Soltani/publication/45705990_Foreign_Policy_of_Iran_after_Islamic_Revolution/links/004635337a42fc18bf000000/Foreign-Policy-of-Iran-after-Islamic-Revolution.pdf. [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹¹⁷ James A. Bill, “Iran and the Crisis of ‘78”, *Foreign Affairs*, (57), 1978, pp-334-336. Disponível em <http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/fora57&div=29&id=&page=>. [acesso a 12 de agosto de 2019]; Krysta Wise, “Islamic Revolution of 1979: The Downfall of American-Iranian Relations”, *Legacy 11(1)*, 2011, p.8. Disponível em <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-5-1957-eisenhower-doctrine> [acesso a 29 de Setembro de 2019]

para contrariar esta situação. Mais uma vez, Mohammad Reza Pahlavi foi quem despoletou esta situação, nomeadamente, o apoio dos Estados Unidos à presença do *Shah* em território americano, o que para o Irão, foi encarado como um claro confronto, assim como reforçar a evidente proximidade que existira entre o líder iraniano e o governo norte-americano¹¹⁸. Tendo em conta que, apesar dos esforços americanos, a situação não se reverteu, os Estados Unidos procederam a um conjunto de medidas, com a finalidade de demover o Irão da sua ideia de manter os estudantes como seus reféns¹¹⁹. A principal atitude tomada foi o embargo comercial ao Irão, embargo este que abrangia o fornecimento de armamento, que advinha dos primórdios da relação diplomática entre o Irão e os Estados Unidos.

Este embargo não foi cumprido na sua totalidade, sendo que esteve na base de um dos maiores escândalos de sempre e que marcou a administração de Ronald Reagan; o caso “Irão-Contras” foi exposto mediaticamente, após a descoberta de que existira a venda ilegal de armas ao Irão (com o conhecimento de membros da CIA), numa rede de tráfico, com o objetivo da libertação de reféns americanos, assim como o apoio para financiar os Contra da Nicarágua, um grupo rebelde. Esta postura esquiva americana, colocou em causa a sua credibilidade, assim como provocou grande instabilidade política na administração Reagan.

¹¹⁸ Farkhreiddin Soltani & Reza Ekhtiari Amiri, “Foreign policy of Iran after Islamic Revolution”, *Journal of Politics and Law*, 3(2), 2010, p.270. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Fakhreddin_Soltani/publication/45705990_Foreign_Policy_of_Iran_after_Islamic_Revolution/links/004635337a42fc18bf000000/Foreign-Policy-of-Iran-after-Islamic-Revolution.pdf. [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹¹⁹ Licínia Simão “República Islâmica do Irão” em Raquel Freire, *Política. Externa-as relações internacionais em mudança*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p.409; Farkhreiddin Soltani & Reza Ekhtiari Amiri, “Foreign policy of Iran after Islamic Revolution”, *Journal of Politics and Law*, 3(2), 2010, p.271. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Fakhreddin_Soltani/publication/45705990_Foreign_Policy_of_Iran_after_Islamic_Revolution/links/004635337a42fc18bf000000/Foreign-Policy-of-Iran-after-Islamic-Revolution.pdf. [acesso a 12 de agosto de 2019]

A Guerra Irão-Iraque

Como já ficou explícito, os finais do século XX não trouxeram grande estabilidade ou paz para as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Irão. Com a sua presença na região ameaçada, fazendo face às constantes manifestações de desagrado ao excessivo envolvimento americano, os Estados Unidos são confrontados, em 1980, com mais um acontecimento significativo que, mais uma vez, alterou toda a conjuntura e tornou ainda mais complexa e insustentável a possibilidade de ter uma posição forte no Médio Oriente, aliada a uma proximidade do Irão. O ano de 1980 é marcante para os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito ao Médio Oriente: primeiramente, o ano de 1980 marca o início de uma das maiores estratégias presidenciais definidas para a política externa norte-americana- a Doutrina Carter, consequência da invasão soviética do Afeganistão, do período mais hostil que os Estados Unidos enfrentavam no Médio Oriente, assim como para fazer face ao escalar do preço do petróleo¹²⁰.

A principal finalidade desta doutrina centrava-se nos interesses americanos considerados vitais, prevendo o uso do poder militar, assim como tudo aquilo que fosse considerado necessário, de forma a garantir que as ameaças a estes interesses e que pudessem surgir eram contidas, fossem elas resultado de momentos de maior tensão com o Irão ou de qualquer tentativa de intervenção soviética no Golfo Pérsico e nas áreas de influência americanas¹²¹.

O conflito entre o Irão e o Iraque foi bastante característico para os americanos, na medida em que colocou frente a frente dois grandes Estados do Médio Oriente, com influência na estabilidade regional; a guerra entre Irão e Iraque colocou o Médio Oriente num período de tensão constante, aliado à hostilidade já característica desta região. Num posição algo complexa, devido ao facto de não ter uma relação estável com nenhum destes

¹²⁰ Douglas Little, *American orientalism: The United States and the Middle East since 1945*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2008, p.147

¹²¹ Jeffrey H. Michaels, “Dysfunctional doctrines? Eisenhower, Carter, and US military intervention in the Middle East”, *Political Science Quarterly*, 126(3), 2011, p.481. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/23056955>. [acesso a 12 de agosto de 2019]; Michael T. Klare, “Oil, Iraq, and American foreign policy: the continuing salience of the Carter doctrine”, *International Journal*, 62(1), 2006-2007, p.32. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002070200706200104?journalCode=ijxa>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

Estados, a administração americana apoiou o Iraque: apesar de não haver uma escolha claramente favorável aos Estados Unidos, o apoio americano recaiu sob o Iraque que, mesmo sendo um Estado à procura da hegemonia regional (sendo por consequência também uma ameaça aos interesses americanos), não era um Estado onde o sentimento antiamericano estivesse tão “à flor da pele” como acontecera com o Irão, daí que o Iraque tenha contado com o apoio não só americano mas também das principais potências ocidentais, enquanto o Irão se aproximava da Síria e de Israel, para o fornecimento de armamento¹²².

A principal razão do conflito de 22 de setembro de 1980 foram os Acordos de Argel, celebrados em 1975, e as disputas pelo rio Shatt-al-Arab, na fronteira entre os dois países. Com a justificação de que o Irão havia violado os termos do acordo, não respeitando as fronteiras definidas, causando atos que colocavam em causa a integridade territorial dos dois países, nomeadamente bombardeamentos iranianos¹²³. Uma outra razão apontada para o acentuar da tensão entre o Irão e o Iraque está relacionada com as relações distantes e conturbadas que se viviam entre os dois países desde a queda do monarca Mohammad Reza Pahlavi e a Revolução Islâmica.¹²⁴ Para uma guerra que durou quase uma década (8 anos), com recurso a armas químicas, provocando um número significativo de mortos, o que também acabou por ter consequências a nível económico no pós-guerra, é de maior relevância analisar a forma como o Irão, o Iraque e os Estados Unidos se posicionaram neste conflito e como desenvolveram os seus esforços de forma a derrotar o seu principal adversário, considerando-se o hegemónico regional.

Como já foi referido, o Ayatollah Khomeini havia sido expulso do Iraque, a pedido do Irão, face ao impacto que a sua narrativa exercera na população iraniana; com um líder capaz de transformar toda a realidade que se estava a viver no Irão, Khomeini deixou de ser uma ameaça meramente para o Irão, como passou a sê-lo também para o

¹²² Licínia Simão “República Islâmica do Irão” em Raquel Freire, *Política. Externa-as relações internacionais em mudança*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p.412

¹²³ Farkhreddin Soltani & Reza Ekhtiari Amiri, “Foreign policy of Iran after Islamic Revolution”, *Journal of Politics and Law*, 3(2), 2010, p.272. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Fakhreddin_Soltani/publication/45705990_Foreign_Policy_of_Iran_after_Islamic_Revolution/links/004635337a42fc18bf000000/Foreign-Policy-of-Iran-after-Islamic-Revolution.pdf. [acesso a 12 de agosto de 2019]; Sheldon L. Richman, *The United States and the Persian Gulf*, Cato Institute, 1985, p.89

¹²⁴ Will D. Swearingen “Geopolitical Origins of the Iran-Iraq War”, *Geographical Review*, 78(4), 1988, pp.405-406. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/215091>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

Iraque, que temia uma situação semelhante no seu território, com a expansão de valores e princípios contrários aos da sociedade iraquiana, lembrando que Khomeini, aquando do seu exílio no Iraque, apelou à comunidade *shiita* que seguisse os seus passos, que se organizasse e que promovesse uma transformação com o impacto que a Revolução Islâmica exerceu no Irão¹²⁵. Posto isto, a animosidade entre Irão e Iraque era óbvia e todos os esforços foram feitos para que, sendo ambos os Estados relevantes no Médio Oriente, houvesse a aniquilação de um e a consolidação de poder pelo outro.

No que diz respeito à participação dos Estados Unidos na Guerra Irão-Iraque, esta centralizou-se no apoio ao Irão, com o objetivo de confrontar e destabilizar o Irão, mesmo apesar de, à semelhança do que acontecera com o Irão, o Iraque pertencer a uma espécie de “lista negra”, decorrente do seu envolvimento e apoio ao terrorismo, assim como as relações estreitas que se iam desenvolvendo com a URSS. No entanto, ter o Iraque como aliado neste conflito era essencial, pois ao aproximar-se uma vitória iraniana, o cenário de possível recuperação de qualquer influência americana no Médio Oriente tornava-se insustentável; por esta razão, o apoio ao Iraque de Saddam apresentava-se como a única solução para conter e “*salvar o mundo do fundamentalismo no Irão*”¹²⁶, acompanhado do apoio miliar de outras potências do Ocidente, da URSS, de aliados americanos no Médio Oriente (como a Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Bahrain), assim como o recurso às forças navais, posicionadas *offshore*, seguindo a lógica da Grande Estratégia, delineada para o Médio Oriente.

O pressuposto de que quem saísse vencedor deste conflito tornar-se-ia num Estado poderoso, sem opositor, não poderia ser mais errado. Com o término da guerra, em 1988, ambos os Estados sofreram consequências destruidoras: no caso do Irão, este foi assolado pela instabilidade política e regional, acompanhada por uma grave crise política, que dificultaram a sua reinserção no contexto internacional¹²⁷; a situação tornou-se mais

¹²⁵ Ray Takeyh, *Guardians of the revolution: Iran and the world in the age of the Ayatollahs*, Oxford, Oxford University Press, 2009, p.16

¹²⁶ Eva Rakel, “Iranian Foreign Policy since the Iranian Islamic Revolution:1979-2006”, *Perspectives on Global Development and Technology*, 6(1), 2007, p.169. Disponível em https://zodml.org/sites/default/files/%5BMehdi_Parvizi_Amineh%2C_editor%5D_The_Greater_Middle_0.pdf#page=172. [acesso a 12 de agosto de 2019]; Enayatollah Yazdani & Rizwan Hussain, “United States’ policy towards Iran after the Islamic revolution: an Iranian perspective”, *International Studies*, 43(3), 2006, p.272. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002088170604300302>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹²⁷ Claudia Wright, “Implications of the Iraq-Iran War”~, *Foreign Affairs*, 59(2), 1980, p.301. Disponível em <http://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=0efbe2f4-1d30-4674-aca8->

complexa aquando da morte do Ayatollah Khomeini e a dissipação de toda a excitação em torno dos valores e princípios que haviam levado à Revolução Islâmica.

Com a morte de Khomeini, sobe ao poder Hashemi Rafsanjani (1989-1997), dando-se uma aproximação aos Estados Unidos, apesar de não ser uma relação tão próxima como a que tinham nos inícios do século XX, tendo em conta a ameaça iraniana¹²⁸. Também o Iraque sofreu consequências económicas bastante significativas, aliadas ao elevado número de mortos e feridos; os custos económicos foram bastantes e prolongados no tempo, tendo influenciado as exportações de petróleo iraquianas e, consequentemente, inundando o país em dívidas insuportáveis, que estiveram na origem da Guerra de 1990, do Golfo, com a invasão iraquiana do Kuwait¹²⁹.

A Guerra do Golfo (1900-1991)

A Guerra do Golfo teve início em 1990 e foi também um acontecimento que veio acentuar a instabilidade vivida no Médio Oriente, após o que já havia acontecido com a Guerra Irão-Iraque, sendo que o Iraque é um dos principais protagonistas deste conflito, a par do Kuwait. Para a presente dissertação, a Guerra do Golfo tem a sua importância porque trouxe consequências para os Estados Unidos: levou ao fracasso de uma orientação estratégica de “*dual containment*” que se dirigia especificamente ao Irão e ao Iraque, assim como tornou a ameaça iraquiana mais consolidada.

Como já foi referido, a crise económica iraquiana esteve na base da decisão de Saddam Hussein de invadir o Kuwait, numa tentativa de reverter a situação no seu país.; este elemento económico que motivou o líder iraquiano era de ter em conta pelos Estados Unidos, visto que o Iraque podia não só contentar-se com a invasão do Kuwait, mas também apoderar-se de Estados fronteiriços, como a aliada norte-americana Arábia

[ba26d5ae1484%40pdc-v-sessmgr01&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwLGNvb2tpZSxzaGliLHVpZCZsYW5nPXB0LWJyJnNpdGU9ZWRzLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=4850877&db=bh](#). [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹²⁸ Enayatollah Yazdani & Rizwan Hussain, “United States’ policy towards Iran after the Islamic revolution: an Iranian perspective”, *International Studies*, 43(3), 2006, pp.272’4-276. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002088170604300302>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹²⁹ Michael T. Klare, “Oil, Iraq, and American foreign policy: the continuing salience of the Carter doctrine”, *International Journal*, 62(1), 2006-2007, p.35. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002070200706200104?journalCode=ijxa>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

Saudita¹³⁰. Os conflitos entre Iraque e Kuwait não eram uma novidade, e as relações que se estabeleceram entre eles nunca foi das mais amistosas: desde questões fronteiriças que remontam ao Império Otomano, à indústria petrolífera e os preços praticados, associadas a um conjunto de dívidas iraquianas que se exigiam que fossem cobradas pelo Kuwait. Neste contexto, Saddam Hussein considera que a melhor solução é invadir o Kuwait, sendo que após não ter aceite retirar-se do território kuwaitiano, o Kuwait é libertado mais tarde por um grupo de Estados liderados pelos Estados Unidos, sob a alçada da ONU¹³¹ (na apelidada operação *Desert Storm*), mais uma vez seguindo a linha de pensamento estratégico que tinham seguido na Guerra entre o Irão e o Iraque, posicionando forças militares e navais *offshore* na Arábia Saudita¹³².

No que diz respeito às consequências que este conflito trouxe para os Estados Unidos, a orientação do *dual containment* teve impacto, porém pela negativa: esta foi uma estratégia delineada pela administração de Bill Clinton para ser aplicada na sequência da Guerra do Golfo, com a principal finalidade de fazer com que o Irão e o Iraque exercessem contenção mútua, ou seja, ambos se anulariam de forma a evitar que um se tornasse claramente mais poderoso e influente que outro; desta forma haveria uma certa “percentagem” da ameaça aos interesses americanos que seria anulada. Porém todo este enquadramento não foi atingido na sua plenitude (apesar de ter sido atingido parcialmente durante a guerra), isto porque com o conflito com o Kuwait, o Iraque ficou depauperado, destruído em todas as vertentes, não tendo a forma militar, política e económica, para conter o Irão (que recuperava da guerra Irão-Iraque, da qual também saiu com mazelas, porém detinha outros recursos que não tornaram a recuperação tão complexa como a iraquiana), sendo que esta posição tão fragilizada do Iraque acabou por favorecer o crescimento iraniano, consolidando a ameaça aos interesses americanos¹³³.

¹³⁰ Steve A. Yetiv, *America and the Persian Gulf- the third party dimension in world politics*, London, Praeger Publishers, 1995, p.10

¹³¹ Robert J. Pauly, *US Foreign Policy and the Persian Gulf: Safeguarding American Interests through Selective Multilateralism*, England, Ashgate, 2005, p.40

¹³² Bruce W. Jentleson, *American foreign policy: the dynamics of choice in the 21st century*, New York, W. W. Norton & Company, 2007, p.361

¹³³ F. Gregory Gause III, “The illogic of dual containment”, *Foreign Affairs*, 73(56), 1994, p.5. Disponível em <http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/fora73&div=33&id=&page=>. [acesso a 12 de agosto de 2019]; John J. Mearsheimer & Stephen M. Walt, “The Case for Offshore Balancing: A Superior US Grand Strategy”, *Foreign Affairs*, 95(70), 2016, p.76. Disponível em <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Offshore%20Balancing.pdf>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

Por fim, aquando do término da guerra, a administração de George Bush decide tomar uma decisão que, por muitos, foi considerada polémica, ao decidir manter Saddam Hussein no poder do regime iraquiano, não procedendo a quaisquer tentativas de o tentar depor, o que se veio a provar ser pouco inteligente (e que não impediu a tentativa de assassinato do presidente norte-americano, em 1993): mantendo o seu líder no poder, após dois conflitos que haviam desgastado o país, o Iraque reconstrói-se e consolida o seu poder, reforçando, por consequência, a ameaça que havia sendo para os Estados Unidos, fortemente marcada pelo desenvolvimento de armas nuclear e o apoio a grupos terroristas¹³⁴.

Os anos seguintes...

O início do século XXI reiterou o clima instável nas relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Irão, balanceando momentos de maior aproximação, proporcionados por atores e conjunturas específicas, e momentos de maior distanciamento, que acentuaram a hostilidade já existente entre estes dois países e que se alastraram por várias administrações.

O ano de 1989 foi um ano propício ao melhoramento das relações entre os Estados Unidos e o Irão, por dois simples fatores: a morte do Líder Supremo Khomeini (promotor do sentimento antiamericano) e a eleição do novo presidente Akbar Hashemi Rafsanjani. A ascensão de Rafsanjani a presidente iraniano coincidiu com uma nova nomeação para um novo Líder Supremo, o Ayatollah Ali Khamenei. Ao contrário do que vinha acontecido, com um novo presidente, o Irão procurou adotar uma nova posição face ao isolamento internacional que vinha sendo sujeito desde a guerra com o Iraque e consequência do escalar de tensão com os Estados Unidos. Assim sendo, Rafsanjani procurou não só mostrar uma nova imagem do Irão, mais pacífica e aberta a melhores contactos com os Estados Unidos, assim como promoveu uma aproximação aos países

¹³⁴ Bruce W. Jentleson, *American foreign policy: the dynamics of choice in the 21st century*, New York, W. W. Norton & Company, 2007, p.363

vizinhos, no Golfo Pérsico, que se haviam distanciado face à ameaça que o Irão apresentava para a segurança e estabilidade regional¹³⁵.

Portanto, procedeu-se a uma reviravolta na forma como a política externa iraniana vinha sendo pensada, tendo sido estabelecidos como principais objetivos: “*a contenção do Iraque, melhorar o contexto económico iraniano e alterar favoravelmente os arranjos regionais de segurança*”¹³⁶. Nesta conjuntura, Rafsanjani pretendia mudar a imagem que a comunidade internacional tinha do Irão e reuniu esforços para que houvesse também maior abertura internacional para voltar a reintegrar o Irão; estes esforços esbateram-se com o ascender de acusações de que o Irão estaria a fomentar o seu programa nuclear (com consecutivas sanções económicas, aplicadas pelos Estados Unidos) e aproximar-se e a apoiar práticas terroristas, algo que não favoreceu o presidente Rafsanjani e menosprezou todas as mudanças na política externa iraniana que este tinha promovido.

Em 1997, quando Mohammad Khatami ascende ao cargo de presidente do Irão, as mudanças promovidas por Rafsanjani ainda decorriam e esta nova eleição iria permitir que este ambiente de renovação se mantivesse, adotando também alterações na forma como se lidava com a política interna e externa iraniana. Portanto, Khatami optou por seguir a lógica reformista do seu antecessor, procurando repor o Irão na comunidade internacional (eliminando o isolamento), procurando melhorar as relações com os vizinhos regionais e promovendo um maior diálogo com os Estados Unidos¹³⁷. Esta aproximação repentina por parte do Irão gerou uma certa desconfiança por parte dos americanos, tendo em conta o histórico das relações entre os dois países. Apesar de um período de menor hostilidade e da tentativa iraniana de promover maior diplomacia entre os Estados Unidos e o Irão, este contexto mais amistoso não se prolongou durante muito tempo: em 2002, a conjuntura voltou a alterar-se e o discurso americano acentuou a animosidade recente entre os dois Estados; num discurso do Estado da Nação, bastante conhecido e mundialmente divulgado, de George W. Bush, na sequência dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, o presidente americano apelida o Irão, a

¹³⁵ Raquel Freire, *Política Externa-as relações internacionais em mudança*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p.402

¹³⁶ *Ibidem*, p.147

¹³⁷ Lubdna Abid Ali, “Historic US-Iran Relations: Revisiting Ideology and Geostrategy”, *Pakistan Journal of American Studies*, 26 (1/2), 2008, p.50. Disponível em <https://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=030cd1cb-c8bc-43be-8afa-2b63734d2d6e%40pdv-v-sessmgr03> [acesso a 12 de agosto de 2019]

Coreia do Norte e o Iraque (assim como todos os Estados que os apoiem) como membros pertencentes ao “*Eixo do Mal*”, potencializando a destabilização e colocando em causa a segurança e paz mundial, devido à sua busca incessante pelo armamento nuclear e as suas ligações ao terrorismo internacional. Para o presidente Bush, não há espaço para a “*indiferença*” e por isso:

“Nós [Estados Unidos] iremos trabalhar de perto com os nossos aliados para negar aos terroristas e aos seus Estados patrocinadores os materiais, tecnologia, e perícia para fazer e distribuir armas de destruição massiva. Iremos desenvolver e destacar defesas antimísseis para proteger a América e os nossos aliados de ataques repentinos. E todas as nações deverão saber: a América fará o que for necessário para garantir a nossa segurança¹³⁸”.

Num discurso que marcou o início da “*Guerra contra o terror*”, George W. Bush anuncia, face aos atentados que havia sido alvo, que os Estados Unidos atuariam no sentido de combater os grupos terroristas “*que veem o mundo como um campo de batalha*”, destacando para isso várias forças militares que derivam de uma estratégia com os objetivos de “*destruir os campos terroristas, suspender planos terroristas, levar os terroristas à justiça, (...) prevenir os terroristas e regimes que busquem armas químicas, biológicas ou nucleares de ameaçarem os Estados Unidos e o mundo*”. George W. Bush afirma ainda que “*alguns destes regimes têm estado bastante calados desde o 11 de Setembro, mas nós [Estados Unidos] sabemos a sua natureza*”¹³⁹, numa referência direta aos membros do “*Eixo do Mal*” e que remete para a já referida desconfiança que os Estados Unidos apresentavam face ao repentino período amistoso que o Irão havia promovido com os seus dois últimos presidentes. Neste contexto, Bush descreve o Irão como um país que “*persegue agressivamente estas armas [de destruição massiva] e*

¹³⁸ George W. Bush, “State of the Union Address”, 2002. <https://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=030cd1cb-c8bc-43be-8afa-2b63734d2d6e%40pdv-v-sessmgr03>

¹³⁹ *Ibidem*

*exporta o terror, enquanto alguns não eleitos reprimem a esperança da liberdade do povo iraniano*¹⁴⁰”.

Esta abordagem muito crítica e direcionada para o Irão, rompeu com todas as expectativas iranianas que pudessem exigir de uma possível reaproximação de ambas as partes, sendo que potencializou ainda mais a hostilidade durante um tempo “escondida” e despoletou maior ira, por parte do Irão, contra os Estados Unidos e contra a sua forma de atuar no Médio Oriente, encarada como intrometida, procurando hegemonia numa região à qual não pertencia. Este ambiente “*anti-América*”, de regresso ao passado e às ideias do Ayatollah Khomeini, guia o período do presidente Mahmoud Ahmadinejad, eleito em 2005.

Ahmadinejad marca uma rutura com o passado mais próximo, dos seus antecessores; adotando uma postura muito mais radical, quer no que diz respeito à forma como se passaria a desenvolver a política interna iraniana, e como projetava a política externa, especificamente o relacionamento com os Estados Unidos. Como já foi referido, o presidente eleito em 2005 era muito próximo da ideologia de Khomeini e daquilo que o Líder Supremo defendia para o Irão; por esta razão coloca um fim em todas as mudanças mais revolucionárias que os seus antecessores tinham promovido, nomeadamente alterações no modo de vida iraniano, especificamente as aproximações a um tipo de vida mais democrático¹⁴¹. No âmbito da política externa, o foco voltou a ser as relações com os Estados Unidos, embora desta vez não houve a disponibilidade iraniana para continuar a aproximação entre as partes que Rafsanjani e Khatami tinham iniciado; tendo Khomeini como mentor, obviamente, Ahmadinejad alterou o discurso e marcou-o de hostilidade e agressividade para com o Ocidente e os americanos, por considerá-los como “*potência opressora do mundo islâmico*”¹⁴².

Fica, portanto, perceptível que a conjuntura não era nada favorável para um ambiente de paz entre Estados Unidos e Irão (nem para a região do Golfo Pérsico), e que o presidente iraniano não iria facilitar; um dos momentos mais marcantes deste confronto acontece em 2011, num discurso na Assembleia Geral da Nações Unidas, em que ainda

¹⁴⁰ *Ibidem*

¹⁴¹ Maria do Céu Pinto “O Irão de Ahmadinejad”, Instituto de Defesa Nacional, 2011, p.199 Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1197/1/NeD117_MariaCeuPinto.pdf

¹⁴² *Ibidem*, p.205

num clima “de luto” americano, Ahmadinejad releva um conjunto de teorias da conspiração que apontam à responsabilidade dos Estados Unidos no que diz respeito aos atentados sofridos a 11 de Setembro de 2001 e fazendo acusações sobre a utilização deste acontecimento terrorista como “instrumento” americano para atacar o Afeganistão e o Iraque, assim como para se usufruir do petróleo do Médio Oriente¹⁴³. Esta questão não agradou os Estados Unidos que, para além de preocupados com o Iraque e Saddam Hussein no pós guerra de 2003, teria de centrar as suas atenções também para o Irão, que fazia do seu arsenal nuclear a sua principal força na qual assentou toda a sua estratégia de segurança nacional e regional, demonstrando indiferença às sanções económicas aplicadas pelos Estados Unidos e desafiando-os ao se reaproximar de grupos terroristas fundamentalistas como o Hezbollah e o Hamas na luta contra o Ocidente¹⁴⁴.

Como já referido, George W. Bush foi o presidente da “Guerra contra o Terror” que pretendia, precisamente, lutar contra Estados que defendiam práticas de apoio ao terrorismo internacional e de construção de impérios de armamento nuclear, colocando em causa a paz mundial; o presidente americano adotou, para este efeito, e tendo em conta um acontecimento muito marcante da história dos Estados Unidos (que influenciou a política externa de Bush), uma posição de intolerância ao desrespeito dos valores americanos por regimes terroristas. Por esta razão, Bush segue uma lógica muito característica (denominada de “Doutrina Bush”) que previa a consolidação da hegemonia americana a expansão dos valores americanos para o resto do mundo, a promoção da democracia e do liberalismo (como modelos a seguir para um mundo mais seguro) e o privilégio do unilateralismo (face ao multilateralismo das Nações Unidas) para intervenções em situações de potenciais ameaças que se pudessem tornar um verdadeiro risco- o conceito de guerra preventiva, utilizada pelos Estados Unidos, em 2003, na intervenção unilateral dos americanos no Iraque, rejeitada pelo Conselho de Segurança da ONU.

¹⁴³ Discurso de Ahmadinejad na Assembleia Geral da ONU, 2012. Disponível em http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/d-ir/dv/ahmadinejad_un_sep_20/ahmadinejad_un_sep_2012.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁴⁴ Raquel Freire, *Política Externa-as relações internacionais em mudança*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p.423; Maria do Céu Pinto “O Irão de Ahmadinejad”, Instituto de Defesa Nacional, 2011, p.205. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1197/1/NeD117_MariaCeuPinto.pdf

O Irão de Ahmadinejad, coincidiu com o período final da administração Bush, marcada por este contexto de maior intransigência contra a mínima ameaça à segurança dos Estados Unidos e do mundo, e a crença de que a democracia é o único regime aceitável e propício à paz; esta visão de Bush proporcionou-lhe grande descontentamento e revolta por parte de Estados que não aceitavam que os Estados Unidos lhes impusessem os seus valores de forma forçosa, o que fomentou ainda mais o tal sentimento antiamericano e antiocidental. Quando se dá a mudança na administração americano, em 2008, com a eleição de Barack Obama como 44º Presidente dos Estados Unidos, a forma de delinear e executar a política externa norte-americana modificou-se, com o principal objetivo de atenuar a imagem “imperialista” e de hegemonia global que Bush tinha imposto à comunidade internacional, sem que com isso sejam alteradas as premissas fundamentais de segurança nacional e internacional, no que dizia respeito ao terrorismo e ao armamento nuclear.

Quando ascende ao cargo de presidente dos Estados Unidos, Barack Obama adota uma abordagem mais pragmática que a do seu antecessor, não tendo como principal preocupação a exportação dos valores e regime democrático; aliás Obama abdicou desta prioridade de Bush, por ter outra perspetiva sobre qual deveria ser o papel dos Estados Unidos no mundo que, embora reconhecendo o seu estatuto, não teria como principal preocupação mostrar ao mundo que os Estados Unidos eram um país excecional, sem falhas e com a capacidade de transformar forçosamente outros Estados consoante os seus valores. Um dos lemas para esta forma de abordar a política externa de Obama é o “*Leading from Behind*”, que reconhece os Estados Unidos enquanto potência mundial, com capacidades e influência para modelar a política internacional, ao mesmo tempo que admite uma “liderança partilhada”, no sentido em que não assume sozinho as ações e responsabilidades nos problemas mundiais.

Para Obama, a paz e estabilidade internacional não resultam de ações unilaterais ou da eliminação preemptiva de ameaças que coloquem em causa a segurança nacional e internacional, mas sim de ações cooperativas e multilaterais, promovidas pelas instituições internacionais e apoiadas pela diplomacia. Esta alteração de prioridades em nada coloca em causa a luta contra o terrorismo ou outras questões essenciais à paz mundial, porém adota outros instrumentos que não promovem um clima tão agressivo e arrogante como acontecia com o seu antecessor. Ao privilegiar os meios diplomáticos, utilizados para lidar com Estados mais resistentes ou mais historicamente mais

problemáticos (numa tentativa de aproximação de interesses), a política externa de Obama combina uma vertente ligada às alianças, à diplomacia e integração (aquilo a que Joseph Nye apelida de *soft power*- “a capacidade de influenciar o que os outros querem”¹⁴⁵ através do fator atração) a uma outra vertente mais militar, de recurso a forças armadas e à prevalência do poder militar (*hard power*): esta combinação resulta no *smart power*.

Apesar desta perspetiva mais diplomática, a política de Obama não atenuou as responsabilidades dos Estados Unidos no Médio Oriente no que diz respeito a contenção e controlo do Irão (assim como de todos os Estados) que promovessem o armamento nuclear ou o terrorismo: estaria aberta a possibilidade de colaborar com o Irão, no sentido de haver uma comunhão de interesses e de ajudar Teerão a “lidar com as suas responsabilidades internacionais, a recuperar o seu devido lugar na comunidade das nações, e aproveitar as oportunidades políticas e económicas que o seu povo merece”¹⁴⁶; caso não exista esta colaboração, os Estados Unidos, continuarão a manter o Irão isolado e a aplicar sanções económicas. Apesar de uma nova abordagem (de um distanciamento do uso da força militar, é comum criticar-se que a política externa de Obama acabou por seguir muito as práticas excessivas que tanto criticou e que as alterações no relacionamento com o Médio Oriente não foram substanciais¹⁴⁷.

Portanto, a política externa de Ahmadinejad coexistiu com duas administrações americanas, a de Bush e Obama, o que apesar das suas diferenças, não se distanciou muito no que diz respeito à imposição de que o Irão teria de cumprir com as suas obrigações internacionais e que não existiria qualquer benevolência americana, principalmente tendo em conta que Ahmadinejad havia feito do programa nuclear iraniano a sua principal força e ameaça. Em 2013, quando Hassan Rouhani é eleito presidente da República Islâmica do Irão, a política externa iraniana sofre novas alterações, passando de uma abordagem radical, para uma abordagem mais moderada e pragmática, menos conservadora, de

¹⁴⁵ Joseph Nye, “Soft Power”, *Foreign Policy* (80), 1990, p.106. Disponível em https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/joseph_nye_soft_power_journal.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁴⁶ National Security Strategy, 2010, p.26. Disponível em <http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁴⁷ Reza Sanati, “Beyond the Domestic Picture: the geopolitical factors that have formed contemporary Iran-US relations”, *Global Change, Peace and Security*, 26(2), 2014, p.138. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14781158.2014.905525>

recuperação da economia iraniana, de regresso aos princípios de abertura à comunidade internacional e de um maior diálogo com os Estados Unidos e com os países vizinhos, o que lhe valeu uma vitória significativa nas eleições de 2013, tendo em conta o contexto mais negro, agressivo e hostil de Ahmadinejad e as consecutivas sanções económicas que o Irão estava a ser alvo e que promoveram um maior isolamento internacional¹⁴⁸. Rouhani procurou alterar a imagem negra, inflexível do Irão de Ahmadinejad, sendo a imagem da celebração do acordo nuclear com os Estados Unidos, em 2015, sob a premissa de o Irão não desenvolver as suas capacidades no campo do armamento nuclear.

Capítulo IV- O Acordo Nuclear

As armas nucleares e o contexto pós 2ª Guerra

A Segunda Guerra Mundial modificou o mundo, com repercussões muito maiores e mais significativas que as que ocorreram durante a Primeira Grande Guerra. Apesar de um maior conhecimento daquilo que era um conflito à escala mundial, das táticas e estratégias a utilizar, a guerra não deixa de ser um evento imprevisível e inesperado, para o qual exista uma preparação exata para aquilo que possa acontecer. Da 1ª para a 2ª Guerra Mundial, aumentou exponencialmente o número de fatalidades, assim como se sofisticaram os instrumentos utilizados pelos Estados, passando de armamento militar convencional para o recurso a armas químicas e nucleares. Este facto revolucionou não só a forma como se passaram a desenvolver as relações entre Estados, como despoletou uma nova faceta do poder, que ainda estava por descobrir e que colocou a comunidade internacional em alerta para os perigos que advinham da utilização deste novo tipo de armamento.

¹⁴⁸ Mohammad Javad Zarif, “What Iran really wants: Iran foreign policy in the Rouhani era”, *Foreign Affairs*, 93(3), 2014, p.7. Disponível em [http://buenosaires.mfa.ir/uploads/ZarifFinalProofs_\(1\)_28065.pdf](http://buenosaires.mfa.ir/uploads/ZarifFinalProofs_(1)_28065.pdf) [acesso a 12 de agosto de 2019]; Thomas Juneau, “Iran under Rouhani: still alone in the world”, *Middle East Policy*, 21(4), 2014, pp.100-101. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/mepo.12098>

Até aos dias de hoje, a única utilização de armamento nuclear foi protagonizada pelos Estados Unidos da América, em agosto de 1945, com os bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki, na sequência da Guerra do Pacífico. Este foi um fenómeno que chocou o mundo, principalmente pela brutalidade e pelo efeito destrutivo que o recurso a este tipo de bombas provocara, não existindo, à altura, qualquer tipo de noção ou previsão dos estragos que estas poderiam provocar, de tal forma que até hoje se questiona a necessidade americana de perpetrar um ataque dessas dimensões, que atacou não só o território japonês como, por consequências, os civis, não havendo a possibilidade, face à magnitude dos ataques, de limitar o bombardeamento a uma área específica sem que isso possa provocar danos humanos irreversíveis.

O período que se seguiu, também ele ficou estritamente ligado ao armamento nuclear, embora não se tenha recorrido efetivamente ao uso de armas nucleares mas, por se já se ter uma noção real daquilo que o armamento nuclear e a sua utilização acarretavam, proporcionou um clima também ele tenso, de impasse e desconfiança. Quando termina a 2ª Guerra Mundial, em 1945, o mundo acredita estar finalmente a iniciar-se um período de paz, estabilidade, com a vitória dos Aliados, da democracia e do liberalismo, afastando-se a ameaça nazi, e criando-se a grande organização internacional responsável pela manutenção da paz e por evitar um novo conflito à escala mundial. Seria uma espécie de regresso à normalidade, após 6 anos caóticos. Porém, começa a revelar-se no seio dos Aliados, a grande disparidade que existira entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, as duas grandes potências com os principais méritos da vitória contra as Forças do Eixo. Ambos vencedores, porém, com ideias políticas e económicas totalmente distintas, quer os Estados Unidos, quer a URSS, pretendiam liderar um mundo à sua imagem e semelhança, de acordo com os seus ideais e princípios, reforçando o seu estatuto de vencedores. Por esta razão, inicia-se em 1947, um novo período de confronto, apesar de diferente daquele que já se vivera nos anos anteriores: o período da Guerra Fria inseriu-se num contexto muito específico, que se denota na denominação dada à oposição ideológica vividas entre as duas potências que saíram vencedoras da 2ª Grande Guerra.

Deu-se o nome de “Guerra Fria”, por não existir um confronto militar direto entre as partes, o que aqueceria assim o evento, tornando-o mais propenso a momentos de maior hostilidade e tensão, que colocaria em causa a paz internacional num período delicado em que o mundo acabava de sair de uma grande guerra, sem o mínimo de condições para

suportar outro conflito, agora envolvendo duas superpotências, com capacidades militares extraordinárias, capazes de provocar danos significativos.

Também neste campo, as armas nucleares tiveram intervenção: como já foi referido, a Guerra Fria teve um contexto bastante específico e “bebeu” dos erros cometidos durante a 2ª Guerra Mundial- com o bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki por parte dos Estados Unidos, estes procuraram demonstrar toda a sua força militar e nuclear e, de certa forma, “assustar” a URSS, de maneira a atenuar os comportamentos hegemónicos e a aceitar a supremacia americana (o que acabou por não ocorrer, despertando ainda mais o interesse soviético pelas armas nucleares de forma a não se deixar ficar para trás no que diz respeito ao seu arsenal militar e na posição privilegiada que estas davam aos Estados Unidos); ficou claro para todos que as armas nucleares e a sua utilização não estariam em equação e que esta seria uma questão em que, quer os Estados Unidos quer a União Soviética, estariam ambos de acordo que não recorreriam a este tipo de armamento, tendo conhecimento do seu poder de destruição e prevendo uma reação bastante assertiva por parte do Estado atacado. Daí que seja comum referir-se que as armas nucleares *“tornaram-se as primeiras armas da história e da estratégia militar cujo fim prioritário é não serem utilizadas”*¹⁴⁹.

Este é o efeito da dissuasão que o académico Kenneth Waltz privilegia na discussão sobre as armas nucleares. Waltz é um dos académicos que mais tem dissertado sobre o armamento nuclear, a sua evolução e o impacto da sua utilização na política internacional. Nos estudos de Waltz sobre as armas nucleares, o académico parte de uma premissa bastante clara: para Waltz, não tem existido, desde a primeira utilização deste tipo de armas, uma proliferação das armas nucleares (no sentido de aumento exponencial [*“spread like wildfire”*]), mantendo-se o número de potências com armamento nuclear) mas sim um *“glacial spread”*¹⁵⁰. Apesar disto, o autor reconhece dois tipos de proliferação nuclear: proliferação vertical, que aborda o aumento do número de armas nucleares nas principais potências, e proliferação horizontal, que implica o aumento do

¹⁴⁹ Luís Tomé, “Armas nucleares: velhos problemas, novas missões”, *Janus*, 2017, p.114. Disponível em http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.17_LuisTome_ArmasNucleares1.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁵⁰ Scott Sagan, Kenneth Waltz & Richard K. Betts, “A nuclear Iran: promoting stability or courting disaster?”, *Journal of International Affairs*, 2007, pp. 136-145. Disponível em http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/Sagan_Nuclear_Iran.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

número de armas a novos Estados nucleares¹⁵¹. Waltz introduz uma abordagem muito específica daquilo que são as armas nucleares e o seu impacto, partindo sempre do efeito de dissuasão e o seu carácter decisivo na deliberação da utilização ou não deste tipo de armamento, o que trouxe algumas críticas.

Para Waltz, há uma ideia chave, que teve a Guerra Fria como exemplo, e que diz respeito a noção de que as armas nucleares, tendo em conta os riscos que aportam, assim como a sua capacidade de destruição, fazem com que as consequências da guerra sejam significativas, o que “*desencoraja os Estados a iniciar qualquer guerra que possa levar ao uso destas armas*”; esta dissuasão ligada às armas nucleares, resulta do medo, das reações do adversário e dos danos que a utilização de qualquer arma nuclear acarreta, o que em termos práticos, segundo Waltz, “*ajuda a manter a paz entre as grandes potências*”¹⁵², apesar de considerar que não é relevante quem são os Estados que detêm armamento nuclear, sejam eles grandes, médias ou pequenas potências, “*países que confiamos ou desconfiamos*”, porque todos eles irão atuar da mesma maneira: “*com cuidado e moderação*”. É por esta visão idealista, que o académico é considerado, e considera-se como um “*otimista nuclear*”¹⁵³.

Como já foi referido, o conceito de dissuasão é basilar na análise de Kenneth Waltz, porque funciona como um garante da paz e estabilidade internacional; o académico é muito claro na definição que faz deste conceito: “*literalmente, significa impedir alguém de fazer algo, assustando-o*”, sendo que esta ação se faz acompanhar de uma capacidade de punição, que também contribuir para criar um ambiente que constranja um determinado Estado a recorrer a armamento nuclear para atacar outro. Isto leva Waltz a concluir que “*a probabilidade da guerra diminui à medida que as capacidades dissuasivas e defensivas aumentam*”¹⁵⁴. Para além da questão da preponderância da

¹⁵¹ Kenneth Waltz, “The spread of nuclear weapons: more may be better”, The International Institute for Strategic Studies, London, 1981. Disponível em <http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b6/Attachments/39/5.%20The%20spread%20of%20nuclear%20weapons.pdf>

¹⁵² *Ibidem*

¹⁵³ Scott Sagan, Kenneth Waltz & Richard K. Betts, “A nuclear Iran: promoting stability or courting disaster?”, *Journal of International Affairs*, 2007, pp.137-138. Disponível em http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/Sagan_Nuclear_Iran.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁵⁴ Kenneth Waltz, “The spread of nuclear weapons: more may be better”, The International Institute for Strategic Studies, London, 1981. Disponível em <http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b6/Attachments/39/5.%20The%20spread%20of%20nuclear%20weapons.pdf>

dissuasão, Waltz introduz várias hipóteses relevantes para os Estados quererem ter armas nucleares. Em primeiro lugar, há uma espécie de “efeito de imitação” entre as grandes potências, que leva as leva a adquirirem armas nucleares, meramente porque outras grandes potências as detêm. Em segundo lugar, as alianças e a aquisição de armamento nuclear face à incerteza de um determinado Estado da reação retaliatória de uma potência aliada; de certa forma, funciona como um “plano B”. Em terceiro lugar, e relacionada com a última premissa, está a necessidade mostrada por um Estado, sem um aliado nuclear (que possa fornecer aquilo a que se chama de “*nuclear umbrella*”, a proteção dada a um Estado não nuclear por um Estado nuclear) de adquirir armas nucleares para fazer face a um Estado opositor detentor deste tipo de armas; de forma a não partir de uma desvantagem militar, o que introduz a quarta premissa, que ressalva o medo da força militar de um Estado adversário, no presente e futuro, o que também desperta esta “necessidade” nuclear. Em quinto lugar, destaca-se o elemento económico e a segurança que as armas nucleares podem ter face ao armamento convencional; em sexto lugar, uma das razões mais óbvias- querer ter armas nucleares para objetivos ofensivos-, e por último, a questão do prestígio e da imagem de superioridade com que um Estado passa a ser visto, por agora deter um tipo de armamento significativamente mais perigoso que o convencional. Por todas estas motivações, fica explícito que o desenvolvimento das armas nucleares e a sua consecutiva posse veio alterar a forma como se passaram a estabelecer as relações entre os Estados, igualando-os e fazendo com que um Estado mais pequeno possa colocar dificuldades a um superior e mais influente.

Para além da discussão em torno das motivações dos Estados para adquirir armas nucleares, existem também os riscos que esta aquisição aporta. Como afirma o académico Scott Sagan, existem três grandes problemas no que diz respeito à detenção de tipo de armas: a violência e agressão que promove, a ligação ao terrorismo e a venda ilegítima de armamento nuclear a outros atores. Tendo em conta o carácter específico das armas nuclear face ao armamento convencional, a posse de armas nucleares por um Estado “*pode levar um país a pensar que pode ser mais agressivo convencionalmente [a nível de armamento e militar] porque está protegido contra uma retaliação nuclear*¹⁵⁵”; ou seja, permitiria a um determinado Estado maior liberdade de ação, realizar mais ataques

¹⁵⁵ Scott Sagan, “How to keep the bomb from Iran”, *Foreign Affairs*, 2006, p.139. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/3b5d/2c450d5ca5b915a60485b0e3ac77a0aa0c74.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

militares promovendo um ambiente de hostilidade sem se preocupar com as consequências ou respostas adversárias, porque se encontra salvaguardado por uma “armadura” nuclear que repele qualquer tentativa de ataque por parte de um Estado inimigo, criando a imagem de que este Estado é inatingível porque nada se sobreporá ao poderio nuclear.

Associada a esta questão, está o risco da possibilidade de roubo e venda ilegal de armamento nuclear por parte de grupos terroristas, o que altera consideravelmente a lógica defendida por Waltz de que o facto dissuasão impediria os agentes de perpetrar qualquer tipo de ataque nuclear, recendo as consequências do mesmo, sendo que as armas nucleares podem cair em mãos de terroristas, estes não terão as mesmas preocupações que atores estatais têm, o que permite que estes grupos apenas se movam de acordo com os seus objetivos, abrindo a porta para danos a uma escala ainda maior. Por esta razão, o efeito de dissuasão de Waltz parece mais eficaz num mundo onde os atores são só os Estados (idealmente, para a teoria, num mundo onde as potências com influência não fossem tantas) e não houvesse a intervenção de outros atores, para os quais a dissuasão não exerce grande preponderância.

A ligação entre grupos terroristas e as armas nucleares está estritamente relacionada também com a forma como um Estado se encontra estável politicamente ou inserido num contexto propício ao aparecimento de organizações deste carácter, em Estados que não conseguem exercer o seu poder e garantir a sua principal função de sobrevivência do seu povo e território. Os Estados que se enquadram neste contexto são denominados de Estados falhados (ou *Rogue States*):

“Estados incapazes de assegurar a ordem doméstica e monopolizar a força dentro do seu território. São incapazes de atuar como uma unidade política viável, pois o seu sistema de justiça e ordem não é credível, incapaz de atuar como uma unidade económica pois as suas infraestruturas não conseguem servir os cidadãos¹⁵⁶”.

¹⁵⁶ Andrew Heywood, *Global Politics*, Palgrave Foundations, 2011, p.224

George W. Bush, na Estratégia de Segurança Nacional de 2002, na sequência dos atentados sofridos a 11 de setembro de 2001, reservou parte do seu discurso para se dirigir a esta categoria de Estados, tal a sua especificidade e complexidade:

“brutalizam o seu próprio povo; não mostram qualquer consideração pelo direito internacional, ameaçam os seus vizinhos, violam os tratados internacionais dos quais fazem parte, estão determinados a adquirir armas de destruição massiva, apoiam o terrorismo, rejeitam valores humanos básicos e odeiam os Estados Unidos”¹⁵⁷.

Tendo em conta esta conjuntura, para o então presidente, os Estados Unidos teriam de estar preparados para lidar com uma eventual utilização de armamento nuclear, quer por Estados falhados quer por grupos terroristas ligados a estes Estados, movendo esforços para tentar reduzir a probabilidade que esta possa ocorrer. Portanto, mostrava-se essencial conter estes Estados que se mostram como uma ameaça à paz internacional, promotores de instabilidade e incerteza, ao mesmo tempo que se pretendiam desenvolver mecanismos a nível jurídico, que vinculassem os Estados, no sentido de enquadrar um novo tipo de armamento, de acordo com tratados internacionais, acordos bilaterais ou multilaterais ou instituições que regulassem a utilização das armas nucleares. Nesse sentido, é celebrado em 1968, o tratado basilar no que toca à regulamentação do armamento nuclear, o Tratado de Não Proliferação Nuclear (importa ressaltar que, anterior a esta data, já havia sido celebrados outros textos jurídicos sobre as armas nucleares, porém o TNP é o tratado referência quando se aborda a prevenção da proliferação das armas nucleares¹⁵⁸).

Este é um tratado celebrado sob o princípio de que se pretendia juntar os Estados detentores de armamento nuclear ou essas pretensões, de forma a encontrarem uma solução que permite não só regulamentar a questão das armas nucleares, como impedir

¹⁵⁷ National Security Strategy, 2002. Disponível em <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ei/wh/15425.htm> [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁵⁸ Jorge Morales Pedraza, “Is the NPT an effective International instrument to stop nuclear proliferation without the establishment of an International organisation to supervise the implementation of its provision?”, *Public Organization review*, 15(2), 2015, p.227. https://www.researchgate.net/publication/260103818_Is_the_NPT_an_Effective_International_Instrument_to_Stop_Nuclear_Proliferation_Without_the_Establishment_of_an_International_Organisation_to_Supervise_the_Implementation_of_its_Provision

que qualquer Estado, assim que entendesse, pudesse proceder à aquisição de armamento nuclear ou ao desenvolvimento do seu arsenal. Partindo deste princípio, o TNP parte de estrutura bastante controversa por estabelecer divisão bipartida, que define critérios distintos para os dois grupos a quem se destina este tratado. Assim sendo, o TNP, nos seus artigos iniciais, faz a distinção referida: primeiramente, os Estados detentores de armamento nuclear, parte do Trado (Estados Unidos, China, França (entrada em 1991, com a China), URSS e Reino Unido -os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas), comprometem-se a não transferir para outros Estados qualquer tipo de armamento nuclear nem a incentivá-los a que este tipo de armamento¹⁵⁹; de outro lado, estão todos os outros Estados para além dos referidos, para os quais é definida a proibição não só de produzirem armas nucleares como de as produzirem.

É de acordo com este contexto que começam a aparecer as grandes discrepâncias no que diz respeito ao tratamento dado aos diferentes Estados: para além de não lhes ser permitido produzir ou deter armas nucleares, os Estados não nucleares, ao celebrarem e retificarem o TNP estão a sujeitar-se a inspeções periódicas por parte da Agência Internacional da Energia Atómica, que será responsável por verificar que as premissas dispostas no tratado são cumpridas por todos os Estados, havendo sanções caso se comprove que as obrigações a que estes Estados se sujeitaram não estão a ser cumpridas; esta “pequena” diferença” que o tratado promove, volta a reacender o a ideia de que há um favorecimento dos Estados mais poderosos face aos restantes, sendo-lhes permitido agir de determinada maneira, ao mesmo tempo que limita os outros Estados¹⁶⁰. Portanto, perante esta conjuntura, existe sempre uma certa revolta por parte dos pequenos Estados que, apoiando-se na ideia de que todos os Estados são iguais e dotados de soberania, defendem que não pode existir esta distinção entre aquilo que os maiores podem fazer e os mais pequenos não.

¹⁵⁹ Artigo I do Tratado de Não Proliferação Nuclear, 1968. Disponível em <https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/text> [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁶⁰Jorge Morales Pedraza, “Is the NPT an effective International instrument to stop nuclear proliferation without the establishment of an International organisation to supervise the implementation of its provision?”, *Public Organization review*, 15(2),2015, p.230. https://www.researchgate.net/publication/260103818_Is_the_NPT_an_Effective_International_Instrument_to_Stop_Nuclear_Proliferation_Without_the_Establishment_of_an_International_Organisation_to_Supervise_the_Implementation_of_its_Provision; Carlos Gaspar, “O regime de não proliferação nuclear”, *Janus*, 2011-2012, p.316. Disponível em http://janusonline.pt/arquivo/popups2011_2012/2011_2012_3_1_7.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

Dáí que, por vezes, os pequenos Estados desafiem os enquadramentos em que estão inseridos (desrespeitando cláusulas de tratados, por exemplo), argumentando que, se os mais poderosos e influentes podem atuar de uma determinada maneira, também eles poderão, lembrando que o TNP foi celebrado ainda durante o período da Guerra Fria, e mesmo assim os Estados Unidos e a URSS aumentaram o seu dispositivo militar, acentuando a “discriminação” e privilégio das grandes potências face às demais.

O contexto em que é criado o Tratado de Não Proliferação Nuclear é bastante específico porque a celebração deste tratado ocorre num período em que o mundo era marcado pela bipolaridade onde dominavam duas superpotências que lideravam duas forças de segurança (a NATO e o Pacto de Varsóvia) e que garantiam um certo nível de estabilidade e segurança para si e para os seus aliados; esta conjuntura deu maior suporte à aceitação de um tratado que abordava uma questão essencial na altura, porque havendo estas organizações de segurança coletiva lideradas por potências nucleares, não existiria por parte das potências aliadas a necessidade para que estas procurassem promover uma corrida ao armamento nuclear, por estarem inseridas no “chapéu nuclear” das grandes potências com armamento nuclear.

Quando termina a Guerra Fria, com a dissolução da URSS e a ascensão dos Estados Unidos a uma única superpotência, num mundo unipolar, quebra-se uma das organizações de segurança coletiva e, conseqüentemente, o equilíbrio que existia: passamos de Estados sob a alçada nuclear de duas superpotências nucleares para alguns Estados inseridos na NATO sob a alçada nuclear dos Estados Unidos e alguns Estados que, já não estando inseridos no Pacto de Varsóvia, eram resultado da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, eram agora detentores de armamento nuclear, uma nova realidade, para a qual eles não estavam preparados (até porque muitos deles encontravam-se em condições sociais e económicas periclitantes), novos Estados como a Ucrânia, a Bielorrússia e até mesmo a recente Rússia.

Esta mudança na geopolítica promoveu a proliferação que não se tinha verificado durante a Guerra Fria, e ativou o alarme para os restantes Estados, no que diz respeito ao aumento da incerteza, despertando para a necessidade de proteção face a uma eventual ameaça, que não seria tão controlada e contida como aconteceria durante a Guerra Fria; para além desta maior proliferação nuclear, o maior conhecimento tecnológico sobre armamento nuclear permitiu a mais Estados ter acesso a este tipo de armas, o que por sua

vez, tornou o equipamento ainda mais acessível face ao período em que estas armas eram exclusivas das grandes potências¹⁶¹.

O Irão e as armas nucleares

Quando se debate a questão das armas nucleares e dos Estados que as pretendem obter e/ou reforçar o seu arsenal militar, o Irão aparece como um dos países no topo da lista destes países, sendo que isso acarreta muitas das preocupações do mundo ocidental face aos riscos que existem por um Estado denominado “falhado” possuir armamento de carácter tão letal e destruidor. Para além disso, realçam-se as características bastantes específicas a nível político do Irão o que, associada a uma constante hostilidade face aos Estados Unidos e ao mundo ocidental, desperta atenções para a instabilidade e imprevisibilidade que um Estado destes aporta, o que provoca no sistema reações de defesa e proteção na eventualidade de um possível ataque.

Kenneth Waltz, académico que desenvolveu vários estudos sobre as armas e proliferação nuclear, estudou as razões pelas quais considera que o Irão quer ter armas nucleares: primeiramente, as questões geográficas- o Irão encontra-se rodeado por países que não são considerados os mais estáveis e com os quais o Irão não tem das relações mais amistosas e pacíficas (os casos do Paquistão e Afeganistão, a norte, e do Iraque, a sul- de certa forma, este ambiente pouco propício à estabilidade, é promotor de uma busca iraniana por armas nucleares, de maneira a garantir a sua segurança, argumento este usado politicamente também para criar um ambiente mais aceitável, dentro do Irão, ao desenvolvimento de um programa nuclear iraniano); na segunda razão, Waltz volta a dar papel de destaque ao efeito da dissuasão, neste caso específico aplicado aos Estados Unidos, referindo que esta é a forma de confrontar os Estados Unidos de forma igual, tendo em conta que, através das armas convencionais, o Irão fica claramente em desvantagem (*“Nuclear weapons do not make lesser states into great powers. Nuclear*

¹⁶¹ Carol Kessler, “Post- Cold War Effects on the Non- Proliferation Regime”, *Problems of Post Communism*, 53(2),2006, p.31. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.2753/PPC1075-8216530203> [acesso a 12 de agosto de 2019]

*weapons do enable the weak to counter some of the measures that the strong may wish to take against them*¹⁶²”; para além disso, volta a reforçar (na altura do artigo) que não existiriam grandes riscos em haverem novos países nucleares, ao demonstrar o seu otimismo em relação à eficácia da dissuasão¹⁶³. Estas questões associadas ao desenvolvimento tecnológico e nuclear e à reputação de potência regional e global fomentam nos iranianos a aprovação para a aposta num programa nuclear.

O tema das armas nucleares não é recente na história, embora tenham existido períodos onde a aposta neste tipo de armamento tenha sido mais significativa, com avanços no que diz respeito ao desenvolvimento de armas nucleares até à inserção e participação em acordos bilaterais e multilaterais com vista à regulamentação destas novas armas. As pretensões nucleares do Irão iniciam-se ainda no período do Shah Reza Pahlavi, num contexto de extrema proximidade aos Estados Unidos, por esta altura havia a colaboração americana, no que toca ao apoio militar e conhecimentos de investigação e tecnológicos, permitiram ao Irão procurar desenvolver um novo tipo de armamento que lhes permitisse contrariar a posição de Estados rivais em seu redor, de forma a mostrar uma superioridade que os intimidasse e permitisse ao Irão estabelecer-se como a grande potência no Golfo Pérsico; neste sentido, reuniu esforços para seguir uma estratégia nuclear, iniciando a construção das conhecidas centrais nucleares, que centraram a atenção iraniana até 1979, e com a criação da Organização de Energia Atómica do Irão, destinada “à *pesquisa e desenvolvimento de atividades no campo da tecnologia nuclear*”¹⁶⁴.

Com a Revolução Iraniana e a ascensão do Ayatollah Khomeini a Líder Supremo, as prioridades alteram-se (quebrando a evolução constante e significativa que o programa nuclear iraniano havia sofrido ao longo dos últimos anos), obviamente centrando-se numa reestruturação da vida da sociedade iraniana, nomeadamente no regresso dos valores religiosos que haviam sido colocados num segundo patamar face a uma secularização praticada por Pahlavi; tendo em conta a linha de pensamento seguida durante a Revolução

¹⁶² Kenneth Waltz, “The spread of nuclear weapons: more may be better”, The International Institute for Strategic Studies, London, 1981 p.11. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/05679328108457394>

¹⁶³ Scott Sagan, Kenneth Waltz & Richard K. Betts, “A nuclear Iran: promoting stability or courting disaster?”, *Journal of International Affairs*, 2007, p.138 Disponível em http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/Sagan_Nuclear_Iran.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁶⁴ Iran Watch. Disponível em <https://www.iranwatch.org/> [acesso a 12 de agosto de 2019]

Iraniana, o programa nuclear, os custos envolvidos e a mudança de foco de uma ideologia religiosa para um programa militar com objetivos nucleares não se apresentava como um dos rumos a seguir pelo Líder Supremo Khomeini.

Os principais avanços no campo nuclear ocorrem aquando da eleição de Ahmadinejad como presidente do Irão, em 2005. Como já foi referido, Ahmadinejad apresentou-se como um presidente de carácter mais ofensivo, radical, nomeadamente no que diz respeito a forma à reintrodução do Irão no espaço internacional (colocando um ponto final nos longos anos de isolamento internacional que marcaram os anos de Khomeini) assim como à forma como se deveria desenvolver a política externa iraniana, essencialmente no relacionamento com os Estados Unidos, promovendo um regresso à hostilidade e à promoção do ódio contra os americanos, acusando-os de se intrometerem em assuntos internos iranianos e de se aproveitarem do Irão, tentando alargar a sua área de influência na região.

Neste sentido, o programa nuclear foi central e motivo de alguma animosidade entre o Irão e os Estados Unidos, porque ao mesmo tempo que o Irão se especializava na matéria do armamento nuclear, despertava nos Estados Unidos a ameaça reforçada do Irão, país incluído no grupo do “Eixo do Mal”, que agora, para além de procurar a hegemonia na região, reforçava-se com um tipo de armamento que colocava os Estados Unidos “em sentido”, no que toca às decisões que procurasse tomar em relação ao Irão; apesar de um projeto nuclear ambicioso, o Irão teria de se recuperar, tendo em conta o conflito com o Iraque, que afetou as centrais nucleares, construídas ainda nos anos do Shah¹⁶⁵). Em termos concretos, esta viragem iraniana para a área nuclear consolidou-se na construção de um maior número de centrais nucleares e na aposta no enriquecimento de urânio, sendo este último ponto motivo para inúmeras inspeções e sanções económicas aplicadas pelos Estados Unidos.

Independentemente disto, as sanções foram aplicadas, sanções estas que não só penalizam o Irão pela aquisição e desenvolvimento de armas de destruição massiva,) penalizam Estados que os financiem (através de meios financeiros ou com armamento). A posição do Irão é de tal forma desafiante que Teerão continuou a reforçar o seu arsenal

¹⁶⁵*Ibidem*

nuclear quando já se encontrava subjugado ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, com as respetivas obrigações a que este tratado sujeitava.

Uma das hipóteses mais levantadas em relação a uma certa “indiferença” iraniana às sanções que lhes eram impostas, principalmente quando o Iraque se interessa também pelas armas nucleares, não tendo existido repreensões efetivas para este, o que legitimou o Irão e deu-lhe maior liberdade por considerar que não as sanções não exerceriam grande influência no sentido de ter de abdicar do seu programa nuclear, como afirma Waltz, esta situação, aliada à questão da procura de maior segurança, potencializa ainda mais a busca por armamento nuclear (a questão securitária é ainda mais reforçada face ao isolamento internacional iraniano, que provoca uma certa indefinição no que toca às ameaças que possam surgir); para além disso, contribui também o facto de Israel (Estado rival do Irão) ser o grande Estado nuclear no Médio Oriente, apoiado pelos Estados Unidos, o que fomenta ainda mais a necessidade iraniana de desenvolver armas nucleares, não só para fazer face a um rival (não se colocando em desvantagem), como para assegurar o seu papel de potência influente na região¹⁶⁶.

Num artigo intitulado de “Why Iran Should Get The Bomb”, Waltz reafirma não só a ideia de que o Irão deveria adquirir armamento nuclear, suportado pela lógica da dissuasão, mas também pela necessidade que se cria quando também Israel é detentor deste tipo de armas; para o académico, é essencial que o Irão tenha armas nucleares, não de um ponto de vista da sua utilização efetiva (com todos os riscos que isso acarreta), mas sim de maneira a balancear um poder que a posse de armas nucleares dá a Israel, não existindo um outro poder que faça a sua oposição (*“power [...] begs to be balanced”*). Por esta razão, Waltz afirma que a emergência do Irão como potência nuclear, não só permitirá colocar um fim na crise nuclear no Médio Oriente, como trará maior estabilidade à região, com um maior nivelamento entre as potências nucleares (*“If an atomic Israel did not trigger an arms race then, there is no reason a nuclear Iran should now¹⁶⁷”*). Este otimismo de Waltz é considerado bastante controverso por não opor à proliferação de armas nucleares, e esta ideia de paz e estabilidade é muito criticada por vários académicos; por exemplo, Matthew Kroenig responde à lógica de Waltz,

¹⁶⁶ Kenneth Waltz, “Why Iran should get the bomb: nuclear balancing would mean stability”, *Foreign Affairs*, 2012, p.2. Disponível em <https://www.acsu.buffalo.edu/~fczagare/PSC%20504/Waltz.pdf>

¹⁶⁷ *Ibidem*, pp.3-4

demonstrando um pessimismo em relação à proliferação nuclear: para Kroenig, a posse de armas nucleares pelo Irão como forma de balancear o poder nuclear israelita não traria a paz ao Médio Oriente como argumenta Waltz, mas sim faria com que a tensão aumentasse (*“the volatile nuclear balance between Iran and Israel could easily spiral out of control as a crisis unfolds, resulting in a nuclear exchange between the two countries”*); por outro lado, Kroenig relewa o facto de que a dissuasão, comentada por Waltz, acarreta custos e não que não basta aos Estados saberem os riscos e a destruição provocada pela utilização de armamento nuclear, mas também considerarem os “enormes custos económicos e geopolíticos” que uma lógica de dissuasão implica¹⁶⁸.

Retomando a estratégia nuclear iraniana, importa realçar que a participação do Irão como membro do TNP não o limitou nas suas pretensões nucleares: por outro lado, Teerão quebrou várias vezes as obrigações impostas pelo TNP, nomeadamente impedindo as inspeções realizadas pela Agência Internacional de Energia Atómica e por continuar a investir na área do enriquecimento de urânio, sendo que o Irão apresenta os seus investimentos como sendo pacíficos (e não omitindo motivações militares) e respeitando as premissas do tratado onde se encontra inserido, argumentando que são os Estados Unidos que promovem o discurso de um Irão incumpridor e uma ameaça, que cria a imagem do seu programa nuclear como tendo objetivos civis, cobrindo toda a sua tecnologia avançada e sofisticada que não parece coincidir com as finalidades propostas.

¹⁶⁸ Matthew Kroenig, “Time to attack Iran: why a strike is the least bad option”, *Foreign Affairs*, (91), 2012, pp.2-3. Disponível em <http://www.saintjoehigh.com/ourpages/auto/2012/11/6/39208632/12-0102%20Time%20to%20Attack%20Iran.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

O Plano Conjunto de Ação

A existência de uma potência regional que procurasse a ascensão e a hegemonia no Médio Oriente, que não fosse uma parceira dos Estados Unidos e que colocasse em causa os seus interesses na região, não é uma realidade que se apresentasse desejável aos americanos, muito menos favorável à manutenção de uma certa influência numa região já bastante complexa e propícia ao conflito e à instabilidade. Quando essa potência se trata da República Islâmica do Irão, com o historial conflituoso e hostil que tem com os Estados Unidos, a situação complica-se e as esperanças para um relacionamento mais estável e amigável deterioram-se.

Como já foi desenvolvido anteriormente, o interesse iraniano no setor nuclear não é recente e perdura desde os tempos do Shah Reza Pahlavi que, com o apoio americano, num período de proximidade entre os dois Estados (numa lógica de aliança e apoio económico e militar no sentido de ajudar no desenvolvimento iraniano e potencializar mais um aliado na região do Golfo Pérsico), contribuiu para o desenvolvimento do programa nuclear iraniano, fornecendo conhecimento, financiamento e material técnico que permitiu ao Irão consolidar o objetivo de se tornar uma potência nuclear, tornando-se assim mais relevante na região e distanciar-se das demais potências no Médio Oriente.

Se o desenvolvimento de um arsenal nuclear não se apresentava como uma ameaça para os americanos nessa altura, a partir do momento em que a relação entre os Estados evoluiu negativamente, com momentos de tensão e incentivo ao ódio, o Irão deixa de ser encarado como um amigo e passa a ser uma das principais ameaças aos Estados Unidos e a todos os seus valores e interesses; daí que a vertente nuclear se tornasse numa das principais preocupações, não só dos americanos mas também das principais potências europeias, motivando-os a reunir esforços de forma a controlar o Irão na utilização do seu armamento nuclear, nomeadamente nos fins para os quais este era usado, que se pretendiam pacíficos e não uma promoção de uma violência e destruição que colocasse em causa a paz e a estabilidade internacional ou que promovesse um escalar da insegurança que, consequentemente, incentivasse outros Estados a procurar garantir a sua segurança, reforçando/criando o seu próprio programa nuclear.

Nesse sentido, o Irão, membro do Tratado de Não Proliferação Nuclear, tem sido alvo de inúmeras sanções económicas por parte dos Estados Unidos, a União Europeia e

da Nações Unidas, pela utilização do seu programa internacional em desacordo com as premissas internacionais que impedem o desenvolvimento nuclear para fins não pacíficos, nomeadamente para a criação de armas nucleares, mísseis ou qualquer tipo de armamento de destruição massiva; exemplo desta condenação europeia surgiu após a descoberta, em 2002, por parte da AIEA, de que o Irão estaria a fornecer informações falsas e contraditórias em relações às atividades nucleares que estaria a desenvolver, desrespeitando o quadro jurídico internacional no qual estava inserido. Quando, em 2015, é assinado o Plano Conjunto de Ação (JCPOA- *Joint Comprehensive Plan of Action*, mais conhecido pelo “Acordo Nuclear do Irão), pelos cinco membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pela Alemanha e pelo Irão, o grande objetivo passa pela limitação nuclear iraniana, retirando-lhe assim grande parte da sua capacidade militar, ao mesmo tempo que extrai parte da imprevisibilidade característica do Irão, que motivava a desconfiança e orientou todo o processo para inserir o Irão numa conjuntura que o tornasse numa “ameaça mais controlada”, numa altura em que a tensão já era considerável e era essencial encontrar uma solução que, mesmo não sendo a ideal, era a possível e a que permitiria resultados a curto prazo.

Importa relembrar que o presidente americano na altura era o presidente Barack Obama e o seu homólogo iraniano Hassan Rouhani, ambos promotores de uma reaproximação entre os dois Estados, de forma a aliviar a hostilidade internacional e os riscos que o Irão coloca (pelo lado americano), ao mesmo tempo que permite ao Irão reintroduzir-se na política internacional, da qual se encontrava à parte desde que o extremar das relações históricas com os Estados Unidos.

Assim sendo, a 14 de julho de 2015 é celebrado este tratado, que engloba os principais problemas no que dizem respeito ao programa nuclear iraniano, problemas estes que desenharam o rumo do texto do tratado: portanto as quatro grandes áreas do JCPOA dizem respeito ao enriquecimento de urânio, ao número de centrífugas iranianas, às inspeções realizadas pela Agência Internacional de Energia Atómica e às sanções económicas.

O objetivo fundamental deste tratado é explicitamente referido ainda no prefácio do mesmo, pretendendo-se “*garantir que o programa nuclear do Irão será exclusivamente pacífico e marcará uma mudança fundamental na sua abordagem aos assuntos [nucleares]*”, tendo a garantia iraniana de que “*sob nenhuma circunstância irá*

o Irão procurar, desenvolver ou adquirir qualquer arma nuclear”¹⁶⁹. A primeira premissa do JCPOA limita o Irão a abdicar, em grande parte, do exercício de uma atividade bastante praticado pelos iranianos, o enriquecimento de urânio, um processo que permitiria conduzir ao desenvolvimento de uma arma nuclear; de acordo com o tratado, o Irão comprometer-se-ia a renunciar a percentagem de enriquecimento de urânio, de 97% para 3,67%), o que por si mesmo aliviava a possibilidade de o Irão desenvolver qualquer tipo de arma nuclear a curto-médio prazo. A segunda área está estritamente relacionada com o primeiro ponto, dizendo respeito às centrífugas e, nomeadamente, ao número destas máquinas usadas no processo de enriquecimento do urânio: neste campo, Teerão abdicaria de parte das suas centrífugas, num proporção de dois terços, mantendo-as exclusivamente para questões de pesquisa, o que, mais uma vez e, caso cumprisse os trâmites do tratado, manteria o Irão mais longe de conseguir desenvolver armamento nuclear, o que permitiria aos restantes Estados desenvolver estratégias de dissuasão do Irão desse seu objetivo. A terceira premissa faz referência ao cumprimento iraniano de todas estas obrigações, nomeadamente à monitorização por parte da Agência Internacional de Energia Atómica, passando a haver inspeções periódicas de forma a garantir que o Irão respeitava o tratado, cumprindo com as premissas e não prestando falsas declarações; estas inspeções eram relevantes porque permitiria o Irão sob controlo, saber tudo sobre o seu programa nuclear e, em caso de desrespeito conhecido, acionar os mecanismos de sanção respetivos. As sanções económicas são a última parte do JCPOA e abrangia objetivos de ambas as partes incluída neste acordo nuclear: por um lado, os Estados Unidos, a União Europeia e as Nações Unidas comprometer-se-iam a retirar as sanções aplicadas por si nas variadas áreas de “*comércio, tecnologia, finanças e energia*”, como forma de apresentar o Irão pelo cumprimento das obrigações do JCPOA; por outro lado, o Irão, respeitando o tratado e agindo em conformidade com o mesmo, veria serem-lhe retiradas as principais sanções e a liberação de ativos congelados, o que permitiria a reinserção na política internacional e abandonaria o isolamento da sua economia, que já se apresentava debilitada, com repercussões no estilo de vida da sociedade iraniana.

¹⁶⁹ Joint Comprehensive Plan of Action (2015), pp. 2-3. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/122460/full-text-of-the-iran-nuclear-deal.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

Apesar de ter sido pensado de forma a diminuir a ameaça nuclear iraniana e reunir um consenso em torno dos principais problemas no que diz respeito ao programa nuclear do Irão, existiram vozes que se pronunciaram contra o modelo do tratado e à forma como era pouco exigente com as atividades nucleares iranianas. Das principais críticas apontadas a este tratado estão relacionadas com o período de tempo associados às premissas fundamentais, nomeadamente ao enriquecimento de urânio e ao número de centrífugas; o JCPOA estabelece prazos de 10 a 15 anos para que Irão cumpra com as obrigações do tratado, ou seja, durante esse período pressupõe-se que não exista desenvolvimento de atividades nucleares, que não envolvam produção de energia, reduzindo assim a capacidade para que uma arma nuclear seja desenvolvida no imediato. A não ser que houvesse uma renegociação dos termos do tratado de forma a existir uma extensão destes prazos, o acordo seria bastante limitado e não lidava com o problema nuclear em si próprio, apenas o adiava.

Um dos mais preponderantes críticos deste acordo, celebrado em 2015, é o presidente israelita Benjamin Netanyahu que, tendo em conta o historial entre Israel e o Irão, contesta este Acordo Nuclear, ressaltando que este *“é baseado em mentiras”*¹⁷⁰. Como já foi referido, a ascensão de um Irão nuclear é uma ameaça para Israel, aliado americano e uma potência nuclear; se para os israelitas o desenvolvimento de um programa nuclear iraniano faz aumentar os riscos à sua segurança e ao escalar da insegurança no Médio Oriente, para os iranianos, a possibilidade de poder adquirir armas nucleares não só permite consolidar o seu objetivo de se tornar a grande potência no Médio Oriente, ao mesmo tempo que permite balançar o poder nuclear israelita.

Perante esta posição, Netanyahu, num discurso a 30 de abril de 2018, disserta sobre o JCPOA e as razões pelas quais considera que este tem falhado e tem permitido ao Irão criar um caminho aberto para a posse de material nuclear: após uma extensa exposição em que reporta a forma como os iranianos têm quebrado as premissas do acordo, Netanyahu apontou os três principais *“componentes necessárias para produzir o arsenal”* que o acordo dá ao Irão- *“enriquecimento de urânio ilimitado daqui a poucos anos; (...) não aborda o desenvolvimento contínuo iraniano de mísseis balísticos (...)*

¹⁷⁰ Discurso de Benjamin Netanyahu sobre o Irão e o Acordo Nuclear, 2019. Disponível em <https://www.haaretz.com/israel-news/full-text-netanyahu-s-reveals-iran-s-atomic-archive-in-speech-1.6045556> [acesso a 12 de agosto de 2019]

não aborda o programa de uma bomba nuclear secreto iraniano”¹⁷¹ e as suas atividades no desenvolvimento de armas. Também Donald Trump, atual presidente norte-americano, segue a linha de pensamento de Netanyahu, apelidando o Plano Conjunto de Ação de “acordo desastroso”¹⁷², “o pior acordo que alguma vez já vi” e “um acordo nuclear que liberta ativos no valor de vários milhões de dólares, que irão subsidiar ainda mais o negócio do terrorismo que eles [Irão] mantêm”¹⁷³.

Perante a retórica de Trump em relação ao Irão, não existem margem de dúvidas que o presidente americano como uma ameaça, o inimigo, o “principal patrocinador mundial do Terror”¹⁷⁴; de acordo com a sua posição, não existiria espaço para negociar um tratado nestes moldes com o Irão, um Estado que dá “apoio financeiro a grupos terroristas um pouco por todo o mundo” e que se apresenta como “uma ameaça para a existência de Israel (...) a única democracia estável naquela região”¹⁷⁵. Desta forma, Donald Trump condena o acordo celebrado pela administração Obama, reiterando que, caso fosse ele a celebrá-lo tê-lo-ia feito noutras condições, enumeradas no seu livro *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*.

Primeiramente, Trump ataca o mecanismo de sanções, nomeadamente as sanções retiradas ao Irão em caso de cumprimento das suas obrigações (“Eu teria aumentado as sanções até as condições ficarem tão insuportáveis que os líderes iranianos comesçassem a implorar por um acordo”¹⁷⁶), reforçando a ideia de que o fim das sanções traria maiores benefícios ao Irão e não aos Estados Unidos e seus aliados; introduz também a possibilidade de incluir a libertação de prisioneiros americanos e afirma não se contentar com uma mera redução na atividade nuclear iraniana, mas sim “no total desmantelamento das instalações nucleares (...) a destruição de todas as suas centrifugadoras” e “inspeções no local a qualquer hora, em qualquer lugar” (numa clara referência à “falta

¹⁷¹ *Ibidem*

¹⁷² Discurso de Donald Trump aquando da retirada do JCPOA, 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Rap1oAvQpy8> [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁷³ Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, pp.65-66

¹⁷⁴ Discurso de Donald Trump aquando da retirada do JCPOA, 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Rap1oAvQpy8> [acesso a 12 de agosto de 2019]

¹⁷⁵ Donald Trump, *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*, Lisboa, Editorial Presença, 2017, pp.65-66

¹⁷⁶ *Ibidem*, p.67

*de mecanismos de prevenção, detecção e punição*¹⁷⁷” para a quebra do tratado por parte do Irão). Perante um acordo “*vergonhoso*” em que os Estados Unidos e os seus aliados saíram iludidos pelas falsas concessões iranianas, em que a “*a possibilidade do Irão desafiar o mundo e desenvolver uma arma nuclear é ainda muito real*”¹⁷⁸, em que uma tomada de decisão unilateral de reintroduzir sanções económicas é pouco viável, Donald Trump, a 8 de Maio de 2018, decidiu retirar os Estados Unidos de Plano Conjunto de Ação, por considerar que este não ataca o problema iraniano nuclear na sua essência, ao invés só os fortalecia.

Curiosamente, Trump opõe-se a um Irão nuclear argumentando que isso “*daria início a uma corrida às armas nucleares no Médio Oriente, que teria consequências potencialmente devastadoras. A situação iria escalar rapidamente e tornar-se-ia a ameaça mais perigosa que Israel já teve de enfrentar*”¹⁷⁹, negligenciando a ideia de que os Estados Unidos fora do Acordo Nuclear, retira ao mesmo força e credibilidade e, esta atitude, ao invés de ser encarada como uma tomada de posição consolidada, só potencializa a ideia de que se uma das maiores potências negligencia um acordo que aborda uma questão tão central na política internacional atual (mesmo que não seja perfeito), não exista motivação para que a outra parte, o Irão, se mantenha neste mesmo acordo, podendo voltar a ser alvo de sanções americanas, tendo já ameaçado retirar-se do Plano Conjunto de Ação.

¹⁷⁷ Discurso de Donald Trump aquando da retirada do JCPOA (2018)

¹⁷⁸ *Ibidem*

¹⁷⁹ TRUMP, D. *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América* (2017), p.69

Conclusão

A análise de um tópico em curso, no centro da atualidade, não permite que sejam tiradas conclusões definitivas, que sejam aceites sem gerar qualquer oposição, debate ou controvérsia. Esta relação entre os Estados Unidos, o Irão, o seu passado e presente conturbados e a realidade nuclear tem sido dos assuntos mais comentados da política internacional, acima de tudo por aquilo que implica, não só por envolver a maior potência mundial e um dos maiores Estados detentores de petróleo, mas por influenciar toda a economia industrializada e, em casos de maior tensão entre ambos, ameaçar não só a segurança destes Estados mas a paz internacional, devendo por isso ser lidada com precaução, tendo em conta os elementos de contacto entre os Estados, evitando intensificar hostilidades significativas para a estabilidade internacional.

Hostil tem sido o adjetivo mais utilizado para descrever as relações entre Estados Unidos e o Irão, principalmente neste período da administração de Donald Trump, em que a forma de comunicar e de tomar decisões de política externa se distancia das anteriores administrações: anteriormente, a estratégia não privilegiava um discurso mais exacerbado, ameaçador e imprevisível, pelo contrário, procurava-se chegar a outras alternativas (principalmente através da promoção da diplomacia); com a administração de Trump, a narrativa altera-se promovendo uma estratégia mais conservador e nacionalista, com alguns toques xenófobos e racistas, que se compromete com a defesa daquilo que será o melhor para os Estados Unidos, procurando para isso adotar políticas que beneficiem a América e os seus interesses, e que eliminem todo o tipo de ameaças e condicionantes que não permitam que estes mesmos interesses sejam atingidos.

É nesta linha que se centra a política defendida por Donald Trump, com aplicação direta na forma como foram conduzidos os contactos com Teerão no que diz respeito à indústria petrolífera e nuclear e na decisão de retirada do acordo nuclear(JCPOA- *Joint Comprehensive Plan of Action*): essencialmente é a mentalidade negociadora de Donald Trump associada à ideia de que o Irão não só estaria a desrespeitar as premissas do acordo como estaria a potencializar o seu desenvolvimento nuclear, sem que com o isso o presidente americano apresentasse dados factuais da evolução nuclear iraniana; a sua conclusão de que o acordo nuclear era ruinoso, mostra que Trump não vislumbrava este acordo no seu nível macro (no que diz respeito à sua importância para contenção de um

Irão nuclear, uma ameaça regional e mundial), encarando-o como mais um dos erros da administração de Barack Obama, e privilegiando a ideia que não se estaria realmente a conter o Irão. O pouco respeito que Trump demonstrou por este acordo ficou demonstrado nas consecutivas sanções económicas que os Estados Unidos continuaram a aplicar ao Irão, ainda inserido no JCPOA, uma clara violação dos trâmites do acordo. Portanto, o acordo só foi realmente encarado como uma conquista importante para a paz, segurança e estabilidade internacional, pela anterior administração americana e pelos restantes Estados signatários, o que permite que este acordo ainda seja viável e histórico. Curiosamente, Trump não critica o objetivo primário do JCPOA, critica sim a forma como este fora estruturado, principalmente os prazos de dez anos que condicionam o Irão; de tal forma que o presidente americano apoia a celebração de um outro acordo, com base noutras premissas que, na sua opinião, irão de acordo àqueles que são os interesses norte-americanos.

Se se pode apontar ao discurso de Donald Trump alguma imprevisibilidade ou uma certa falta de ponderação no momento de tomada de decisão, não se pode afirmar que isto se aplique ao acordo nuclear, visto que esta é uma das medidas apresentadas ainda no período de candidatura à presidência norte-americana: Trump usou a importância de impedir que novas armas nucleares fossem desenvolvidas e posteriormente utilizar para também cativar cidadãos americanos para as suas políticas, cidadãos estes que, inseridos num contexto de pouca escolaridades e baixos rendimentos, afetados pela globalização e crises económicas, privilegiaram uma mudança de rumo na política norte-americana, indo contra o *establishment* e o *status quo*, sem que necessariamente isso implica a adesão completa às ideias de Trump; a simples ideia que este traria de novo o prestígio dos Estados Unidos da América sob o lema “*Make America Great Again*”, colocando os Estados Unidos e os seus cidadãos em primeiro lugar, num contexto favorável, permitiu que hoje se vivencie uma presidência bastante controversa, com um presidente que considera oportuna a utilização das redes sociais para anúncios de decisões de política externa.

Referências bibliográficas

Bibliografia

- ART, R.J. (2013). *A grand strategy for America*. Cornell University Press
- BAYLIS, J., SMITH, S., & OWENS, P. (2008). *The globalization of world politics: an introduction to International relations*. Oxford, Oxford University Press
- CARR, E. H. (1981). *Vinte anos de crise: 1919-1939*. ED. Universidade de Brasília
- DE CONDE, A. (1978). *A history of American foreign policy*. New York. Scribner
- FREIRE, M. R. (2015). *Política Externa- as relações internacionais em mudança*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra
- HEYWOOD, A. (2011). *Global Politics*. Palgrave Foundations
- JENTLESON, B.W. (2014). *American foreign policy: the dynamics of choice in the 21st century*. New York, W.W. Norton & Company
- LITTLE, D. (2008). *American orientalism: The United States and the Middle East since 1945*. Chapel Hill, University of North Carolina Press
- MORGENTHAU, H. (1993). *Politics Among Nations- the struggle for power and peace*. New York, McGraw-Hill
- PAULY, R.J. (2005). *US Foreign Policy and the Persian Gulf: Safeguarding American Interests through Selective Multilateralism*. England, Ashgate
- POLLACK, K.M. (2007). *The Persian puzzle: the conflict between Iran and America*. Toronto, CNIB
- RICHMAN, S.L. (1985). *The United States and the Persian Gulf*. Cato Institute
- ROCHA, A.J. R. (2002). *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília, IBRI.
- SÁ, T.M.& SOLLER, D. (2018). *O Método no Caos*. D. Quixote, Lisboa
- SIMÃO, L. (2015). “República Islâmica do Irão”, em Freire, M.R. (2015). *Política. Externa-as relações internacionais em mudança*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra

- TAKEYH, R. (2011). *Guardians of the revolution: Iran and the world in the age of the Ayatollahs*. Oxford, Oxford University Press
- TRUMP, D. (2017). *Grande Outra Vez- Como devolver a grandeza à América*. Editorial Presença, Lisboa
- WALTZ, K. N. (1979). *Theory of International Politics*. New York, McGraw-Hill
- WENDT, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge, Cambridge University Press
- WIGHT, M. (2002). *A Política de Poder*. Editora Universidade de Brasília
- YETIV, S.A. (1995), *America and the Persian Gulf- the third party dimension in world politics*, London, Praeger Publishers

Fontes

- ALI, L.A. (2008). “Historic US-Iran Relations: Revisiting Ideology and Geostrategy”. *Pakistan Journal of American Studies* (vol.26-1), 43. Disponível em https://eds.b.ebscohost.com/plink?key=10.81.11.197_8000_170399281&site=eds&scope=site&jrnl=1011811X&AN=55981173&h=pHwMw2OI7p1DQF%2fbJuB1GAAOZpANJqRG%2bKjhMPi1eqmvVFY8C9waWx1seBm0TgNsH%2bWcEVGjVfqvyPlqat2P3g%3d%3d&crl=f [acesso a 12 de agosto de 2019]
- BILL, J.A. (1978). “Iran and the Crisis of ‘78”. *Foreign Affairs* (vol.57), 323. Disponível em <http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/fora57&div=29&id=&page=> . [acesso a 12 de agosto de 2019]
- BRANDS, H. W. (1999) “The idea of the national interest”. *Diplomatic History*, 23(2), 239-261. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/24913740> [acesso a 12 de agosto de 2019]
- BRANDS, H. (2017). “US grand strategy in an age of nationalism: Fortress America and its alternatives. *The Washington Quarterly* (vol.40-1), 73-94. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0163660X.2017.1302740> [acesso a 12 de agosto de 2019]

BUSH, G. W. (2002). “State of the Union Address”. Disponível em <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html> [acesso a 12 de agosto de 2019]

CHA, T. (2016). “The return of Jacksonianism: the international implications of the Trump Phenomenon”. *The Washington Quartely* (vol.39-4), 83-97. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0163660X.2016.1261562> [acesso a 12 de agosto de 2019]

CLARKE, M. & RICKETTS, A. (2017). “Understanding the return of the Jacksonian tradition”. *Orbis* (vol.61-1), 13-26. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438716300734> [acesso a 12 de agosto de 2019]

DAMÁSIO, A. (2007). “Ayatollah Khomeini: o pai da República Islâmica”. *Janus 2007: Regiões e política mundial*. Disponível em https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007_4_5_1.html [acesso a 12 de agosto de 2019]

Discurso de Benjamin Netanyahu sobre o Irão e o Acordo Nuclear (2019). Disponível em <https://www.haaretz.com/israel-news/full-text-netanyahu-s-reveals-iran-s-atomic-archive-in-speech-1.6045556> [acesso a 12 de agosto de 2019]

Discurso de Donald Trump e a retirada dos Estados Unidos do Acordo Nuclear. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Rap1oAvQpy8> [acesso a 12 de agosto de 2019]

Discurso de Mahmoud Ahmadinejad na 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas (2012). Disponível em http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/d-ir/dv/ahmadinejad_un_sep_20/ahmadinejad_un_sep_2012.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

FREEDMAN, L. (2018).” Trump vs the world”. *New Statesmen* (vol.147), 24-27. Disponível em <https://eds.a.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=1&sid=dee210df-21f8-4180-86e7-e65bb4664b2b%40sdc-v-ssmgr01&bdata=JkF1dGhUeXB1PWlwLGNvb2tpZSxzGhLHVpZCZsYW5nPX>

[B0LXB0JnNpdGU9ZWRzLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=edsgcl.548560011&db=edsglr](https://www.millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-5-1957-eisenhower-doctrine) [acesso a 12 de agosto de 2019]

Doutrina Eisenhower (1957). Miller Center. Disponível em <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-5-1957-eisenhower-doctrine> [acesso a 29 de Setembro de 2019]

GALLAGHER N.M. (2016). “The Better Jacksons of Trump’s Nature”. *National Review* (vol. 68-10), 18-20. Disponível em <https://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=2216a984-b22d-4d09-9c1a-676d5477e868%40sessionmgr4008> [acesso a 12 de agosto de 2019]

GASPAR, C. (2011-2012). “O regime de não proliferação nuclear” *Janus*, 102-103. Disponível em http://janusonline.pt/arquivo/popups2011_2012/2011_2012_3_1_7.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

GAULAND, A.P. (2007). “A propaganda política do islamismo xiita- revolução islâmica do Irão; 1978-1989”. Tese de Doutorado de São Paulo, Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-05072009-195115/en.php> . [acesso a 12 de agosto de 2019]

GAUSE, F.G. III. (1994). “The illogic of dual containment”. *Foreign Affairs*, (vol.73-56) Disponível em <http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/fora73&div=33&id=&page=> [acesso a 12 de agosto de 2019]

GHOLZ, E., DARRYL, D.G. & SAPOLSKY, H.M. (1997). “Come home, America- the strategy of restraint in the face of temptation”, *International Security*, (vol.21-4), 5-48. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/pdf/2539282.pdf> [acesso de 12 de agosto de 2019]

IRAN WATCH. Disponível em <https://www.iranwatch.org/> [acesso a 12 de agosto de 2019]

JOAQUIM, E. B. (2012). “Entre duas realidades- os realismos e a relação entre as estruturas doméstica e internacional”. *Relações Internacionais (R:I)*, (36), 73-86. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-91992012000400006&script=sci_arttext&tlng=pt [acesso a 12 de agosto de 2019]

Joint Comprehensive Plan of Action (2013). Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/122460/full-text-of-the-iran-nuclear-deal.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

JONES, D.M., & KHOO, N. (2017). “Donald Trump and the new Jacksonians” *Policy: a journal of public policy and ideas*, (vol.33-1), 42-49. Disponível em <https://www.cis.org.au/app/uploads/2017/03/33-1-jones-khoo.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

JONES, T. C. (2012). “America, oil, and war in the Middle East”. *Journal of American History*, 99(1), 208-218. Disponível em <http://surplus-value.org/readings/oil/jones-america.pdf>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

JUNEAU, T. (2014). “Iran under Rouhani: still alone in the world”. *Middle East Policy*, (vol.21-4), 92-104. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/mepo.12098> [acesso a 12 de agosto de 2019]

KAPLAN, M.A. (2014). “Values, national interests, and other interests”. *International Journal on World Peace* 31(2), 57-72. Disponível em <https://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=1&sid=205255f6-a2e1-4311-8c0f-1588d47df986%40pdc-v-sessmgr04&bdata=JkF1dGhUeXB1PWlwLGNvb2tpZSxzGhVpZCZsYW5nPXBO LXB0JnNpdGU9ZWRzLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=96327282&db=a9h> [acesso a 12 de agosto de 2019]

KESSLER, C. (2006) “Post- Cold War Effects on the Non- Proliferation Regime”. *Problems of Post- Communism* (vol.53-2), 30-38. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.2753/PPC1075-8216530203> [acesso a 12 de agosto de 2019]

KLARE, M.T. (2007). “Oil, Iraq, and American foreign policy: the continuing salience of the Carter doctrine”. *International Journal*, 62(1), 31-42. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002070200706200104?journalCode=ijxa>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

KLARE, M.T. (2007). “Oil, Iraq, and American foreign policy: the continuing salience of the Carter doctrine”. *International Journal*, (vol.62-1), 31-42. Disponível em

<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002070200706200104?journalCode=ijxa>.

[acesso a 12 de agosto de 2019]

KRASNER, S.D. (1992). "Realism, Imperialism, and democracy: a response to Gilbert." *Political Theory*, 20 (1), 38-52. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0090591792020001003> [acesso a 12 de agosto de 2019]

KROENIG, M. (2012). "Time to attack Iran: why a strike is the least bad option". *Foreign Affairs* (vol.91), 1-7. Disponível em <http://www.saintjoehigh.com/ourpages/auto/2012/11/6/39208632/12-0102%20Time%20to%20Attack%20Iran.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

LAYNE, C. (1997). "From preponderance to offshore balancing: America's future grand strategy". *International Security*, 22(1), 86-124. Disponível em http://www.jstor.org/stable/2539331?seq=1#page_scan_tab_contents. [acesso a 12 de agosto de 2019]

MACDONALD, P.K., & PARENT, J.M. (2011). "Graceful decline? The surprising success of great power retrenchment". *International security*, (vol.35-4), 7-44. Disponível em https://www.mitpressjournals.org/doi/pdfplus/10.1162/ISEC_a_00034 [acesso a 12 de agosto de 2019]

MEAD, W.R. (2017) "The Tea Party and American foreign policy: what populismo means for globalism". *Foreign Affairs*, 28-44. Disponível em https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31436616/www.drworley.org_NSPcommon_National_Security_Strategy_NSS_journal_articles_2011_90_02_FA_Tea_Party.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Dwww_drworley_org_NSPcommon_National_Secu.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190812%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190812T210534Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=d893920891eec4fd031e91a0d529230900f9240d23bfb3ae1584d5d8e0b490b6 [acesso a 12 de agosto de 2019]

MEAD, W.R. (2017). "The Jacksonian revolt: american populism an the liberal order" *Foreign Affairs* (vol.96), 2-7. Disponível em

<https://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=9ee34fca-3c86-48a5-abf3-c0f10905f8d4%40pdc-v-sessmgr04> [acesso a 12 de agosto de 2019]

MEARSHEIMER, J. J. (2011). “Imperial by design”. *The National Interest*, (111), 16-34. Disponível em <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0059.pdf>. [Acesso a 12 de agosto de 2019]

MEARSHEIMER, J.J. & WALT, S.M. (2016). “The Case for Offshore Balancing: A Superior US Grand Strategy”. *Foreign Affairs*, 95 (70). Disponível em <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Offshore%20Balancing.pdf>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

MENDES, P. E. “A Invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e à Política das RI” (2013). CEPECE. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-invencao-das-relacoes-internacionais-como-ciencia-social-uma-introducao-a-ciencia-e-a-politica-das-ri-2217/A%20Invencao%20das%20Relacoes%20Internacionais%20como%20ciencia%20social.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

MICHAELS, J.H. (2011). “Dysfunctional doctrines? Eisenhower, Carter, and US military intervention in the Middle East”. *Political Science Quarterly*, (vol.126-3), 465-49. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/23056955>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

MILLER, P.D (2018). “Conservative Internationalism Out of Power” *Special Issue on Conservative Internationalism*. *Orbis*, 2018 (vol.62-1), 105-115. Disponível em <https://resolver.ebscohost.com/openurl?sid=EBSCO%3aedseic&genre=article&issn=00304387&ISBN=&volume=62&issue=1&date=20180101&spage=105&pages=105+-+115&title=Orbis&atitle=Conservative+Internationalism+Out+of+Power&aulast=Miller%2c+P.D.&id=DOI%3a10.1016%2fj.orbis.2017.11.005&site=ftf-live> [acesso a 12 de agosto de 2019]

MORGENTHAU, H. (1952). “What is the national interest of the United States?” *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 282(1), 1-7. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/000271625228200102> [acesso a 18 de julho de 2019]

NATIONAL SECURITY STRATEGY (2002). Disponível em <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ei/wh/15425.htm> [acesso a 12 de agosto de 2019]

NATIONAL SECURITY STRATEGY (2010). Disponível em <http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

NAU, H.R. (2018). “Why ‘Conservative’ Not Liberal, Internationalism?”. *Orbis* (vol.62-1), 22-29. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438717301151> [acesso a 12 de agosto de 2019]

NYE JR, J.S. (1999). “Redefining the national interest”. *Foreign Policy*, 22-35. Disponível em https://www.jstor.org/stable/20049361?seq=1#page_scan_tab_contents [acesso a 18 de julho de 2019]

NYE, J.S. (1990), *Soft Power, Foreign Policy*, (vol.80), 153-171. Disponível em https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/joseph_nye_soft_power_journal.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

PAPE, R.A. (2005). “Soft balancing against the United States”. *International security*, 30(1), 7-45. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/4137457>. [acesso a 12 de janeiro de 2019]

PARENT, J.M., & MACDONALD, P. K. (2011). “The Wisdom of Retrenchment-America Must Cut Back to Move Forward”. *Foreign Affairs* (vol.90), 1-10. Disponível em <https://saintjoehigh.enschool.org/ourpages/auto/2012/10/5/54579209/11-1112%20The%20Wisdom%20of%20Retrenchment.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

PATERSON, P. (2018). “Origins of U.S. Foreign Policy”. William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies, Perry Center Occasional Paper, 3-52. Disponível em https://www.williamjperrycenter.org/sites/default/files/publication_associated_files/Origins%20of%20US%20Foreign%20Policy.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

PEDRAZA, J. M. (2015). “Is the NPT an effective International instrument to stop nuclear proliferation without the establishment of an International organisation to supervise the implementation of its provision?”. *Public Organization review* (vol.15-2), 227-236. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/260103818_Is_the_NPT_an_Effective_International_Instrument_to_Stop_Nuclear_Proliferation_Without_the_Establishment_of_an_International

[I Organisation to Supervise the Implementation of its Provision](#) [acesso a 12 de agosto de 2019]

PINTO, M.C. (2011). “O Irão de Ahmadinejad”. Instituto de Defesa Nacional. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1197/1/NeD117_MariaCeupinto.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

POPESCU, I. (2018). “Conservative Internationalism and the Trump Administration?” *Orbis* (vol.62-1), 91-104. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438717301187> [acesso a 12 de agosto de 2019]

POSEN, B.R. (2007). “The case for restraint”. *American Interest*” (vol.3-2). Disponível em <https://www.the-american-interest.com/2007/11/01/the-case-for-restraint/> [acesso a 12 de agosto de 2019]

RAKEL, E.P. (2007). “Iranian Foreign Policy since the Iranian Islamic Revolution:1979-2006”. *Perspectives on Global Development and Technology*, (vol.6-1), 159-187. Disponível em https://zodml.org/sites/default/files/%5BMehdi_Parvizi_Amineh%2C_editor%5D_The_Greater_Middle_0.pdf#page=172. [acesso a 12 de agosto de 2019]

SAGAN, S. D. (2006). “How to keep the bomb from Iran”. *Foreign Affairs*, 45-59. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/3b5d/2c450d5ca5b915a60485b0e3ac77a0aa0c74.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

SAGAN, S., & WALTZ, K., & BETTS, R. K. (2007). “A nuclear Iran: promoting stability or courting disaster?”. *Journal of International Affairs*, 135-150. Disponível em http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/Sagan_Nuclear_Iran.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

SANATI, R. (2014). “Beyond the Domestic Picture: the geopolitical factors that have formed contemporary Iran-US relations”. *Global Change, Peace and Security*, (vol.26-2), 125-40. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14781158.2014.905525> [acesso a 12 de agosto de 2019]

- SESTANOVICH, S. (2017). “The Brilliant Incoherence of Trump’s Foreign Policy”, *The Atlantic*, 92-102. Disponível em <https://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=6b9e05f9-9085-4529-a47b-93ce43a7029c%40pdc-v-sessmgr06> [acesso a 12 de agosto de 2019]
- SILVA, F.C. (2019). “Trump”. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/07/25/mundo/opiniaotrump-1881053> [acesso a 12 de agosto de 2019]
- SOLLER, D. (2010). “O Relatório Albright e a grande estratégia Obama, um caso de convergência”. *Relações Internacionais* (vol.27), 9-21. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000300002 [acesso a 12 de agosto de 2019]
- SOLLER, D. (2016). “Retraimento ou acomodação? A herança de Barack Obama para as potências emergentes e a ordem internacional”. *Relações Internacionais* (vol.51). 9-26. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n51/n51a02.pdf> [acesso de 12 de agosto de 2019]
- SOLLER, D. (2016^a). “Dos tímidos aos pessimistas, como votou a América”. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/11/09/mundo/noticia/dos-timidos-aos-pessimistas-como-votou-a-america-1750588> [acesso a 12 de agosto de 2019]
- SOLTANI, F., & AMIRI, R.E. (2010). “Foreign policy of Iran after Islamic Revolution” *Journal of Politics and Law*, (vol.3-2). Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Fakhreddin_Soltani/publication/45705990_Foreign_Policy_of_Iran_after_Islamic_Revolution/links/004635337a42fc18bf000000/Foreign-Policy-of-Iran-after-Islamic-Revolution.pdf. [acesso a 12 de agosto de 2019]
- SWEARINGEN, W. (1988). “Geopolitical Origins of the Iran-Iraq War”. *Geographical Review* (vol.78-4), 405-416. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/215091>. [acesso a 12 de agosto de 2019]
- The Commission on America’s National Interests (2000). “America’s National Interests”. Disponível em <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/amernatinter.pdf> [acesso a 18 de julho de 2019]

TOMÉ, L. (2017). “Armas nucleares: velhos problemas, novas missões”. *Janus*. Disponível em http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.17_LuisTome_ArmasNucleares1.pdf [acesso a 12 de agosto de 2019]

Tratado de Não Proliferação Nuclear (1968). Disponível em <https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/text> [acesso a 12 de agosto de 2019]

Tratado do Atlântico Norte (1949), “Artigo V” Disponível em https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt [acesso a 12 de agosto de 2019]

WALT, S.M. (1985). “Alliance Formation and the Balance of World Power”. *International Security*, 9(4), 3-43. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2538540>. [acesso a 12 de agosto de 2018]

WALTZ, K. N. (1981). “The spread of nuclear weapons: more may be better”. Disponível em <http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b6/Attachments/39/5.%20The%20spread%20of%20nuclear%20weapons.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

WALTZ, K.N. (2012). “Why Iran should get the bomb: nuclear balancing would mean stability”. *Foreign Affairs*, 2-5. Disponível em <https://www.acsu.buffalo.edu/~fczagare/PSC%20504/Waltz.pdfsessmgr01&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwLGNvb2tpZSxzGhLHVpZCZsYW5nPXBOlXB0JnNpdGU9ZWRzLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=edselec.2-52.0-84865209751&db=edselec> [acesso a 12 de agosto de 2019]

WALTZ, K. N. (1995). “Policy Paper 15: Peace, Stability and Nuclear Weapons”. UC San Diego- Policy Papers. Disponível em <https://escholarship.org/content/qt4cj4z5g2/qt4cj4z5g2.pdf> [acesso a 12 de agosto de 2019]

WASHINGTON, G. (1796). "Farewell Address, 1796". Disponível em <https://www.senate.gov/artandhistory/history/resources/pdf/WashFarewell.pdf> [acesso a 18 de julho de 2019]

WISE, K. (2011). "Islamic Revolution of 1979: The Downfall of American-Iranian Relations". *Legacy*, 11 (1). Disponível em <http://opensiuc.lib.siu.edu/legacy/vol11/iss1/2>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

WOLF, R. (2017). "Donald Trump's status-driven foreign policy". *Survival* (vol.59), 99-116. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2017.1375260> [acesso a 12 de agosto de 2018]

WRIGHT, C. (1980). "Implications of the Iraq-Iran War". *Foreign Affairs*, (vol.59-2), 275-303. Disponível em <http://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=0efbe2f4-1d30-4674-aca8-ba26d5ae1484%40pdc-v-ssesmgrp01&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwLGNvb2tpZSxzGhLHVpZCZsYW5nPXBO LWJyJnNpdGU9ZWRzLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=4850877&db=bh>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

YAZDANI, E., & HUSSAIN, R. (2006). "United States' policy towards Iran after the Islamic revolution: an Iranian perspective". *International Studies*, 43(3), 267-289. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002088170604300302>. [acesso a 12 de agosto de 2019]

YETIV, S.A. (1995), *America and the Persian Gulf- the third party dimension in world politics*, London, Praeger Publishers

ZARIF, M. J. (2014). What Iran really wants: Iran foreign policy in the Rouhani era". *Foreign Affairs* (vol.93-3), 49-59. Disponível em [http://buenosaires.mfa.ir/uploads/ZarifFinalProofs \(1\) 28065.pdf](http://buenosaires.mfa.ir/uploads/ZarifFinalProofs (1) 28065.pdf) [acesso a 12 de agosto de 2019]